



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 1.^a REUNIÃO DA 5.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 24 DE NOVEMBRO DE 2003 -----

-----ACTA N.º 8/03 -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro de dois mil e três no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, tendo como Primeira Secretária a Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro e como Segunda Secretária, a Senhora Doutora Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

-----Pelas quinze horas e quarenta minutos, a Senhora Presidente da A.M. em exercício declarou iniciada a 1.^a Reunião da 5.^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta e dois Membros (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís d'Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Maria da Conceição Soares de Matos Capinha, António Joaquim Moreira, José Carlos Correia Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador António Martins Bastos Costeira, José António Vilhena Milhano, Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, Elisabete Maria Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Luiz Gonzaga Norton Cardoso de Menezes, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz, António José Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Colles da Silva Fraga, Ângela Maria Gomes Silva Brito Leite, Eduarda Maria Ribeiro Matos Godinho, Armando Agria Cardoso Soares, José Manuel Pereira Duarte Meira, Jorge Valle de Oliveira Batista, Luís Miguel Pereira de Sousa, Vidal Diogo Fernandes Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia

Sofia Monteiro da Silva, João Carlos Macedo Viegas, José António Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Ermelinda da Conceição Oliveira, Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda e Carlos Fernando de Sousa Gaivoto) desta Assembleia Municipal. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS-----

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1504/03 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento da C.M.O. para 2004 – Ofício N.º 60092 – 03.11.14; -----
2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1526/03 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos S.M.A.S. para 2004 – Ofício N.º 60093 – 03.11.14; -----
3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1473/03 relativa à Alteração dos Estatutos da Empresa LEMO – Laboratório de Ensaios e Materiais de Oeiras, E.I.M. – Ofício N.º 60099 – 03.11.14; - -----
4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1542/03 relativa à Alteração à constituição do Conselho Municipal de Educação – Ofício N.º 59996 – 03.11.13; -----
5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. n.º 1540/03 RELATIVA À Atribuição do direito de superfície à Parques Tejo, em sobre o imóvel, sito em Paço de Arcos, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, com a ficha 683/19871027 – Ofício N.º 59997 – 03.11.13; -----
6. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1550/03 relativa à Desafecção do domínio público e integração no domínio privado do Município de parcela de terreno localizada em Algés – Ofício N.º 59999 – 03.11.13; -----
7. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1551/03 relativa à Desafecção do domínio público e integração no domínio privado do Município de parcela de terreno localizada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- em Linda-a-Velha – Ofício N.º 60000 – 03.11.13; -----
8. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1552/03 relativa à Desafecção do domínio público e integração no domínio privado do Município de parcela de terreno localizada em Carnaxide – Ofício N.º 60003 – 03.11.13; -----
9. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1553/03 relativa à Desafecção do domínio público e integração no domínio privado do Município de parcela de terreno localizada em Linda-a-Velha – Ofício N.º 60001 – 03.11.13; -----
10. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1554/03 relativa à Desafecção do domínio público e integração no domínio privado do Município de parcela de terreno localizada em Carnaxide – Ofício N.º 60002 – 03.11.13; -----
11. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1536/03 relativa à Desafecção do domínio privado do Município de parcela de terreno localizada em Paço de Arcos – Ofício N.º 59987 – 03.11.13; -----
12. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1311/03 relativa ao Regulamento sobre o licenciamento da Actividade de Exploração de Máquinas de Diversão – Ofício N.º 60095 – 03.11.14; - -----
13. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1323/03 relativa ao Concurso Público para a atribuição do direito de uso privativo, em regime de concessão de um terreno municipal, sito em Porto Salvo, tendo em vista a construção de equipamento recreativo e desportivo de utilização colectiva – Ofício N.º 60097 – 03.11.14; -----
14. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1395/03 relativa ao Regulamento Municipal de Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer – Ofício N.º 60100 – 03.11.14; ---
15. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1449/03 relativa ao Regulamento sobre as condições gerais de utilização do Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras – SATUO – Ofício N.º 60094 – 03.11.14; -----

16. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1485/03 relativa ao Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras – Palácio Restani, em Queluz – Ofício N.º 60098 – 03.11.14; -----

17. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1521/03 relativa ao Depósito e armazenamento de combustíveis derivados do petróleo – Ofício N.º 59998 – 03.11.13; ----- ~

18. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1434/03 relativa à Atribuição de Menção de Mérito Excepcional à Funcionária Maria Fernanda Pita de Almeida – Ofício N.º 60096 – 03.11.14; - -----

19. Discussão e votação do novo Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras; -----

20. Projecto de loteamento urbanístico – Rossio de Porto Salvo, a Requerimento da CDU; -----

21. Eleição do Presidente da Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----

22. Informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

3. APROVAÇÃO DE ACTAS-----

3.1. Acta da 1.ª Reunião da 4.ª Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2003 – ACTA N.º 6/2003 ---- -----

3.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções, uma do BE e outra do PSD. -----

3.2. Acta da 2.ª Reunião da 4.ª Sessão Ordinária de 7 de Outubro de 2003 – ACTA N.º 7/2003 ---- -----

3.2.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs á votação esta Acta a qual foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aprovada por maioria com duas abstenções, uma do BE e outra do PSD. -----

4. PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Sr.^a Presidente da A.M. em Exercício -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente da Mesa está ligeiramente atrasado, pelo que nós vamos dar início à reunião. -----

-----Vamos então passar ao início dos nossos trabalhos, há dois Requerimentos que deram entrada na Mesa cuja primeira subscritora é a Senhora Deputada Luísa Lisboa, já pedi aos serviços da Assembleia para fazerem fotocópia para distribuírem por todos os Senhores Deputados, não só destes Requerimentos, mas também de quatro Moções que entretanto deram entrada na Mesa, penso que não deve demorar muito que essa distribuição seja feita, de qualquer forma colocaria a questão à Senhora Deputada: se quer intervir sobre os Requerimentos que apresentou?”-----

4.2. Sr.^a Luísa Lisboa (PS) -----

-----A Senhora Deputada Luísa Lisboa fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde restantes Deputados da Assembleia Municipal. -----

-----Diz respeito este Requerimento ao Conselho Municipal de Educação: -----

-----“A cinco de Maio do passado próximo, a Assembleia Municipal de Oeiras aprovou a criação do Conselho Municipal de Educação (CME) de acordo com o Decreto-Lei N.º sete/dois mil e três de quinze de Janeiro. -----

-----O artigo vigésimo terceiro refere “as Câmaras Municipais devem adoptar as providências necessárias à criação e início de funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação no prazo de noventa dias a contar da entrada em vigor do presente diploma”. -----

-----No artigo sexto refere que “o Conselho Municipal de Educação é nomeado por

deliberação da Assembleia Municipal nos termos propostos pela Câmara Municipal”. -----

----- Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oeiras **“requer informação sobre os motivos ponderosos que até agora impediram o actual executivo camarário de cumprir os prazos determinados no texto legislativo”**. -----

----- Não sei se quer que passe ao segundo Requerimento? O segundo Requerimento relaciona-se também com a área da Educação, e, tem a ver com a Carta Educativa: -----

----- “No passado dia vinte e um de Novembro de dois mil e três, a Assembleia da República aprovou o Orçamento Geral do Estado. -----

----- Nos documentos que acompanharam a então proposta o Governo da República explicita um conjunto de objectivos que pretende alcançar no próximo ano de dois mil e quatro.

----- No Relatório do Orçamento de Estado, nomeadamente, no capítulo indicado às perspectivas para o próximo ano o Governo e a maioria que o apoia elegem na área da Educação Não Superior (a expressão é do Governo) entre várias opções “a continuação do processo de agrupamentos das escolas, no âmbito da reforma estrutural do sistema educativo”. -----

----- Por outro lado, é do conhecimento público, que o referido processo ainda não começou no concelho de Oeiras, não só pela clara oposição da maioria das escolas em aderir voluntariamente ao mesmo, mas também sobretudo pela posição da Câmara Municipal em recusar o seu apoio ao agrupamento dos estabelecimentos de ensino, como pretendia a DREL, sem que a Carta Escolar Municipal estivesse concluída.-----

----- Por outro lado não se conhece nenhuma instituição que até à presente data tenha sido consultada ou solicitado parecer sobre a fundamentação/elaboração do já referido instrumento de gestão da rede educativa concelhia.-----

----- Assim o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oeiras, requer à Câmara uma **“informação pormenorizada sobre o andamento dos trabalhos, no que se refere especificamente a:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Metodologia adoptada na elaboração das propostas; -----

-----Fundamentação das propostas; -----

-----Prazo de conclusão; -----

-----Metodologia de decisão”. -----

-----Muito obrigado.” -----

4.3. Sr.^a Presidente da A.M. em Exercício -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte. -----

-----“A Mesa encarregar-se-á de fazer transitar para a Câmara os Requerimentos e oportunamente serão enviadas as respostas ao Partido Socialista. Muito obrigado. -----

-----Estão abertas as inscrições para o Período Antes da Ordem do Dia, os Senhores Deputados que quiserem usar da palavra fazem favor de levantarem o braço. -----

-----Senhor Deputado Joaquim Cotas.” -----

4.4. Sr. Joaquim Cotas (CDU) -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa tarde. Joaquim Cotas – CDU -----

-----Gostaria de colocar algumas questões à Senhora Presidente da Câmara acerca da Ribeira da Lage. Em vários Jornais e documentos municipais, temos lido afirmações da Senhora Presidente acerca da recuperação da Ribeira da Lage no espaço municipal, isto é: desde Talaíde até à Praia de Santo Amaro. Pelas afirmações produzidas e lidas por nós, ficámos com a ideia que as obras acabam em Março, mas a olho nu não se consegue vislumbrar qualquer obra na Ribeira da Lage, está tudo como dantes, como acerca de quinze anos é como está hoje a Ribeira da Lage. -- -----

-----Assim, solicitamos à Senhora Presidente da Câmara os necessários esclarecimentos, isto é, quando se prevê e que nos diga, para quando vão ser iniciadas as obras de recuperação da Ribeira da Lage? Que tipo de obras? Se é só a despoluição, ou se é também o desassoreamento e

a recuperação das margens, neste espaço municipal? Isto, visto que a verba por nós detectada no Orçamento é de cinquenta mil euros. Gostaríamos de saber o que é que a Senhora Presidente vai fazer com este dinheiro? -----

----- Muito obrigado.” -----

4.5. Sr. Tavares da Cruz (CDU) -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção: -----

----- “O fim de cerca de setenta anos da actividade industrial da Fundação de Oeiras originou expectativas urbanísticas, ou não se tratasse de uma área superior a sete e meio de hectares em zona privilegiada da sede do concelho de Oeiras, o Instituto de Participações do Estado – IPE que “herdou”, a Fundação começou desde logo a pensar num Plano de Reconversão, cujo primeiro passo foi obter da C.M.O. em Junho de mil novecentos e noventa, a aprovação da alteração funcional das instalações da ex-unidade industrial, em Março de mil novecentos e noventa e três como resposta à apresentação pelo IPE do estudo prévio para a reconversão da área, a C.M.O. aprovou a elaboração de um Plano de Pormenor a cargo da Divisão de Planeamento o qual deveria atender a uma informação elaborada pela DGU sobre o assunto. -- -----

----- Entretanto com base na deliberação da C.M.O. de Junho de mil novecentos e noventa, o IPE regularizou os contratos de arrendamento estabelecidos a título precário com um conjunto de Empresas, e, também com a C.M.O., o fim do período do arrendamento precário originou a constatação das Empresas e tomadas de posição do IPE e da C.M.O, tendo esta tomado medidas em Junho de mil novecentos e noventa e sete, das quais destacamos a reafirmação de se elaborar um Plano de Pormenor a apresentar até final de mil novecentos e noventa e sete, com a participação de técnicos indicados pelo IPE e com técnicos da C.M.O., devendo ter-se em conta a informação já referida da DGU de Março de mil novecentos e noventa e três. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Até Junho de mil novecentos e noventa e sete o processo “Fundição de Oeiras” foi transparente, depois começámos a saber novidades, verdadeiras ou falsas, pelos Jornais, a última dos quais chama-se “El Corte Inglês”. Face a esta situação, a CDU solicita à C.M.O. através da Mesa da Assembleia Municipal, uma informação detalhada sobre o Plano da Fundição de Oeiras desde mil novecentos e noventa, sobre o processo da “Fundição de Oeiras”, altura em que foi autorizada a alteração funcional até há actualidade, onde entre outros aspectos devem ser referenciados os estudos, planos e projectos apresentados ou elaborados pela C.M.O., oficiais ou officiosos, com o respectivo estudo comparativo, todas as deliberações tomadas pela C.M.O.-----

-----Esta informação da C.M.O. será importante para a realização de uma Sessão da Assembleia Municipal que a CDU considera necessária, para discutir os problemas urbanísticos que se colocam com a reconversão daquela prestigiada área da sede do concelho de Oeiras, e, para se garantir a transparência que esta questão exige, a realização de uma Sessão da Assembleia Municipal será o primeiro passo na discussão pública que um Plano de Pormenor também exige. -----

-----Todos os elementos solicitados devem ser enviados também aos restantes Grupos Políticos da Assembleia. -----

-----A CDU transforma isto num Requerimento, entrega, digamos, à Mesa para fazer as démarches necessárias junto da Câmara. -----

-----Muito obrigado.” -----

4.6. Sr. Carlos Gaivoto (BE) -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde. Antes de mais gostaria de informar a Assembleia já que a Mesa não o fez, que o Bloco de Esquerda apresentou duas Moções neste Período Antes da Ordem do Dia, a primeira das Moções é relativamente a uma solidariedade já manifestada pela Assembleia Municipal de Lisboa em relação aquilo que se passa na Empresa CARRIS, os trabalhadores estão

a travar uma luta pela defesa dos seus postos de trabalho, pela justiça dos seus direitos e por um melhor serviço de transporte público a prestar às populações. -----

----- A Moção que aí está e que ainda não foi distribuída, que espero que a Mesa venha a fazer, pede quatro considerandos, último dos quais diz que: “considera que a reestruturação da CARRIS não faz qualquer sentido se não estiver inserida num Plano Estratégico para o Sector de Transporte da Área Metropolitana de Lisboa, incluindo o respectivo contrato de serviços. -----

----- Apela que esta Assembleia se solidarize, tal como a Assembleia Municipal de Lisboa o fez, pela luta dos trabalhadores da CARRIS, apelando à população de Oeiras a sua compreensão para com esta luta, uma vez que é fundamental para os cidadãos terem melhores e mais rápidos transportes. -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que interceda junto à Administração da CARRIS, no sentido de explicar, a esta Assembleia Municipal, os objectivos de tal reestruturação e de que modo se irá reflectir na melhoria dos transportes na cidade. -----

----- Publicar esta Moção nos principais órgãos de comunicação do concelho de Oeiras.”- -

----- A segunda Moção, devo dizer só para acrescentar a isto, que um dos considerandos, é que a CARRIS tem serviços directos a vários concelhos de Lisboa, não é só o concelho de Lisboa, mas um série de carreiras, nomeadamente, Oeiras, vão a Oeiras, vão à Amadora, vão a Odivelas e vão a Almada, é nesse sentido que esta Moção de solidariedade é colocada aqui. -----

----- A segunda questão, e, que me parece que é uma questão muito mais importante e mais séria, porque nos diz, enfim, também directamente respeito, tem a ver com aquilo que o Bloco de Esquerda tem vindo a ser interveniente nesta Assembleia, no sentido de se esclarecerem procedimentos administrativos e técnicos na gestão desta Câmara, assim, a Moção, que é uma Moção de censura, tem cinco considerandos, e, se a Mesa me permite já que não distribuiu, passo-os a ler, esta é a melhor forma de divulgar esta Moção: -----

----- “1. Considerando que até hoje não foi feita qualquer auditoria à gestão e aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

procedimentos administrativos e técnicos em uso no interior da Câmara, para demonstrar aos munícipes a transparência das decisões e do próprio funcionamento da Câmara relativamente às acusações de que é alvo o seu anterior Presidente, Dr. Isaltino de Morais; -----

-----2. Considerando que este ano, até hoje, só foram realizadas cinco Assembleias Municipais Ordinárias (enquanto em Cascais já se fizeram mais do dobro) o que leva a agendar um número inqualificável de assuntos diversos, matando o espírito político que deve estar presente em todas as Assembleias, isto é, crítica e discussão de todos os assuntos que digam respeito ao bem-estar das populações; -----

-----3. Considerando que através desta tentativa do Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Marques Mendes do grupo político do PSD, de reduzir a vida democrática à “normalização” do debate e de diminuir a possibilidade de participação da população, só para “contentar” a sua agenda sobreocupada; -----

-----4. Considerando que estas atitudes dos responsáveis políticos do grupo do PSD têm como consequência a anulação do debate democrático que se pretende mais exigente e mais responsável num órgão representativo, ao mesmo tempo que invalida a participação das populações, como por exemplo, nos GOP ora apresentados e quiçá, na própria revisão do PDM ou ainda no debate que já hoje devia estar a decorrer sobre as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Urbanas, conforme as Leis 10/2003 e 11/2003 de 13 de Maio ou ainda sobre as Autoridades responsáveis de Transporte (Lei 268/2003 de 28 de Outubro); -----

-----5. Considerando que as Assembleias Municipais deste Concelho se transformaram num gabinete de aprovação dos despachos do actual executivo liderado pelo PSD que, embora ridículo, se torna um assunto muito sério quando, por exemplo nestas atabalhoadas ordens de trabalho, são propostos nos GOP a alienação/venda de terrenos (ver os terrenos de Almarjão), autorizando urbanizações e loteamentos infinitos sem quaisquer critérios de planeamento e usos do solo, ambientais e energéticos e quando se sabe que o concelho até está a perder população e

emprego na mesma proporção que, devido a tudo isto, está a perder qualidade de vida. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sua 5.ª Sessão Ordinária, na sua sede, em 24 de Novembro, decide: -----

----- A) Reprovar a actuação da Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, quer em relação à falta de uma auditoria à gestão da Câmara quer em relação ao défice democrático e participativo que está a provocar no município. -----

----- B) Exigir a demissão do actual executivo e consequente realização de eleições antecipadas”.-----

----- Se me derem ainda um minuto passo a explicar porquê estas Moções. De facto, tal como o Regimento, aliás que está em vigor, não permite que os Partidos na segunda e quinta Sessão apresentem isto como ponto específico, vimos como último recurso antes que acabe o ano e não haja mais nenhuma Assembleia Municipal, e, para sermos consequentes com aquilo que temos vindo a denunciar, não há dúvida que estes procedimentos são mais do que razão para nós não estarmos de acordo com as orientações que estão a ser consumidas na prática, relativamente à vida democrática no concelho. Quero lembrar que nos discursos do vinte e cinco de Abril, era o próprio Presidente da Assembleia Municipal deste concelho que apelava à participação dos cidadãos, e, que via sempre com muito bons olhos que os cidadãos deviam ser respeitados, tal parece que é impossível, com cinco Assembleias Municipais ou pelo menos isto está em contradição com o que é afirmado publicamente, não é assim que vamos lá. -----

----- Neste sentido, quer uma, quer outra Moção, apelamos para que seja discutida e aprovada.” -----

4.7. Sr. Presidente da A.M. -----

----- O Senhor Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. As quatro Moções foram apresentadas, estão a ser fotocopiadas para serem distribuídas a todos os Grupos, quem quiser evidentemente pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pronunciar-se, estão admitidas e estão em discussão, e no final Antes do Período da Ordem do Dia serão colocadas à votação. -----

-----Seguindo a ordem de inscrições dou agora a palavra à Senhora Deputada Ermelinda Oliveira, tenha a bondade.” -----

4.8. Sr.ª Ermelinda Oliveira (CDU) -----

-----A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira fez a seguinte intervenção: -----

-----“Ermelinda Oliveira – CDU. -----

-----Gostaria de saber se já há alguma evolução, em relação ao assunto que foi apresentado, concretamente, ao Senhor Vereador José Eduardo Costa na segunda-feira passada, faz hoje oito dias, relativamente a uma Senhora que mora na localidade de Tercena, numa barraca, a qual foi já intimidada pela Polícia para demolir a barraca no prazo de trinta dias, a Senhora mora ali já há mais de treze anos, e, tem feito todas as démarches junto da Câmara Municipal de Oeiras no sentido de ser realojada, ela está muito preocupada com a situação de ser agora obrigada a demolir a barraca, nós apresentámos, concretamente, eu e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, ao Senhor Vereador, gostaríamos de saber se já há alguma evolução, se há alguma coisa concreta no sentido de sossegar a Senhora que está extremamente preocupada.”-----

4.9. Sr. João Viegas (PS) -----

-----O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente, boa tarde a si e à Senhora Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores e ilustres colegas de Bancadas.-----

-----A questão que me traz aqui, é uma questão de muita importância e responsabilidade, vou falar sobre a alimentação nas Escolas do primeiro ciclo. O Partido Socialista fez no terreno uma avaliação política da situação e auferimos que é grave, em primeiro lugar o sistema de senhas implantado não é de todo funcional, admitimos que pode ser pedagógico dar a uma

criança de seis anos a responsabilidade de ter que levar a senha para a Escola para almoçar, mas não é funcional, porque na maior parte das vezes as crianças perdem as senhas, não é prático e eficiente, porque há uma falta de pessoal como a seguir explanarei, para o efectivo cumprimento das responsabilidades da Câmara neste aspecto. -----

----- Contactadas algumas Directoras de Escolas, constatámos o seguinte: que o pessoal previsto em contrato, aliás, uma adjudicação feita no âmbito de um concurso público e aprovado nesta casa o seu respectivo Regulamento, é pouco, porque estas crianças precisam de ser acompanhadas, nomeadamente, as dos anos zero e ano um, na sua alimentação, e, o pessoal não chega, estamos a falar de três funcionários para duzentas crianças, em muitos casos, as Escolas chegam a disponibilizar pessoal extra que não é da responsabilidade da Escola, e, chega-se à situação que os alunos do terceiro e quarto ano têm vinte minutos para almoçar, entre as treze horas e as treze e vinte, acho que isto a qualquer ser humano é inadmissível. -----

----- Em relação à qualidade da comida é sempre discutível, mas no entanto eu pediria ao Senhor Vereador José Eduardo, que verificasse quantas vezes aparece a feijoada, normalmente duas vezes por semana, sei que o Napoleão conquistou a Europa com base na feijoada, mais recentemente, a nossa GNR no Iraque está à base de massa, mas militares são militares, crianças são crianças, há que ter em atenção a variedade da ementa, isto dito também por algumas Directoras de Escola, a fruta não tem qualidade e normalmente é a mais barata, de vez em quando podiam pôr uma banana às crianças, mas não, é sempre, de facto, a fruta que naquele momento é mais barata. -----

----- Agora chegamos aqui à questão mais importante, porque é isto que me vai aqui permitir afirmar que: “há crianças que passam fome nas Escolas do concelho de Oeiras”. Não há controle como disse e vigilância, porque humanamente não é possível, e, em refeições, sei que a Senhora Presidente já chegou, enfim, a dar ordem para que toda a criança pudesse repetir a refeição, isso não é verdade Senhora Presidente, refeições onde seria suposto por criança haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinco unidades de “douradinhos” ou de “rissóis”, curiosamente sempre que são estas unidades, chega às vezes a haver uma, como é que uma criança se alimenta só com um rissol e um bocadinho de arroz. A carcaça nunca é dada inteira, a empresa diz que, enfim, se for dada inteira o pão estraga-se, mas pelo menos já que só há um rissol, se pelo menos o pão fosse inteiro talvez a criança não passasse tanta fome, portanto, seria importante que as crianças pudessem repetir a refeição, o mais grave ainda é que elas pagam estas refeições, e, quando não o fazem é a Câmara que o faz.-- -----

-----Dentro deste sentido, o Partido Socialista vem pedir a revisão do sistema de senhas, nomeadamente, como sugestão que os pais comprem as senhas logo para o mês todo e depois seja actualizado no mês seguinte, se a criança não almoçou algum dia. O reforço contratual de vigilância e apoio às refeições, a melhoria da qualidade, sobretudo a melhoria da quantidade. ----

-----Vimos também pedir que nos seja facultado, sabemos que há quinze dias o Senhor Vereador, e, está na posse, porque também sabemos que a Câmara a nível de intenções tem acompanhado este processo, tem recolhido informações e feito diversas inspecções, mas queríamos de facto essa informação que está na posse do Senhor Vereador desses relatórios, nomeadamente, porque não podemos admitir outra hipótese, quais foram as sanções já aplicadas à empresa contratada. -----

-----Era só.” -----

4.10. Sr. Pedro Melo e Sá -----

-----O Senhor Deputado Pedro Melo e Sá fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, ilustres Deputados. Uma parte substancial dos moradores na Outurela/Portela vivem em Bairros de génese camarário, como tal, esta Câmara Municipal, este município e nós enquanto Deputados municipais, não podemos estar minimamente alheios ao que por ali se passa e temos uma responsabilidade acrescida em relação a esses mesmos factos. Nos últimos tempos tem-se

verificado um preocupante aumento da insegurança nessa zona do concelho, de tal maneira que é visível a qualquer um que por ali passe, que por ali se desloque e que tome conhecimento de tudo o que se vai passando, ao mesmo tempo que se dá esse preocupante aumento de insegurança entre a população, há também uma crescente sensação de impunidade por parte de quem pratica actos que ponham em causa a liberdade e a segurança dos cidadãos, e, também de impotência policial para fazer face a esses mesmos acontecimentos. A essa impotência policial também não será alheia, com certeza, alguma desatenção e também consequência da política que o Governo tem desenvolvido na matéria em relação à segurança, com opção por uma polícia pouco próxima dos cidadãos, pouco próxima das populações, pelo que, pergunta o Partido Socialista à Senhora Presidente da Câmara através da Mesa desta Assembleia, de que forma tem a Câmara acompanhado esta situação que é absolutamente preocupante e de que modo tem sido feito contactos com as devidas autoridades policiais, e, mesmo com o Governo através do Senhor Ministro da Administração Interna ou do Secretário de Estado responsável, para ao menos diminuir estas situações que de facto já começam a ser demais, uma situação ou outra que aconteça por vezes, obviamente que escapa ao melhor dos controles, as coisas são mesmo assim, mas se esta situação continuar a perdurar no tempo e repetidamente é absolutamente negativa para os cidadãos de todo o concelho em geral, e, para os residentes trabalhadores e frequentadores de Outurela/Portela em particular.” -----

4.11. Sr.^a Luísa Lisboa (PS) -----

----- A Senhora Deputada Luísa Lisboa fez a seguinte intervenção: -----

----- **(ausência de gravação)** “...desta Assembleia, designados na Comissão de Protecção de Menores, somos quatro elementos, dois do PSD – Dr.^a Ângela Leite, Sr. Levy Nunes, da CDU – Dr.^a Arlinda Néné, eu própria, no cumprimento das nossas funções na Comissão de Protecção de Menores, cabe-nos pela segunda vez fazer um breve Relatório/relato do que temos feito nesta Comissão, e, de algum modo com ele tentar sensibilizar esta Câmara para algumas questões que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se nos põem que achamos de superior importância. -----

-----Assim passaria a ler um pouco em diagonal este Relatório, portanto: -----

-----“Em cumprimento da alínea c), do ponto três do artigo nono, do Regulamento Interno da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, o Grupo de Trabalho constituído pelos membros designados por esta Assembleia Municipal, tendo em conta as acções e actividades que propuseram para inclusão no Plano Anual de Actividades informam: -----

-----1. Fizeram levantamento das necessidades e recursos com o objectivo de conhecer as necessidades/recursos do concelho, foram por isso enviados questionários referentes às diversas problemáticas que preocupam esta Comissão a todas as Escolas do primeiro, segundo e terceiro ciclo, Ensino Secundário, Jardins-de-infância, Creches, Centros Paroquiais e às dez Juntas de Freguesia. Tudo leva a crer que foram consultadas cerca de sessenta e seis Instituições, das quais apenas responderam vinte e seis: dois Centros Paroquiais, uma Creche (entre as vinte), Jardim-de-infância (dos dezassete), quinze Escolas do primeiro ciclo (das trinta e seis que existem), uma Básica integrada, cinco Escolas 2+3 (de entre as oito) e uma Escola Secundária (de entre as oito).

-----Verificámos que os problemas mais importantes, através destes questionários, do concelho, são: o abandono escolar, em que a situação problemática tem oitenta e sete casos, os problemas de saúde com sessenta e oito casos, e, em terceiro lugar a negligência com quarenta e sete casos, foram detectados duzentos e noventa e três casos ainda com o objectivo de se avaliar a possibilidade da criação de uma unidade educativa de acolhimento de crianças e jovens em risco.-----

-----Fizemos no dia vinte e dois de Maio de dois mil e três uma primeira visita à Casa do Parque de Outurela, reunimos com as Técnicas desta Instituição e da Casa da Encosta – Centro de Acolhimento Temporário, que nos informaram que sentem que as maiores carências ao nível institucional são para o acolhimento prolongado. As Casas de Acolhimento Temporário têm capacidade para doze a catorze crianças, e, visam receber crianças e jovens para um espaço de

tempo curto até ao seu encaminhamento para uma das três situações, ou o retorno à família restrita ou alargada, adopção ou uma Instituição de Acolhimento Prolongado. -----

----- Do recente levantamento feito a nível nacional, concluiu-se que há cerca de onze mil crianças em Instituições e Famílias de Acolhimento, que há cerca de oitenta unidades de emergência, estas aptas a receber crianças e jovens num espaço de quarenta e oito horas após o pedido. ---- -----

----- As Casas do Parque e da Encosta, Centros de Acolhimento são da responsabilidade da Associação Portuguesa Para o Direito dos Menores de Família. A Casa do Parque é já o resultado de um esforço conjunto entre esta Associação e a Câmara Municipal de Oeiras, e, beneficia dos apoios da Câmara Municipal de Oeiras e do Centro Regional de Segurança Social, daqui concluímos depois de tudo isto que precisamos de mais respostas neste concelho. -----

----- Relativamente ao primeiro ponto, a este levantamento face aos números apresentados num quadro que lhes podemos deixar vemos com pertinência a criação de uma Escola Oficina no concelho para jovens pré-adolescentes e adolescentes. No que se refere ao segundo ponto, e, face ao número de casos que procuram respostas para o acolhimento de crianças e jovens dos seis aos dezasseis anos, com carácter prolongado, pensamos ser de considerar a possibilidade de criar no concelho de Oeiras um Centro de Acolhimento com carácter prolongado.-----

----- Assinam os Membros designados da Assembleia Municipal de Oeiras na Comissão de Protecção de Menores.”-----

----- Posto isto, e, terminado o tempo dos Membros designados para a Comissão de Protecção de Menores, falo agora em meu nome enquanto Partido Socialista, nós Partido Socialista gostaríamos muito de ver incluído no Plano do próximo ano, alguma resposta a estas duas preocupações, estou certa que os meus colegas também da Comissão de Protecção de Menores aqui da Assembleia têm essa preocupação, por isso apelamos ao Executivo da Câmara a possibilidade de pensar em inserir ainda neste Plano de Actividades alguma, pelo menos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

primeira etapa de um projecto que poderá ser uma resposta a estas grandes necessidades do concelho.-----

-----Muito obrigado.”-----

4.12. Sr. Vidal Antão (PS)-----

-----O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte intervenção:-----

-----“Boa tarde Senhor Presidente. Como o Senhor Presidente muito bem sabe, o Partido Socialista tem defendido desde o início deste mandato a realização de algumas Assembleias alternadamente em horário nocturno, por forma a que os nossos munícipes possam efectivamente acompanhar a vida democrática do concelho, tal não tem sido o entendimento da Mesa, no entanto achamos que a democraticidade que deve viver o concelho aconselha a que estes tipo de reuniões possa começar a ser efectivado, dado que é expectável que o ponto número vinte que é a discussão do “Rossio de Porto Salvo” não seja efectivamente levado hoje a efeito, o Partido Socialista sugere à Mesa que pondere a possibilidade de fazer a continuação desta Assembleia, se for esse o caso, em horário nocturno na freguesia de Porto Salvo.-----

-----Muito obrigado.”-----

4.13. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)-----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito boa tarde, são quatro situações que vou tentar descrevê-las de forma muito rápida:-----

-----A primeira prende-se com a actuação da fiscalização da Parques Tejo, fui informado há uns tempos atrás que uma munícipe do nosso concelho, tendo-se dirigido a um Laboratório de Análises Clínicas, estacionou a viatura e quando se dirigia à máquina para proceder ao pagamento, e, colocar o recibo no interior do carro, quando olhou para trás a fiscalização já estava, digamos assim, em início de processo de colocar estes bloqueadores ou não sei o quê. Portanto, gostaria de saber o que é que se passa em relação a isto na Parques Tejo?-----

----- Uma outra situação tem a ver com a actuação da Protecção Civil, Bombeiros e Serviços Municipais numa situação de inundação verificada num prédio em Carnaxide, o qual devido a obras que foram efectuadas pela Divisão de Obras de Oeiras, taparam a caleira de escoamento de águas, e, num desses dias de temporal a casa começou a meter água, ficou totalmente inundada, foi pedida a intervenção da Protecção Civil, dos Bombeiros e dos Serviços Municipais, e, a resposta que foi obtida foi: “chame um técnico para proceder à abertura de um buraco na parede de sua casa, para proceder ao escoamento da água”. -----

----- Uma outra situação tem a ver com o viaduto sobre a Marginal, o viaduto que passa sob a linha férrea, ali no Alto da Boa Viagem. Há dias estava a dar um passeio naquilo que futuramente irá ser parte do Passeio Marítimo entre a Cruz Quebrada e Caxias, verifiquei que o viaduto que suporta a Marginal está em avançado estado de degradação, dado o volume de tráfego que por ali circula diariamente, penso que seria conveniente os técnicos da Câmara Municipal de Oeiras procederem a uma vistoria para verificar o que é que se passa efectivamente na zona, porque a minha observação foi à altura do Passeio Marítimo.-----

----- No Bairro Municipal de Leceia estão previstos, ou estão definidos uma série de espaços verdes, só que estão perfeitamente abandonados, se seria possível efectivamente proceder ao arranjo desses espaços que quando chove se transformam em piscinas, e, no Verão são fonte de grande poeirada. -----

----- Muito obrigado, é tudo.” -----

4.14. Sr. Reis Marques (PS) -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, muito boa tarde Senhores Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Começaria por colocar aqui três ou quatro questões, uma é ao Senhor Presidente da Assembleia, sei que no fundo não é o Senhor Presidente que vai ter que me responder, mas é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para exercer a sua pedagogia junto da Câmara Municipal, porque tenho um Requerimento enviado a vinte e três de Setembro de dois mil e dois, até esta data não obtive resposta, posso justificar é o Requerimento sobre o “Relatório do Auditor Municipal”. Como esta Câmara criou o Auditor Municipal que deve ter um trabalho, e, como até agora não é conhecido o Relatório do Auditor Municipal, é nessa base que tenho esse Requerimento. -----

----- Também tenho um Requerimento mais recente em vinte e dois de Setembro de dois mil e três, que também é sobre um processo que também ainda não chegou, recordo que de facto este é do mandato atrasado, mas também era interessante que ele viesse. -----

----- Já agora gostaria de deixar aqui um pedido ao Senhor Presidente da Assembleia, se era possível mandar distribuir aos Membros desta Assembleia o Relatório Síntese da Comissão Municipal de Saúde do mandato anterior, visto que se fala hoje de algumas questões de saúde, era muito importante para os Membros desta Assembleia conhecerem o Relatório Síntese do mandato anterior. Agora gostaria de colocar, porque só hoje é que me é possível colocar esta situação, em Julho deste ano ao ir junto do Bairro da Portela da Avenida dos Cavaleiros, verificar um entaipamento dum conjunto de casas novas que lá estão feitas, fui nessa altura agredido e outra pessoa que ia comigo, depois dirigindo-me à Polícia de Segurança Pública de Carnaxide, e, aqui é que está a questão de fundo, respondeu-me o Comissário: “então o Senhor foi para lá desta maneira, não sabe que não deve ir para lá?” Eu disse: “não devo ir para lá, então fui ao Conselho Municipal de Segurança e disseram-me que há segurança no concelho.” Ele respondeu-me que não havia condições, e, não há, não queria que se alertasse, que se fizesse um alarme excessivo desta situação, mas acho que há zonas em todos os concelhos, umas mais recomendáveis do que outras, era bom que se alertassem as pessoas que não é recomendável a determinada hora, é evidente que aquela já era ao cair da noite, mas é sempre difícil lá ir, responderam-me.-----

----- Fui lá com dois carros da Polícia armados até aos “dentes”, para lá ir buscar o meu

carro que já tinha sido vandalizado por aquela gente, portanto, acho que há de facto alguma insegurança, somos todos nós responsáveis mas temos que tomar algumas medidas. Depois disto fiz um Requerimento sobre a situação das casas dos Cavaleiros e há uma informação que não corresponde à verdade, diz que as casas têm má qualidade, então não foi feita uma caução quando construíram as casas? Não há uma caução? Estas casas foram construídas com fundos comunitários, com dinheiros da comunidade, uma grande parte dos fundos, agora responderam-me que inclusivamente pode haver necessidade de as destruir, há aqui algumas questões que é preciso ter no futuro em consideração. -----

----- Gostaria de deixar uma pergunta à Senhora Presidente: o que é que está projectado para o Alto dos Agodinhos? Junto a Queijas, gostaria que informasse.-----

----- Sobre a história que um Membro da Assembleia já aqui levantou sobre Carnaxide, de facto, houve ali alguma descoordenação ao fazerem as obras na Gonçalves Crespo, alguém tapou indevidamente a tubagem das águas que saíam da casa, só não houve mais problemas porque o encarregado da obra que lá andava disse: “levante ali, porque foi indevidamente tapado o acesso da caleira às águas pluviais”, isto era importante que no futuro não se repetisse, a Senhora da casa teve muitos prejuízos e levanta hoje o problema: “quem é que lhe vai pagar os prejuízos da casa?” -----

4.15. Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS) -----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente. Gostaria de fazer uma pergunta relativamente a Algés e à requalificação, e, relativamente ao PROQUAL. Gostaria de saber qual é o ponto da situação da aplicação do PROQUAL, sei que é até dois mil e seis, mas não se vê verificado nenhum desenvolvimento, qual é o ponto da situação? -----

----- Obrigado.” -----

4.16. Sr. Luís Sousa (PS) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente, antes de mais, muito boa tarde Senhora Excelentíssima Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, restantes companheiros desta Assembleia, estimado público e funcionários da Câmara.-----

-----Senhor Presidente gostava de lhe dizer, e, porque temos hoje a felicidade de o ter no início destes trabalhos, Ilustre Presidente desta Assembleia, Ilustre Ministro desta República, e, que tem defendido em vários locais... (**Mudança de Cassete**)... forma muito directa e muito clara, aquilo que o PS tem vindo a dizer ao longo deste mandato, como é que é possível de uma forma séria, de uma forma clara e concisa, debater assuntos de importância e de relevância para este concelho com uma Ordem de Trabalhos que tem vinte e dois pontos. É para nós algo de preocupante, algo que temos vindo a salientar, tenho a certeza que Vossa Excelência gosta e defende a discussão das ideias e a forma aberta como elas devem ser feitas, não de uma forma tão castradora como tem sido feito nesta Assembleia Municipal.-----

-----Gostava também de deixar à Câmara, de realçar que os documentos de suporte das Assembleias Municipais estão a chegar tarde às pessoas, nesta Assembleia com vinte e dois pontos, os documentos chegaram a alguns Membros desta Assembleia na passada quarta/quinta-feira. Como método de trabalho, penso que a Câmara pode perfeitamente fazer isto, ou fazia uma proposta, pedia à Câmara que quando os assuntos que têm que vir à Assembleia Municipal fossem despachados em Câmara, fossem de imediato enviados para os Membros desta Assembleia, para pudermos de uma forma mais clara, de uma forma mais tranquila analisá-los e poder discuti-los também dando ideias de uma forma mais transparente neste Fórum. Eram estas três primeiras interpretações que gostava de fazer.-----

-----Gostava também de vos dizer, aquilo que tem vindo a ser dito há algum tempo, e, também ao Senhor Presidente da Assembleia, que mais uma vez o Regulamento e o Regimento desta Assembleia não está a ser cumprido, gostava de alertar que segundo o Regimento desta

Assembleia o último ponto desta Ordem de Trabalhos, o vigésimo segundo que é o “Relatório da Senhora Presidente da Câmara” a esta Assembleia, deve ser colocado no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, temos que cumprir o Regimento, é pelo Regimento que nos temos que reger, gostava também mais uma vez de alertar o Senhor Presidente para esta situação.-----

----- Gostava também de levantar duas ou três pequenas questões das freguesias que nos chegaram, e, que me chegaram a mim pessoalmente ao longo destes últimos dois/três meses, desde a última Assembleia, e, sobre Caxias gostava de perguntar à Senhora Presidente, veio-nos a informação que possivelmente a Esquadra da PSP irá sair de Caxias/Laveiras, gostava de saber qual é o fundamento disto, se isto é verdade, o que é que nós podemos fazer, porque acho que é importante aquela Esquadra no local onde está face também há proximidade do Bairro Social que existe em Laveiras.-----

----- Também gostava que a Senhora Presidente nos dissesse, estando-se a aproximar a quadra natalícia, o que é que vai ser feito junto às obras do SATU, mais junto ao Carrefour, local como é obvio de consumo e de procura nesta altura do ano, se já tem hoje problemas de trânsito, terá com certeza ainda mais agravados neste momento do ano, também a própria iluminação que é-nos dito, de facto, está muito fraca e deve ser feito ali algo de forma a melhorar a qualidade de movimentação e de segurança das pessoas.-----

----- Também, deixe-me perguntar à Senhora Presidente, gostaríamos que nos dissesse e comunicasse também à população, penso que é importante, tem-nos chegado da população ali de Oeiras/Quinta do Marquês, junto da famosa rotunda do Marquês que está lá completamente tapada por taipais, o que é que se passa ali? O que é que aconteceu? O que é que está a acontecer? O que é que pode vir a acontecer? A população continua a perguntar-nos, esta pergunta já foi feita à Senhora Presidente nesta Assembleia, não há desenvolvimentos pelo que sabemos neste assunto, e, gostaríamos de informar de uma forma clara a população sobre este assunto. --- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Gostaria também de realçar, dizer aquilo que o meu camarada de Bancada Vidal Antão já o disse, acho que é importante esta Assembleia chegar à população, acho que é importante que nós façamos saídas deste local pelas belíssimas qualidades que tem, obviamente, mas temos que chegar à população, nesse sentido reforço o pedido desta Bancada em que a segunda reunião, porque acredito que haverá uma segunda reunião desta Assembleia, é de todo impossível discutir vinte e dois pontos hoje, seja feita em Porto Salvo, até porque existe mais do que um ponto com interesse para a população e seja feita à noite, onde as pessoas podem estar presentes e onde as pessoas podem também ouvir aquilo que as preocupa. -----

-----Finalmente, até porque o PS apresentou uma Moção neste Período Antes da Ordem do Dia, gostava também de apresentar essa Moção a esta Assembleia face...”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** interrompeu referindo o seguinte: -----

-----“Já está distribuída a todos os Deputados, o texto da Moção já foi distribuído. Mas não vai lê-la toda se não esgota o seu tempo, faça só um resumo por favor.”-----

-----**O Senhor Deputado Luís Sousa (PS)** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. Face a esta Moção que o PS apresenta a esta Assembleia é nossa opinião que este Governo tem de facto tratado mal tudo o que é Autarquias, tudo o que é investimento, o investimento do PIDDAC continua a reduzir e Oeiras não tem tido verbas para dentro do PIDDAC, deixem-me só salientar que no próximo Orçamento de Estado está previsto para Oeiras unicamente dentro do PIDDAC, um Pavilhão Escolar, um sub-Centro de Saúde já protocolado e mais nada. Também gostaríamos uma vez por todas ver resolvida toda a situação que tem vindo a ser discutida, e, tem sido apresentada pelo PS ao longo de alguns anos a esta parte como é a DLM, que não está novamente no PIDDAC, gostaríamos que este Executivo fizesse um esforço junto do Executivo Nacional e junto do Governo, fosse possível colocá-lo no próximo Orçamento de Estado, tal como também o Metro Ligeiro de Superfície, também novos Centros de Saúde em Oeiras, continuamos sem os ver tanto no PIDDAC como

também não os vemos nas grandes opções do Plano desta Câmara.-----

----- Penso que é uma Moção pertinente, uma Moção que defende os interesses dos munícipes de Oeiras, defende aquilo que nós vimos a dizer às pessoas, nesse sentido apresentamos esta Moção nesta Assembleia.-----

----- Muito obrigado.”-----

4.17. Sr. Arlindo Barradas (PSD)-----

----- O Senhor Deputado Arlindo Barradas fez a seguinte intervenção:-----

----- **(ausência de gravação)** “... Reis Marques, que se queixe da nossa gente do Pátio dos Cavaleiros, estou a estranhar, porque as pessoas que foram para lá são pessoas muito moderadas, diria até que foram “escolhidas a dedo” para irem para lá, não serão outros que vão de outros pontos dos Bairros que vão fazer distúrbios? Vou lá de vez em quando nunca ouvi qualquer queixa que fosse, não estou a dizer que não tenha sido, enfim, alguma coisa que esteja fora do normal, mas deste lado de Outurela sim, agora daquele lado nunca ouvi qualquer coisa que fosse anormal. Era só isso.”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado peço desculpa, pediu a palavra para que efeito? Mas já fez a sua intervenção à bocadinha. Senhor Deputado pediu a palavra para que efeito? Sim, é uma pergunta tem todo o direito.”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** indagou o seguinte:-----

----- “Exacto. Fiquei um pouco surpreendido com a expressão “escolhidas a dedo”, gostava que o Senhor Deputado pudesse clarificar-me para que não fique nenhuma dúvida no meu espírito, qual foi o processo de diferenciação das pessoas?-----

----- **O Senhor Deputado Arlindo Barradas (PSD)** respondeu o seguinte:-----

----- “Sim, digo isso, porque são pessoas com quem convivi de perto, que preferiram ir para lá mais tarde para se sentirem mais seguras, pessoas com quem tinha contactos regulares,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fui professor na Escola N.º 1 de Algés, convivi com toda aquela gente da Pedreira dos Húngaros e de outros Bairros degradados, por acaso até sou o “fetiche” deles com muita honra.”-----

4.18. Sr. Jorge Pracana (PSD) -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

-----Aprez-me registar que de alguma maneira as preocupações do Partido Socialista no que respeita ao PIDDAC, e, que se consubstanciam na Moção que apresentou, o PSD, enfim, também hoje fez entrar na Mesa igualmente uma Proposta, que será de seguida discutida votada onde realmente se mostra também preocupado com a situação actual do PIDDAC, o que é evidente que nos habituámos nesta Câmara, até porque a Câmara habituou-nos e habituou os munícipes, de facto, a um grau de execução e ao desenvolvimento de um conjunto de projectos infraestruturantes, que de alguma maneira poderão estar limitados actualmente, daí a razão também da apresentação da Proposta do PSD, mas a razão fundamental que de alguma maneira também justifica a minha intervenção respeita algumas das afirmações aqui proferidas, e, que reproduzem o que foi escrito por parte do Bloco de Esquerda.-----

-----Quero dizer que ouvi o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda e não entendi, depois de ler não acreditei. De facto, há um conjunto de afirmações aqui proferidas que seguramente não devem respeitar ao Portugal democrático, e, não devem respeitar ao município de Oeiras, não sei muito bem quais são as regras do jogo em Salvaterra de Magos, município que o Bloco de Esquerda controla, possivelmente devem ser as mesmas leis que em Oeiras existem, e, devem ter rigorosamente o mesmo conceito de democracia que nós temos, eu não conheço outro. O conceito de democracia implica de facto respeito pelas maiorias, porque os eleitores assim o decidiram, e, Vossas Excelências neste concelho ainda não conseguiram ultrapassar os cinco por cento, em qualquer outro País da Europa se calhar nem voz tinham, mas aqui têm-no, felizmente.

Portanto, isto significa que nesta Assembleia os Senhores nunca foram impedidos de falar, nem nunca vos foi cortada a palavra, nem impedidos de apresentar Moções como esta, sempre foi possível, ainda bem, elas serem discutidas seja em sede de Plenário, seja inclusive, nas Conferências de Líderes a propósito da definição das Ordens de Trabalhos. -----

----- Algumas das afirmações aqui proferidas se não fossem levianas eram graves, não é possível dizer-se como aqui é dito que neste concelho a Assembleia Municipal, penso que é um simples lapso de escrita o ponto cinco, visto que define as Assembleias no plural, nós temos só uma, mas admito que seja um lapso de escrita, de facto, a nossa Assembleia Municipal não é seguramente um gabinete de despacho, todas as propostas que vêm a esta Assembleia são discutidas, são ponderadas e são votadas, muitas vezes até votadas, seguramente não com o seu voto, se calhar seria de estranhar, mas com os votos de outras Bancadas o que muito nos apraz, porque quer queiramos, quer não, o que a todos nos importa neste órgão não é fazer “show off”, é fundamentalmente gerir os factos, gerir as Moções, gerir os Trabalhos por forma a levar aos munícipes aquilo que eles pretendem que é trabalho. -----

----- Cabe aqui dizer, não sei se o Senhor Deputado se recorda, basta para tanto ler os livros de “Ciência Política” qual é o grande mal dos Parlamentos no século vinte e actualmente, o grande problema que pôs em causa os Parlamentos e o descrédito desses órgãos colegiais, é exactamente a ineficácia dos seus trabalhos. -----

----- O que nós procuramos realmente aqui nesta Assembleia com o esforço de todos nós, de si também Senhor Deputado é realmente conseguir-se apresentar trabalho, trabalho este que nós obviamente gerimos de acordo com a necessidade da Câmara e as necessidades das populações. Portanto, dizer-se como se diz aqui que existe falência de debate democrático, que esta Assembleia, enfim, quase diremos que um “yes man” da Câmara, isto é na minha opinião criticável e atinge-nos a todos nós.-----

----- Por isso o PSD, que é de facto, aqui, não poderei falar pelos outros Membros da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia, falo pelo PSD, porque é esse que especificamente é censurado pelo Bloco de Esquerda, o PSD limita-se aqui a exercer convictamente e em consciência um mandato que está investido pelos eleitores deste concelho, que já em sucessivas eleições nos tem dado a confiança, espero que continuem a dar, enfim, espero que o Bloco de Esquerda realmente, fazendo um pouco exame de consciência acabe por concluir que não é por esta forma que se ganham votos, votos ganham-se por trabalho, votos ganham-se na rua, não é de facto com estas Moções que efectivamente não podem deixar de ser rejeitadas, como irão ser seguramente. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** indagou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Carlos Gaivoto, pediu a palavra para que efeito? Não, para se inscrever para uma intervenção o Senhor já esgotou o seu tempo, a única coisa que pode é fazer uma pergunta, Senhor Deputado isto tem regras, o Senhor que passa a vida a invocar as regras democráticas tem que as cumprir também, não, não há esclarecimento, quer dizer ou faz uma intervenção, mas isso há bocado o Senhor gastou o tempo todo a que tem direito. As Moções estão todas distribuídas Senhor Deputado, são sempre distribuídas, escusa de vir com isso, todos os papéis são distribuídos, portanto, o Senhor gastou o seu tempo, não tenho a culpa que tivesse gasto o tempo, o Senhor devia saber dar o exemplo, saber gerir o tempo, agora o Senhor Deputado faz uma intervenção, o Senhor tem alguma pergunta a fazer? Eu dou-lhe a palavra, porque a isso tem direito, sim? Não, não há esclarecimentos Senhor Deputado, desculpe, uma coisa o Senhor sabe que é o debate, o debate numa Assembleia, há opiniões diferentes, é o exercício do contraditório, já ouviu falar disso em democracia? -----

-----O Senhor fez a sua intervenção livremente, ninguém o interrompeu, nem sequer ninguém o questionou, a seguir há outro Senhor Deputado que entende fazer uma intervenção em sentido diferente, cada um ajuizará, é assim as regras democráticas, ponto final, peço imensa desculpa, as regras Senhor Deputado são assim e são iguais para todos.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Alexandre Luz.-----

----- Desculpe, à intervenção do Senhor Deputado Jorge Pracana? Faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** indagou o seguinte: -----

----- “Queria perguntar ao Senhor Presidente se, de facto, depois na altura quando se fosse votar as Moções, se havia um período para se intervir sobre essas Moções?” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado isso não, os Senhores estão em discussão, podem todos discutir as Moções, porque se não o Período Antes da Ordem do Dia é o dobro do que está previsto.” -----

----- **O Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** disse o seguinte: -----

----- “Antes da votação, se quisermos falar sobre elas temos que nos inscrever?” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Mas foi o que eu disse há bocado, que as Moções estavam todas admitidas, por isso é que já têm havido intervenções, evidentemente que só fala nas Moções quem quiser, não é obrigado, porque evidentemente o Período Antes da Ordem do Dia abrange tudo, por isso é que elas são distribuídas, por isso é que às vezes peço, como se fez agora ao Senhor Deputado Luís Sousa, fez um resumo apenas para não perder tempo. -----

----- Senhor Deputado Tavares da Cruz, o seu partido também já esgotou o tempo também, já ultrapassou. Senhor Deputado agora vamos dar a palavra ao Senhor Deputado que está inscrito, depois veremos essa questão. -----

----- Senhor Deputado Alexandre Luz vamos respeitar os colegas que se inscrevem para falar.” -----

4.19. Sr. Alexandre Luz (PSD) -----

----- O Senhor Deputado Alexandre Luz fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. A minha intervenção é feita também no âmbito das Moções apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Gaivoto que diz na Moção, vem aqui falar na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia Municipal estar reduzida à aprovação de despachos, estar reduzida à normalidade democrática. Deixe-me dizer Senhor Deputado que achei isto muito estranho, dou-lhe só um exemplo do que é que aconteceu na última Assembleia Municipal, ao que sei foi o seu partido o Bloco de Esquerda que pediu para ser acrescentado um ponto na Ordem de Trabalhos que aconteceu, e, o que é que aconteceu a seguir: não foi debate? Sim, mas todos temos direito ao debate e obedecer às regras da democracia. Por mais até, inclusive, que tenha discordado da discussão desse assunto aqui nesta casa, o que é facto, é que isso foi discutido, até compreendo a frustração, é a frustração de trazer alguma coisa a ser debatida, há o debate, algumas Moções são aprovadas, outras são reprovadas, as do Senhor Deputado tem sido reprovadas, compreendo que é difícil numa Assembleia onde se é minoria, onde só tem eleito um Deputado, conseguir fazer com que se aprovem Moções que no meu entender foram correctamente reprovadas.-----

----- Ainda por cima é estranho que venha aqui falar de democracia nestes termos, porque democraticamente o PSD teve a maioria absoluta nesta Câmara, e, os munícipes de Oeiras escolheram o Doutor Marques Mendes para ser Presidente desta Assembleia, mais uma vez compreendo que não tenha gostado, mas a vida é assim, estas situações só se resolvem indo a votos, não é por intermédio de Moções sem grande consequência, tentar fazer cair o que o povo quer e decidiu.-----

-----Obrigado.” -----

4.20. Sr. Tavares da Cruz (CDU) -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhor Presidente desculpe, vamos lá ver, foi interpretação errada minha, sempre pensei que seria importante, para nós é importante que a CDU se manifeste e dê a sua opinião sobre as Moções de cá, se é só um minuto vou ser o mais rápido possível.-----

-----Vou começar pelas Moções do “PIDDAC”, a CDU vai votar a favor das duas Moções do PIDDAC, porque de facto a CDU pauta-se por um princípio fundamental, venham

de quem vierem as Moções, se elas servirem os interesses das populações, vota a favor, nesta medida vamos votar a favor das duas Moções, e, fazemos aqui, lamentamos aliás que o mesmo não aconteça com os restantes agrupamentos políticos, nomeadamente, na Câmara. A Câmara Municipal, a nossa votação sobre o “PIDDAC”, que no fundamental é uma votação idêntica àquelas que estão aqui foi rejeitada pelo PSD, portanto, nós lamentamos esse voto. -----

----- Em relação à Moção da “Solidariedade da Carris”, nós não podíamos deixar de nos manifestar a favor, é uma Moção que consideramos pertinente, consideramos que merece a nossa solidariedade e a nossa aprovação.-----

----- Em relação à Moção do Bloco de Esquerda, que aponta: “para reprovar a actuação do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras; exigir a demissão do actual Executivo e consequente realização de eleições antecipadas”. A CDU tem aqui manifestado sempre a sua posição, nomeadamente, em relação à figura do Senhor Presidente sem a pôr em causa como pessoa, mas porque consideramos que dado as responsabilidades governativas que ele tem, não tem condições objectivas para exercer, digamos, esse lugar, temos considerado sempre, somos desde a primeira hora, o que seria preferível era que o Senhor Presidente pedisse, digamos, a sua demissão deste órgão e se ficasse pela sua actuação no Governo, esta tem sido a nossa posição e apraz-nos de facto que o PS também já fale nisto, e, agora o Bloco de Esquerda, portanto, continuamos a reafirmar esta nossa posição, no entanto somos objectivos e não somos demagógicos, consideramos que esta Moção independentemente das questões em relação à Assembleia, algumas delas serem pertinentes, consideramos que ela tem um cunho demagógico, nós de maneira nenhuma a podemos aceitar. -----

----- Esta é a nossa posição em relação às Moções apresentadas. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

4.21. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP) -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados. Até é bom acharem interessantes as decisões do CDS/PP no que se reporta às Moções. -----

-----No que se reporta às duas Moções do PSD e do PS, é uma pena realmente que o PS tenha feito aqui uns considerandos iniciais que a nosso ver não se enquadram nos objectivos da Moção, que no seu conteúdo e na sua génese até mereceriam a aprovação do CDS/PP, se o PS tirar estes considerandos iniciais da sua proposta, o CDS/PP vai votar favoravelmente as duas propostas que estão em causa, porque elas no fundo caminham num único sentido que é melhorar as condições dos Oeirenses.-----

-----No que se reporta às Moções do Bloco de Esquerda, gostaria de fazer uma coisa que futebolisticamente falando e lembrando uma pessoa que já morreu, e, dizer: “no comments”.-----

4.22. Sr. Luís Sousa (PS) – INTERPELAÇÃO À MESA -----

-----O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte Interpelação: -----

-----“Uma Interpelação à Mesa e ao Senhor Deputado do CDS/PP. Que tipo de considerações é que ele gostava que a gente tirasse da Moção, porque não foi explícito.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** deu o seguinte esclarecimento: -----

-----“Pelo que eu vi o preâmbulo, não era a parte deliberativa.-----

-----Senhora Presidente da Câmara tenha a bondade.” -----

4.23. ESCLARECIMENTOS DA C.M.O. -----

-----Perante as questões colocadas a **Senhora Presidente da C.M.O.** esclareceu o seguinte: -- -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente, boa tarde Senhores Deputados. -----

-----Muito rapidamente a resposta às questões colocadas, porque algumas depois terei oportunidade de dar através da resposta aos requerimentos entretanto entrados. -----

-----Quanto à Ribeira da Lage e há intervenção na Ribeira da Lage, dizer que há como todos estão lembrados certamente, uma primeira candidatura que a SANEST formalizou ao

Programa Operacional do Ambiente, e, que diz respeito: “intervenção na Ribeira da Lage a montante da A5” que envolve os concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, é uma candidatura para erradicação dos esgotos, portanto, despoluição da Ribeira que está quase a finalizar a obra.-----

----- Relativamente à intervenção a jusante, foi formalizada também pela SANEST uma candidatura e foi assinado em simultâneo o Protocolo com a Câmara Municipal de Oeiras, em que nós nos comprometemos de acordo com o programa estabelecido, a passar para a SANEST a parte correspondente ao território de Oeiras, digamos assim, corresponde em cerca de duzentos e trinta e seis mil euros, portanto, estão de facto a decorrer as obras na Ribeira da Lage.-----

----- Relativamente às questões ligadas pela Senhora Deputada Ermelinda Oliveira, no que toca à demolição da barraca em Tercena, relativamente àquela Senhora, de facto, isto ocorreu na semana passada, a Senhora foi notificada, neste momento está-se a ver internamente como é que poderemos resolver o caso da Senhora, mas está em estudo. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado João Viegas, no que toca à alimentação das escolas, ora como todos sabem nós aprovámos aqui a abertura de um concurso público internacional que decorreu, em resultado dessa abertura de concurso foi adjudicada à Empresa GERTAL até trinta e um de Dezembro de dois mil e seis o fornecimento de refeições, como sabem também para que as nossas crianças possam beneficiar dessas refeições, posso dizer que tenho conhecimento de que não há crianças sem refeições, aqueles que têm que adquirir as senhas podem fazê-lo nas Juntas de Freguesia, nos Postos de Atendimento da Câmara, no Oeiras Parque, aqueles que são considerados carenciados, ou seja, os muito carenciados que não pagam nada, os que têm já num escalão b de carência em que pagam apenas cinquenta por cento, os pais podem levantá-los e devem levantar as senhas nas Juntas de Freguesia. De qualquer forma não há conhecimento de que de facto fiquem crianças sem almoçar, até por isto, porque as direcções das Escolas têm blocos de senhas, precisamente para puderem ser accionados nos momentos em que verificam que há crianças que por qualquer motivo não levam a senha, portanto, essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

situação não se verifica e a verificar-se é porque há qualquer situação que não está a ser cumprida, não estão a ser utilizados os meios que nós pusemos à disposição das Escolas e dos pais.-----

-----De qualquer forma, dizer também para que não haja, e, para que fiquem com esta informação, em termos de evolução das refeições fornecidas nestes três últimos anos lectivos, portanto, no ano de dois mil/dois mil e um, foram fornecidas quatrocentas e cinquenta e três mil setecentas e cinquenta e sete refeições, no ano lectivo de dois mil e um/dois mil e dois, quatrocentas e noventa e quatro mil e cinquenta e sete refeições, no ano lectivo de dois mil e dois/dois mil e três, quinhentos e oito mil quinhentos e vinte e três refeições. Dizer que todos os Jardins-de-infância têm refeitório, as Escolas também, todas têm refeitório com excepção de duas: Sylvia Phillips e uma em Linda-a-Velha é que não tem. -----

-----Relativamente ao acompanhamento de todo este processo, tem sido feito um acompanhamento quer pela Câmara, quer pelo Instituto Ricardo Jorge no que toca às análises bacteriológicas, não temos tido indicação de qualquer anomalia, nas análises e nos resultados das análises que estão a ser feitas no Instituto Ricardo Jorge, relativamente à fiscalização que a Câmara tem feito, têm sido sinalizadas e detectadas determinadas situações que em sequência deu origem a reuniões com a Empresa, reuniões sistemáticas com a Empresa no sentido de alertar para o meio pão que há pouco referiu, foi verdade, foi sinalizado, para alguma situação de qualidade de fruta que não é a mais adequada, para uma ou outra situação que não esteja tão bem confeccionada, não é que sejam produtos de má qualidade, é que não seja tão bem confeccionada, ou porque está muito cozinhada, nomeadamente, no que toca à carne e ao bife que pode ficar muito mais seco, e, que não deve ficar assim, tem sido feito um acompanhamento por parte da Câmara a par e passo exactamente porque achamos que com as crianças não se brincam. De qualquer forma as Senhoras Professoras têm um impresso próprio para canalizarem para a Câmara Municipal todas as anomalias verificadas, portanto, ao fim do dia se tiverem

qualquer situação a registar, podem e devem fazê-lo, nós não adivinhamos, para a Câmara Municipal concretamente para a Divisão da Educação.-----

----- Por outro lado também, e, porque achamos que é muito importante que no período da refeição, tenho-me debatido relativamente a isso desde mil novecentos e noventa e oito, consideramos que o período da refeição é um período de aprendizagem muito importante, temos feito com que as Senhoras Professoras acompanhem os meninos durante a hora da refeição, exactamente por isso também não pagam as refeições dos Professores, não é que isso seja uma forma de pagar o trabalho que lá estão a desenvolver durante aquele período, mas é uma forma, ao fim ao cabo de conseguirmos conciliar tudo isto, ter apenas uma atenção e um reconhecimento para quem connosco quer colaborar no dia-a-dia nestes momentos que consideramos importantes, portanto, digamos que e sabemos todos nós que os recursos nunca são muitos em termos de recursos humanos para esses períodos, porque há crianças mais difíceis, mas temos feito tudo o que é possível, inclusivamente, recordar-se-ão certamente que em muitas escolas têm havido jovens, e, não são quaisquer jovens, são jovens com perfil adequado para acompanharem naquele programa que nós temos que se chamava habitualmente “Opções Jovens”, jovens com perfil adequado, não é qualquer jovem, repito, precisamente para fazer o acompanhamento também e ajudar naquilo que for necessário durante esses períodos, de maneira que tem havido de facto aqui um cuidado, costume dizer que todos os cuidados são poucos nessa matéria, e, são sempre bem vindos, gostamos que os sinalizem precisamente para que nós de imediato os façamos sentir à Empresa que fornece as refeições.-----

----- Relativamente aos aspectos que aqui foram referidos de insegurança, nós temos como sabem em termos da nossa Polícia Municipal, aproveitando exactamente o reforço dos nossos quadros, como sabem há bem pouco tempo passaram de trinta e sete para sessenta e seis, nós temos em articulação, portanto, através desse reforço e em articulação com a PSP e a GNR tentado despistar determinadas coisas, tentado actuar em alguns momentos e algumas zonas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

consideradas mais problemáticas, temos de dizer que todos os dias e essa articulação é uma realidade, todos os dias nós articulamos com estas duas forças de segurança a PSP e a GNR, tentamos da melhor maneira gerir os recursos que temos, sempre que é o momento oportuno nós temos pedido também ao Ministério da Administração Interna que reforce os efectivos. -----

-----Quanto à Esquadra, passando aqui, não tendo o cuidado da ordem, mas relativamente à Esquadra de Caxias/Laveiras, não consta que haja qualquer intenção de desactivação, não nos chegou cá, se nos chegar alguma coisa, obviamente, mas tentarei saber o que é que se passa, se nos chegar alguma coisa obviamente que actuaremos em conformidade.-----

-----Relativamente à conclusão a que a Senhora Deputada Luísa Lisboa e o Grupo que elaborou o Relatório, relativo à actividade na Comissão de Protecção de Menores, eu sugeria que essas situações e essas conclusões, essa avaliação fosse canalizada para a Comissão Nacional das Crianças e Jovens em Risco, que tem obrigação de se debruçar sobre estas matérias e tentar arranjar as respostas adequadas, quer a nível regional, digamos assim, quer a nível nacional. É importante, e eu como represento também a Associação Nacional de Municípios Portugueses nessa Comissão Nacional, canalizarei para lá todos os aspectos que entretanto forem sinalizados.

-----Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Pinto Ferreira no que diz respeito ao Bairro Municipal de Leceia, os espaços verdes estão no PA, deixe-me dizer assim que é mais vulgar, para o próximo ano, intervenção nessa zona, portanto, vamos intervir. -----

-----Quanto ao viaduto sobre a marginal, como sabe não é competência da Câmara Municipal, de qualquer das maneiras vamos também alertar que é essa a nossa missão também, alertar para esse facto.-----

-----Relativamente ao Alto dos Agodinhos não está nada projectado para lá, está na zona de protecção da auto-estrada.-----

-----Relativamente a estas obras na Gonçalves Crespo, penso que é uma coisa que já vem há bastante tempo, não sei exactamente o que é que se passa, mas não sei se alguém

acompanhou, não sei se o Senhor Vice-Presidente tem depois alguma informação sobre este aspecto. --- -----

----- Quanto ao PROQUAL, dizer o seguinte: como sabem o PROQUAL foi um instrumento financeiro que foi gizado para aquela zona que todos nós sabemos de Algés, foi perfeitamente limitada, e, que foi cruzada com o programa URBCON, inclusivamente, o PROQUAL era para ter uma intervenção até mais cá abaixo, não tive inclusivamente porque se definiu concretamente zona URBCON, zona PROQUAL. Dado que URBCON neste momento está suspenso relativamente a essas intervenções, nós estamos a tentar, aliás, ainda fiz um despacho na semana passada para a Unidade Orgânica que trata desses assuntos, precisamente para aproveitar o momento e a suspensão da URBCON para formalizar um reajustamento de área de intervenção do PROQUAL, não era novidade nenhuma relativamente ao PROQUAL, as obras propriamente ditas em termos de intervenção no terreno iria ser mais visível nos últimos anos, porque como sabem muitas das intervenções estavam dependentes, primeiro de libertação de terrenos, libertação, regularização, digamos assim, depois de elaboração de projectos, portanto, isso tudo se está a desenvolver, neste momento e muito em breve vamos ter aí uma intervenção de fundo ali em Miraflores, por exemplo, na zona do parque urbano, é um projecto que é candidatado ao PROQUAL, vamos abrir concurso, e, são qualquer coisa que ronda os quatro hectares em termos de área de parque urbano que vão nascer ali, e, muitas outras situações estão a ser preparadas, umas já estão em termos de requalificação de intervenções em Algés, já foram candidatados, foram feitas as obras, foram recebidos, digamos assim, ou fomos ressarcidos dos montantes entretanto despendidos na percentagem de sessenta e cinco por cento, como aliás estava previsto em termos de programa e de candidatura aprovada, o que neste momento estamos a tentar fazer é tentar ao fim ao cabo reajustar fronteiras, fazer também alguma reflexão sobre um ou outro projecto que na altura não foram, ou entraram só em termos de componentes e que quanto a mim faz sentido que entrem no todo. Posso-vos dizer que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relativamente ao PROQUAL, se bem que isto não nos conforta, mas relativamente ao PROQUAL, a Câmara Municipal de Oeiras em termos de execução PROQUAL é aquela de facto que vai à frente do pelotão, de qualquer forma não é de maneira nenhuma e já esperávamos isso, não era de maneira nenhuma um programa que esteja a ter uma realização que eu diria satisfatória no nosso caso, mas isso também era de esperar, até por isto, porque quando o PROQUAL nasceu, como sabem o PROQUAL foi beber a outros programas operacionais e muitos regulamentos de medidas demoraram imenso tempo a ser concretizados, entretanto isso acabou por agudizar e arrastar este processo, esperemos que na realidade consigamos fazer aquilo que aliás nós vamos tentar, é uma coisa que outras Câmaras irão fazer noutros moldes, obviamente, mas é algo que está em cima da mesa a ser trabalhado no sentido da reprogramação.

-----Relativamente à Parques Tejo, quanto àquele assunto concreto da Senhora não sei se haverá alguma situação que possa ser esclarecida.-----

-----Quanto às obras do SATU e alguma confusão que geram, posso-vos dizer que aquela situação só ficará obviamente eliminada e resolvida no momento em que aquilo tudo estiver em funcionamento, portanto, isso será no primeiro trimestre do próximo ano, finais de Fevereiro/Março de dois mil e quatro, a situação estará restabelecida.-----

-----Quanto à rotunda do Marquês, como sabem também já informei, a Câmara Municipal desistiu da expropriação, não faz sentido o valor que estavam a pedir era perfeitamente incomportável e injustificável, nessas situações não se alimentou a ideia, desistiu-se da expropriação, neste momento não está nada previsto, nem está nada aprovado, nem nada entrado na Câmara Municipal.-----

-----Tenho a impressão Senhora Presidente que está tudo.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Vamos então fazer um intervalo. Senhor Deputado é para?”-----

4.24. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira respondeu o seguinte: -----

----- “Porque referi dois pontos que a Senhora Presidente não deu resposta, um deles é sobre a fiscalização da Parques Tejo, a Senhora Presidente sinalizou que pensava que iria o Senhor Vereador intervir sobre isso, outra era sobre a ausência de resposta, omissão de responsabilidades próprias, no que diz respeito à Protecção Civil, Bombeiros e Serviços Municipais na inundação do apartamento em Carnaxide.” -----

4.25. Sr.ª Presidente da C.M.O. -----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Foi aquele caso que há pouco referi e que também foi focado pelo Senhor Deputado Reis Marques, creio que é o mesmo caso, portanto, foi aqueles dois casos que sinalizei que não sei se o Senhor Vice-Presidente tem algum dado sobre essa matéria que é aquele caso de Carnaxide, se não eu vou ver o que é que se passa, porque isso já foi aqui há muito tempo, não segui esse processo, não sei, mas vou ver e comunicarei. -----

----- Relativamente à situação daquela Senhora que foi indicada, como tendo sido bloqueada o carro, não sei se o Senhor Vereador Luís Pires tem alguma informação ou se é preciso alguns elementos, mas julgo que são precisos elementos, não sei quem é a Senhora, como é óbvio, só com os elementos é que se sabe responder.” -----

----- **O Senhor Pinto Ferreira (CDU/Independente)** disse o seguinte: -----

----- “Se a Senhora Presidente me der autorização tentaria talvez explicitar melhor a situação: foi um munícipe deste...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado peço desculpa, é um caso muito concreto, como calcula nem os Senhores Vereadores, nem a Senhora Presidente andam na rua, se calhar vão tomar nota...” -----

----- **O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** interrompeu referindo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguinte:-----

-----“Compreendo perfeitamente o que está a afirmar, mas é uma situação que pode ocorrer com cada um de nós, a pessoa estaciona o carro dirige-se à máquina para tirar o recibo, quando se vira novamente para o carro já está em início o processo de bloqueio.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

-----“Chama-se a isso excesso de zelo, mas com certeza que não foi bloqueado, a Senhora Presidente e o Senhor Vereador devem ter tomado nota.-----

-----Vamos então fazer um intervalo de cinco minutos para a reunião das Bancadas a pedido do Partido Socialista. Muito obrigado.”-----

----- **INTERVALO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício interrompeu os Trabalhos por cinco minutos.-----

----- **(Mudança de Cassete)** -----

4.26. Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente disse o seguinte: -----

-----“Pedia o favor de tomarem os vossos lugares, se fizerem o favor.-----

-----Senhor Deputado Pinto Ferreira pediu a palavra para que efeito? -----

4.27. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhor Presidente, é para prestar contas dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM e do Plano de Mobilidade.-----

-----Era uma intervenção extraordinariamente curta”.-----

4.28. Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente interveio novamente, dizendo o seguinte:-----

----- “Agora não. Não posso agora. Não Senhor Deputado.-----

----- Agora não é possível.-----

----- Eu, de resto, já tenho aqui. Mas faça-me um favor.-----

----- Tenho aqui também um requerimento, no mesmo sentido, do Senhor Deputado Reis Marques, do Partido Socialista.-----

----- Vou solicitar esses elementos à Câmara que depois facultarei aos Senhores Deputados.-----

----- Portanto, já tenho um requerimento. Pedia-lhe o favor também, se fizer o seu requerimento por escrito, depois dar-lhe-ei a resposta exactamente como...”.-----

----- **O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente) interrompeu para intervir, mas dado que o fez de microfone desligado, não foi possível a transcrição da sua intervenção.**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** respondeu o seguinte:-----

----- “Está bem, mas agora não é, agora tenho que passar às votações, está a ver? Mas haverá oportunidade para lhe dar depois a palavra. Arranjaremos forma de poder falar sobre isso. Como sabe, tenho sempre gosto em ouvi-lo, ainda por cima.-----

----- Pedia o favor, então agora, Senhores Deputados de tomarem os vossos lugares para... Então vamos fazer o seguinte:-----

----- Vamos então passar primeiro às votações das Moções apresentadas, que julgo que são cinco. Vou só identificá-las para que toda a gente saiba exactamente o que é que está a votar. Então, vamos votar pela ordem de entrada da Mesa. Primeiro vamos votar a Moção apresentada pelo PSD relativamente ao PIDDAC para dois mil e quatro. Todos os Senhores Deputados têm esta Moção e portanto conhecem o seu teor. Certo? Sendo assim, vamos votar”.-----

4.28.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DO PSD – PIDDAC -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Moção, a qual foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor, sendo vinte e quatro do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Maria Conceição Capinha, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Rodrigues Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Soares, José Duarte Meira e Jorge Oliveira Batista), quatro votos da CDU (José António Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda) e dez abstenções, sendo nove do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva e João Carlos Viegas) e um voto do BE (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

-----MOÇÃO -----

-----Considerando:-----

----- Que, pese embora os indícios de retoma económica, como resulta do aumento do consumo, por exemplo, na Alemanha e Holanda, o PIDDAC reduz o investimento; -----

----- Que o PIDDAC penaliza, uma vez mais, o Concelho de Oeiras ao não contemplar investimentos estruturantes, caso da Via Longitudinal Norte, troço entre a A5, em Carnaxide e a EN 249-3 ligação Cascais, a variante Norte de Oeiras, a variante a Paço de Arcos e Caxias e a primeira fase do transporte colectivo em sítio próprio;-----

----- Que não contempla a construção das extensões de saúde de Barcarena, pese embora ter inscrito as extensões de Paço de Arcos, Queijas e a beneficiação do Quartel dos Bombeiros de Dafundo para a extensão de saúde;-----

----- - Que o PIDDAC se encontra em discussão na especialidade na Assembleia da República; -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras delibera manifestar a sua preocupação pelo facto do PIDDAC de 2004 não inscrever as verbas necessárias à execução de projectos fundamentais para a melhoria das acessibilidades e da saúde no Concelho de Oeiras, limitando desse modo a possibilidade de desenvolvimento deste Concelho, considerado exemplar na Área Metropolitana de Lisboa e no próprio País, sugerindo ao Governo a revisão do mesmo visando a inclusão de tais verbas. -----

----- Delibera-se ainda que a presente moção seja enviada ao Exmº. Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Exmº. Senhor Primeiro Ministro. -----

----- Oeiras, 24 de Novembro de 2003 -----

----- O Grupo Parlamentar do PSD -----

----- a) Seguem-se assinaturas -----

4.28.1.1. Sr. Luís Sousa (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Declaração de Voto. -----

----- A Bancada do Partido Socialista, sobre a Moção apresentada pelo PSD, sobre o PIDDAC. - -----

----- O Partido Socialista abstém-se sobre esta Moção, concordando sobre o que é pedido e é dito sobre o PIDDAC. No entanto, o que achamos e pela razão da nossa abstenção e depois de muito estudado e analisado e, tivemos com algum cuidado a ver toda a Bancada, não consideramos e não vemos a famosa retoma económica, que o PSD realça nesta Moção. Por esse sentido e porque não conseguimos ver nem à lupa a retoma económica, que é feita pelo Partido Social Democrata, abstemo-nos desta votação. Muito obrigado”. -----

4.28.1.2. Sr. Tavares da Cruz (CDU) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“A CDU votou a favor porque, de facto, se interessa pela defesa das populações e, pelo facto de esta Moção considerar e manifestar a sua preocupação pelo facto do PIDDAC não inscrever as verbas necessárias à execução de projectos fundamentais para a melhoria das acessibilidades e da saúde no Concelho, limitando, desse modo, a possibilidade de desenvolvimento deste Concelho com sede exemplar, limitando a possibilidade de desenvolvimento deste Concelho. Isto são razões mais do que suficientes para nós votarmos a favor. Muito obrigado”.-----

4.29. Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente refere o seguinte: -----

-----“Muito obrigado também Senhor Deputado.-----

-----Vamos então agora passar à segunda Moção. Segunda pela ordem de entrada, evidentemente. Que é uma Moção do Bloco de Esquerda a solidarizar-se com a luta dos trabalhadores da Carris. -----

-----Todos têm na sua posse o texto respectivo. Julgo, portanto, que não há dúvidas. Vamos então passar à votação”. -----

4.29.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DO BE – Trabalhadores da Carris -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Moção, a qual foi rejeitada com vinte e cinco votos contra, sendo vinte e quatro do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Maria Conceição Capinha, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Rodrigues Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Soares, José Duarte Meira e Jorge Oliveira Batista) e

um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda), cinco votos a favor, sendo quatro votos da CDU (José António Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um voto do BE (Carlos Sousa Gaivoto) e nove abstenções do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva e João Carlos Viegas), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- **MOÇÃO** -----

----- 1. Considerando que os trabalhadores da Carris estão a travar uma luta pela defesa dos seus postos de trabalho, pela justiça dos seus direitos e por um melhor serviço do transporte público a prestar às populações; -----

----- 2. Considerando que esta luta vai prosseguir nas próximas semanas, reclamando a anulação do Plano de Reestruturação apresentado pelo actual Conselho de Administração que: inclui o encerramento da Estação de Cabo Ruivo (que serve 1/4 da área da cidade e 1/5 da população de Lisboa) e da Estação de Santo Amaro; a redução de pessoal e a redução do número de autocarros por carreira; -----

----- 3. Considerando que em todo este Plano de Reestruturação da Carris nem os Órgãos Representativos dos trabalhadores, nem os Órgãos Representativos Autárquicos dos Municípios de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e Almada (cujos Concelhos são servidos directamente por esta rede de TP) foram ouvidos, ou sequer requisitada a sua opinião; -----

----- 4. Considerando que a reestruturação da Carris não faz qualquer sentido se não estiver inserida num Plano Estratégico para o Sector do Transporte da Área Metropolitana de Transportes, incluindo o respectivo contrato de serviços; -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, na sua 5ª. Reunião Ordinária de 24 de Novembro de 2003, realizada na sua sede, decide:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----1. Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores da Carris, apelando à população de Oeiras a sua compreensão para com esta luta, uma vez que é fundamental para os cidadãos terem melhores e mais rápidos transportes;-----

-----2. Recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que interceda junto da Administração da Carris, no sentido de explicar, a esta Assembleia Municipal, os objectivos de tal reestruturação e de que modo se irá reflectir na melhoria dos transportes na cidade; -----

-----3. Publicar esta moção nos principais órgãos de comunicação do Concelho de Oeiras.

-----Oeiras, 24 de Novembro de 2003 -----

-----O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda -----

-----a) Segue-se assinatura -----

4.29.1.1. Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----O Senhor Deputado Luís Sá Rodrigues fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“O Partido Socialista absteve-se nesta Moção por uma simples razão: -----

-----Porque aqui não estão vertidos, de facto, os problemas dos trabalhadores a nível Nacional e, posso a nível de referência falar, por exemplo, aqui da Doca de Pesca, os trabalhadores da Doca de Pesca, os trabalhadores da Função Pública, entre muitos outros. -----

-----Portanto, e visto ser uma Moção sectorial e que não representa o problema dos trabalhadores a nível Nacional, achamos que esta é a melhor forma do Partido Socialista se posicionar, não criando nem descorando nenhum nem ninguém e nem nenhum trabalhador. Obrigado”. -----

4.29.1.2. Sr. Jorge Pracana (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O PSD votou contra a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, porquanto entende que, quer nos seus considerandos quer fundamentalmente na deliberação propriamente dita, a proposta não aponta os caminhos considerados adequados quer em termos de solução dos

problemas de transportes na Área Metropolitana, nomeadamente em Oeiras, quer fundamentalmente quanto aos problemas dos próprios trabalhadores da Carris, que seguramente não estão, não ficarão, de facto, tão limitados quanto esta Moção na sua singeleza o procura demonstrar”. -----

4.30. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente disse o seguinte:-----

----- “Obrigado também, Senhor Deputado.-----

----- Vamos, agora, passar, então, à votação da terceira Moção pela ordem de entrada, também do Bloco de Esquerda. Vamos então passar à terceira proposta, proposta também do Bloco de Esquerda, que propõe reprová-la a actuação da Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras. -----

----- Têm também na vossa posse o respectivo texto, o respectivo conteúdo. Julgo que estão identificados. Vamos, portanto, passar à votação”. -----

4.30.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DO BE – Actuação dos Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Oeiras-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Moção, a qual foi rejeitada com trinta e quatro votos contra, sendo vinte e quatro do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Maria Conceição Capinha, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Rodrigues Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Soares, José Duarte Meira e Jorge Oliveira Batista), nove do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Monteiro Silva e João Carlos Viegas) e um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda), um voto a favor do BE (Carlos Sousa Gaivoto) e quatro abstenções da CDU (José António Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante.- -----

-----MOÇÃO-----

-----1. Considerando que até hoje não foi feita qualquer auditoria à gestão e aos procedimentos administrativos e técnicos em uso no interior da Câmara, para demonstrar aos munícipes a transparência das decisões e do próprio funcionamento da Câmara relativamente às acusações de que é alvo o seu anterior Presente, Dr. Isaltino de Moraes; -----

-----2. Considerando que este ano, até hoje, só foram realizadas cinco Assembleias Municipais ordinárias (enquanto em Cascais já se fizeram mais do dobro) o que leva a agendar um número inqualificável de assuntos diversos, matando o espírito político que deve estar presente em todas as Assembleias, isto é, crítica e discussão de todos os assuntos que digam respeito ao bem-estar das populações; -----

-----3. Considerando que através desta tentativa do Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Marques Mendes do Grupo Político do PSD, de reduzir a vida democrática à “normalização” do debate e de diminuir a possibilidade de participação da população, só para “contentar” a sua agenda sobreocupada; -----

-----4. Considerando que estas atitudes dos responsáveis políticos do Grupo do PSD têm como consequência a anulação do debate democrático que se pretende mais exigente e mais responsável num órgão representativo, ao mesmo tempo que invalida a participação das populações, como por exemplo, nos GOP ora apresentados e quiçá, na própria revisão do PDM ou ainda no debate que já hoje devia estar a decorrer sobre as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Urbanas, conforme as Leis 10/2003 e 11/2003 de 13 de Maio ou ainda sobre as

Autoridades Responsáveis de Transporte (Lei 268/2003 de 28 de Outubro); -----

----- 5. Considerando que as Assembleias Municipais deste Concelho se transformaram num gabinete de aprovação dos despachos do actual Executivo liderado pelo PSD que, embora ridículo, se torna um assunto muito sério quando, por exemplo, nestas atabalhoadas ordens de trabalho, são propostas nos GOP a alienação/venda de terrenos (ver os terrenos de Almarjão, autorizando urbanizações e loteamentos infinitos sem quaisquer critério de planeamento e usos do solo, ambientais e energéticos e quando se sabe que o Concelho até está a perder população e emprego na mesma proporção que, devido a tudo isto, está a perder qualidade de vida. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sua 5ª. Sessão Ordinária, na sua sede, em 24 de Novembro, decide: -----

----- a) Reprovar a actuação da Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal Oeiras, quer em relação à falta de uma auditoria à gestão da Câmara quer em relação ao défice democrático e participativo que está a provocar no Município. -----

----- b) Exigir a demissão do actual Executivo e consequente realização de eleições antecipadas. -----

----- Assembleia Municipal de Oeiras, 24 de Novembro de 2003 -----

----- O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda -----

----- a) Segue-se assinatura -----

4.30.1.1. Sr. Luís Sousa (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Senhor Presidente, a Bancada do PS votou contra esta Moção. No entanto, gostávamos de realçar que alguns dos considerandos nesta Moção são, de facto, aquilo que a gente defende; a postura e forma como têm sido feitas Assembleias Municipais. Aquilo que a gente tem vindo a dizer ao longo dos últimos dois anos, estão aqui realçados e portanto são assuntos que nós concordamos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----No entanto, votamos contra por duas razões:-----

-----Primeira, porque o PS defende que todos os órgãos devem cumprir os seus mandatos e segundo, porque é nossa opinião e porque esta Assembleia não tem poder para pedir a demissão do actual Executivo, portanto sendo uma Moção contra a Lei das Autarquias Locais. Nesse sentido, votamos contra esta Moção”-----

4.30.1.2. Sr. Tavares da Cruz (CDU) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“A CDU absteve-se nesta Moção, apesar de entender que os considerandos referentes à Assembleia Municipal são pertinentes. De facto, estão aqui críticas que a CDU tem vindo a fazer há muito tempo. -----

-----Mas, por outro lado, considera que esta Moção, como disse na sua intervenção, é inconsequente na medida em que, de facto, a Assembleia não tem poderes para demitir o Executivo. -----

-----Para além de que é uma Moção, que em certa medida, como disse, tem alguma coisa de demagógico. -----

-----Tal como demagógico tem as afirmações e a intervenção dos Elementos do PSD, quando dizem que esta Assembleia funciona às mil maravilhas. Muito obrigado”-----

4.30.1.3. Sr. Jorge Pracana (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

-----O PSD votou contra esta Moção por duas ordens de razões: -----

-----Em primeiro lugar, porque a mesma é ilegal e como tal demagógica.-----

-----Em segundo lugar, porque efectivamente quanto às auditorias e aos procedimentos administrativos, existem órgãos próprios a nível do Governo Central a quem cabe efectivamente desenvolver estas tarefas.-----

----- A Assembleia Municipal está, efectivamente, impedida de exigir a demissão, de pedir a realização de eleições e como tal, não podíamos aqui deixar de votar contra esta Moção. Muito obrigado”. -----

4.31. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Muito obrigado também Senhor Deputado. -----

----- Vamos, então, passar à votação da quarta Moção, sempre pela ordem de entrada, que é também do Bloco de Esquerda, que é aquela em que propõe promover a rápida divulgação dos GOP, na próxima semana, junto às Assembleias de Freguesia, calendarizando a realização das Assembleias”. -----

----- **O Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE) interrompeu para intervir, mas dado que o fez de microfone desligado, não foi possível a transcrição da sua intervenção.** -----

----- O **Senhor Presidente** respondeu o seguinte: -----

----- “Desculpe, não pode Senhor Deputado. Não pode, tem que ser no Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- Na Ordem de Trabalhos só se discutem o ponto em concreto da Ordem de Trabalhos”. -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, quando apresentei as três moções, tive o cuidado de pôr no cabeçalho da moção o que é que era para apresentar no Período Antes da Ordem do Dia e no Ponto um da Ordem de Trabalhos. Aliás, nem sequer naquilo, que foi distribuído...”. -----

----- O **Senhor Presidente** interveio, respondendo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, peço imensa desculpa. Mas, não pode ser! Tenha paciência, mas não pode ser, porque essa...”. -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** interrompeu e perguntou o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Não pode ser, porquê?”-----

-----O **Senhor Presidente** respondeu o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, vou-lhe explicar porque é que não pode ser! Porque, não é pelo Senhor Deputado querer uma coisa, que ela tem que ser feita!”-----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** disse o seguinte:-----

-----“Não é. Não se trata nada disso! Trata-se sobre um tema, que vamos discutir dentro da Ordem de Trabalhos e como tal, o Bloco de Esquerda tem uma posição sobre esse ponto! Na altura devida é apresentado. Qual é o problema?”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, vou-lhe explicar. E, se o Senhor, depois, discordar da minha decisão, recorre.”-----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“Sei que o Senhor Presidente gosta muito de normalizar a vida democrática desta Assembleia. Mas, nada impede que os Grupos, que aqui estão representados, possam apresentar moções!”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, a moção está apresentada e vai ser votada!”-----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** referiu o seguinte:-----

-----“Está para ponto um da Ordem de Trabalhos!”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, dá-me licença. Vai desculpar, mas é o seguinte:-----

-----Oiça.-----

-----O Senhor vai ter que entender o seguinte:-----

-----Não dou lições de democracia a ninguém, mas o Senhor também não dá!”-----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** disse o seguinte: -----

----- “Parece que dá!”-----

----- O **Senhor Presidente** continuou e disse o seguinte: -----

----- “Não, eu não dou, mas o Senhor também não dá! E portanto, é assim! Só que é assim: -----

----- Eu presido aos trabalhos. Estou legitimamente neste lugar”.-----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** disse o seguinte: -----

----- “Sim Senhor. Quem é que põe isso em causa?”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Oiça uma coisa. -----

----- O Senhor desculpe, agora, eu nunca o interrompo, quando o Senhor fala, incluindo quando acho, muitas vezes, que o Senhor diz asneiras e, mesmo assim, não o interrompo”. -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** disse o seguinte: -----

----- “O Senhor Presidente bem diz, também é verdade! -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “E portanto, mesmo que o Senhor ache... -----

----- Desculpe uma coisa. -----

----- Habitue-se, tal como eu me habituo a ouvir o Senhor dizer algumas coisas, que acho que são disparates, mas respeito!” -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** disse o seguinte: -----

----- “Toda a gente tem direito ao disparate, até o PSD, que está no Governo! Está a ver?”

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Tem, mas deixe-me então agora terminar. Deixe-me terminar e é assim: -----

----- As moções, na Ordem de Trabalhos, só se pode votar aquilo, que está expressamente incluindo na Ordem de Trabalhos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Não se pode votar, na Ordem de Trabalhos, coisas que não estão previamente inscritas na Ordem de Trabalhos. É de qualquer regra do funcionamento das Assembleias.-----

-----Moções desta natureza, que são recomendações, são no Período de Antes da Ordem do Dia. Não se trata de fugir ao debate. O debate é feito e são votadas e, além do mais, os Grupos votam da mesma maneira seguramente, sendo agora ou sendo noutro momento. Só que, juridicamente, é assim. Não é uma questão política, é jurídica. E portanto, a minha decisão é esta. Do meu ponto de vista, está certo.-----

-----Se o Senhor Deputado entender discordar, tem todo o direito de o fazer e até lhe digo, até tem o direito de recorrer da minha decisão para a Assembleia. Quer recorrer? -----

4.31.1. Sr. Carlos Gaivoto (BE) -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto, perante a pergunta colocada, respondeu o seguinte:-----

-----“Quero”. -----

4.31.2. Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente referiu o seguinte: -----

-----“Então recorre-se da sua decisão.-----

-----Senhores Deputados, antes de votarmos esta Moção, tem que se votar o seguinte: -----

-----Os Senhores Deputados que discordam da minha decisão. -----

-----Peço desculpa só. -----

-----A minha decisão é esta:-----

-----A de que se vote já, no Período de Antes da Ordem do Dia, pelas razões que apontei.

-----O Senhor Deputado tem o direito de recorrer, recorreu. Portanto, tem de se decidir da minha própria decisão. -----

-----Os Senhores Deputados que votam contra a minha decisão, farão o favor de levantar o braço. Muito obrigado. -----

----- Os Senhores Deputados que se abstêm, farão o favor de levantar o braço.-----

----- Portanto, está confirmada a decisão”. -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** disse o seguinte: -----

----- “Já agora pode perguntar quem é que não participa na votação, porque não sei se votaram a favor ou não”. -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Desculpe, eu vou anunciar a votação, peço desculpa. Deixe-me...-----

----- O Senhor é tão nervoso, tão excitado! Deixe-me..., não se excite tanto Senhor Deputado.- -----

----- Vou anunciar a votação!-----

----- O PSD, o Partido Socialista e o CDS/PP votaram no sentido da confirmação da decisão tomada pela Mesa.-----

----- A CDU e o Bloco de Esquerda votaram no sentido oposto. E portanto, a maioria confirmou a decisão da Mesa”.-----

4.31.2.1. VOTAÇÃO – Decisão da Mesa da Assembleia Municipal -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a decisão tomada pela Mesa da Assembleia Municipal, a qual foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e quatro do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Maria Conceição Capinha, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Rodrigues Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Soares, José Duarte Meira e Jorge Oliveira Batista), nove do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva e João Carlos Viegas) e um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda) e cinco votos contra, sendo quatro da CDU (José António Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um voto do BE (Carlos Sousa Gaivotto).-----

4.31.3. Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente continuou e disse o seguinte: -----

-----“Vamos então agora ao fundo da questão que é votar, agora, no Período de Antes da Ordem do Dia, esta Moção do Bloco de Esquerda, cujo conteúdo tem a ver com: promover a rápida divulgação dos GOP junto das Assembleias de Freguesia. É sobre este texto agora em concreto. -- -----

-----Os Senhores Deputados que votam contra este texto, farão o favor de levantar o braço. Muito obrigado.-----

-----Os Senhores Deputados que se abstêm, farão o favor de levantar o braço. Obrigado. -

-----Portanto, esta Moção foi rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS/PP, com a abstenção do Partido Socialista e com os votos a favor da CDU e do Bloco de Esquerda”.-----

4.31.3.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DO BE – Divulgação dos GOP (Grandes Opções do Plano) nas Assembleias de Freguesia -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Moção, a qual foi rejeitada com vinte e cinco votos contra, sendo vinte e quatro do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Maria Conceição Capinha, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Rodrigues Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Soares, José Duarte Meira e Jorge Oliveira Batista) e

um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda), cinco votos a favor, sendo quatro da CDU (José António Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um voto do BE (Carlos Sousa Gaivotto) e nove abstenções do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva e João Carlos Viegas), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -

----- **MOÇÃO** -----

----- 1. Considerando que a apresentação das GOP e Orçamento de Exploração e de Investimento para o ano 2004 é feita pelo actual Executivo da Câmara Municipal de Oeiras, maioritariamente orientado pelo PSD e com Vereadores do PSD, PS e CDU; -----

----- 2. Considerando que estas Opções não foram objecto, em tempo devido, de discussão prévia quer dum balanço das opções anteriores e do que foi efectivamente realizado quer das opções actuais que, em tempo de revisão do PDM, devem corporizar mudanças estratégicas na recuperação da qualidade de vida, nomeadamente na mobilidade de pessoas e mercadorias; -----

----- 3. Considerando que em todo este Processo de Discussão nem as Comissões dos Órgãos Representativos Autárquicos do Município foram ouvidos, ou sequer requisitada a sua opinião; --- -----

----- 4. Considerando que as GOP são fundamentais no processo democrático e, como tal, devem ser objecto de apreciação por parte das Populações, nomeadamente através dos Órgãos das Assembleias de Freguesia, mais próximas das Populações e, portanto, com mais poder de participação.-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, na sua 5ª. Reunião Ordinária de 24 de Novembro de 2003, realizada na sua sede, decide:-----

----- 1. Promover a rápida divulgação dos GOP na próxima semana, junto às Assembleias de Freguesia, calendarizando a realização das Assembleias (uma por dia da semana) até à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

consulta de todas as Assembleias; -----

-----2. Recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Oeiras que apresente um resumo executivo destas GOP, no sentido de explicar, a todas as Assembleias de Freguesia, os objectivos de tais opções e de que modo se irá reflectir na melhoria da qualidade de vida das populações do Concelho; -----

-----3. Efectuar nesta sessão ordinária uma primeira discussão e só pôr à votação as GOP, depois de consultadas os pareceres e as moções aprovadas junto às Assembleias de Freguesia do Concelho de Oeiras e Publicar esta moção nos principais órgãos de comunicação do Concelho de Oeiras.-----

-----Oeiras, 24 de Novembro de 2003-----

-----O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda -----

-----a) Segue-se assinatura -----

4.31.3.1.1. Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Senhor Presidente, o Partido Socialista absteve-se nesta Moção por dois factores: ---

-----Primeiro, porque todos os Presidentes das Juntas de Freguesia de Oeiras estão aqui representados, nesta Assembleia. Por mero acaso são todos do Partido Social Democrata e, por mero acaso ou não, não fazem grandes intervenções sobre as suas freguesias e as necessidades das suas freguesias.-----

-----O ponto número dois tem a ver exactamente com as moções, que foram apresentadas em muitas das Assembleias de Freguesia do Concelho de Oeiras e que foram enviadas para a Câmara Municipal e para conhecimento da Câmara Municipal, que tinham a ver com as Grandes Opções ou sugestões.-----

-----Muitas das vezes foram aprovadas por todos os partidos políticos.-----

-----Portanto, esperamos todos que sejam tidas em causa e que no Plano, no Grande

Plano de Opção sejam vertidas em acção. Obrigado”. -----

4.32. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente disse o seguinte:-----

----- “Obrigado também Senhor Deputado.-----

----- Vamos então passar à votação da última Moção, que é uma Moção apresentada pelo Partido Socialista e que também tem a ver com o PIDDAC – com a necessidade de se incluir no PIDDAC, do próximo ano, projectos fundamentais e estruturantes para o Concelho de Oeiras em várias áreas aqui identificadas. -----

----- Portanto, também todos os Senhores Deputados têm este texto e portanto, vou colocar à votação. -----

----- Os Senhores Deputados, que votam contra, farão o favor de levantar o braço. Muito obrigado.-- -----

----- Os Senhores Deputados, que se abstêm, farão o favor de levantar o braço. -----

----- Esta Moção foi rejeitada, porque teve os votos contra do PSD e do CDS/PP e teve os votos a favor do Partido Socialista, da CDU e do Bloco de Esquerda”. -----

4.32.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DO PS – Inclusão de Projectos no PIDDAC -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Moção, a qual foi rejeitada com vinte e cinco votos contra, sendo vinte e quatro do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Maria Conceição Capinha, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Rodrigues Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Soares, José Duarte Meira e Jorge Oliveira Batista) e um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda) e catorze votos a favor, sendo nove



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva e João Carlos Viegas), quatro da CDU (José António Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um voto do BE (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

-----MOÇÃO -----

-----Em fase de apresentação e discussão da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2004, e dentro do quadro de pessimismo em que este Governo mergulhou o País, o Grupo da Assembleia Municipal do Partido Socialista de Oeiras, não pode deixar de expressar algumas preocupações que se colocam ao seu Município e identificar os projectos estruturantes que devem constar no PIDDAC para 2004, sob pena de degradar, ainda mais, a qualidade de vida dos munícipes que aqui residem. -----

-----A Proposta de OE para 2004, à semelhança do verificado no ano anterior, evidencia a negação da confiança nas Autarquias Locais – que estão a cumprir as regras financeiras que lhes foram impostas – e o não reconhecimento do papel dos municípios como garante do desenvolvimento económico e social das populações. -----

-----Desta forma, reiteramos a necessidade de se incluir no PIDDAC do próximo ano projectos fundamentais e estruturantes para o Concelho de Oeiras, nas seguintes áreas: -----

A – Mobilidade e Acessibilidades -----

-----a) Conclusão da Via Longitudinal Norte (VNL) – Trata-se de uma estrada que permitirá fazer a ligação entre Cascais e Oeiras pelo interior dos dois concelhos, e que aliviaria o estrangulamento a que estão sujeitas, entre outras, as localidades de Carnaxide, Queijas ou Linda-a-Velha. -----

-----b) Construção do Metro Ligeiro de Superfície – No PIDDAC não consta qualquer verba para o arranque da construção do Metro Ligeiro de Superfície que ligaria Algés (Oeiras) à

Falagueira (Amadora), bem como Odivelas a Loures, e que deveria começar a funcionar em 2005, conforme anunciou em Setembro de 2002 o então Ministro das Obras Públicas, Valente de Oliveira e o Primeiro Ministro na Assembleia da República. -----

B – Construção de Equipamentos de Saúde -----

----- a) Construção de novos Centros de Saúde em Oeiras: -----

----- No que diz respeito ao Concelho de Oeiras trata-se de omissão de acções não previstas no PIDDAC de 2004 que foram oportunamente contratadas com a Administração Central em 2001 e 2002 (com vista à conclusão da obra em 2004) nomeadamente as Unidades de Saúde de Queijas, Barcarena, Algés e Cruz Quebrada/Dafundo. -----

----- Sendo que dois destes possuem já protocolo com o Estado (que deveria ser pessoa de Bem) e foram inclusive integrados no Orçamento e Plano de Actividades da Câmara Municipal de Oeiras de 2003. -----

C – Ambiente -----

----- a) Construção do Novo Aterro Sanitário que substitua o Aterro de Trajouce – este aterro encontra-se completamente saturado, não existindo, neste momento, qualquer solução para fazer face às necessidades dos Concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra e Mafra. Nada está previsto para fazer face ao problema em termos de PIDDAC. -----

----- O corte do investimento público efectuado, nomeadamente através da redução das verbas do PIDDAC, traduz-se num estímulo negativo à economia produtiva e evidência desprezo pela melhoria das qualificações dos portugueses e do nosso País, com particular incidência na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- No que concerne ao Concelho de Oeiras, o Orçamento para 2004 irá provocar novos problemas e consolidar os já existentes ao nível do desenvolvimento sustentável do Concelho e da qualidade de vida dos seus cidadãos visto que os investimentos previstos são maioritariamente em estruturas nacionais (Estádio do Jamor, Forte de S. Julião da Barra), verificando-se ainda,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ausência de verbas para projectos previstos no passado. -----

-----Em jeito de conclusão, projectos novos a lançar por este Orçamento no Concelho de Oeiras, que não decorram de organismos da Administração Central, verifica-se apenas uma referência: 1 Pavilhão escolar a realizar em três anos e 1 Sub-Centro de Saúde, protocolado para realizar em 2003. É obra para uma população de cerca de 160.000 pessoas. -----

-----Oeiras, 21 de Novembro de 2003 -----

-----O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oeiras -----

-----a) Seguem-se assinaturas -----

4.32.1.1. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Como tive oportunidade de já esclarecer o PS e esta Assembleia, o CDS/PP vota contra, porque a Moção, se bem que no seu conteúdo mereça o respeito e a atenção do CDS, Partido Popular, não pode aceitar que sejam feitas algumas referências, no princípio e no final da Moção, que não merecem da nossa parte aprovação. Por isso, votamos contra, se não teríamos votado favoravelmente”.-----

4.32.1.2. Sr. Jorge Pracana (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. -----

-----A Moção apresentada pelo Partido Socialista encontra-se de alguma maneira repercutida na Moção apresentada pelo PSD, quanto ao seu conteúdo. -----

-----A razão para o PSD ter votado contra esta Moção, é na medida em que discorda profundamente do seu preâmbulo, porque o mesmo não reflecte adequadamente as razões do seu conteúdo. Por isso, de facto, a decisão do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata foi no sentido do voto negativo. Muito obrigado”.-----

4.33. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente informa o seguinte: -----

----- “Está, portanto, encerrada a votação. -----

----- Antes de passar ao Período da Ordem do Dia, só queria dar nota à Assembleia de duas coisas:-----

----- A primeira, não é uma questão processual, mas julgo que é adequado fazê-lo, tal como já o fiz noutros momentos anteriores, é daquelas coisas que todos nós gostaríamos de não fazer, mas faleceu recentemente o pai dum colega nosso, do Senhor Deputado Jorge Pracana e queria, julgo que, em meu nome, em nome da Mesa e julgo que em nome de todos os Senhores Deputados de todos os Partidos sem prejuízo dos sentimentos, que porventura muitos já o fizeram sentir pessoalmente. Mas, deixar aqui expresso em nome de toda a Assembleia uma palavra de solidariedade, naturalmente, nestes momentos difíceis que tem vindo atravessar. E, portanto, julgo que, posso fazer em nome de toda a Assembleia, expressando ao nosso colega e a toda a família os nossos sentimentos e as nossas condolências. -----

----- Por último, antes de passarmos ao Período da Ordem do Dia, gostaria de sugerir o seguinte, a seguinte metodologia de trabalho:-----

----- Senhores Deputados, vamos dividir esta Ordem de Trabalhos em três Sessões; a de hoje, uma segunda e depois uma terceira, uma vez, que são bastantes os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

----- Assim sendo, faríamos hoje apenas o ponto um. Ou seja, aquele que se vai iniciar daqui a instantes, portanto, as Grandes Opções do Plano e do Orçamento e o ponto três, que é uma alteração aos Estatutos da Empresa LEMO, porque há razões de muita urgência por prazos, que a Câmara Municipal tem que respeitar. E portanto, julgo que é um ponto, depois, mais simples. --- -----

----- Faríamos apenas estes dois pontos, hoje. -----

----- Portanto, terminados estes dois pontos, interrompíamos a Assembleia. Ela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

continuará não de hoje a oito dias que é feriado, mas de amanhã a oito dias ou seja, dia dois, que é uma terça-feira, às quinze horas, aqui também, neste local. E, depois, os últimos pontos dessa última Ordem de Trabalhos ficariam para uma terceira Sessão, que iríamos fazer na Freguesia de Porto Salvo no dia não oito que é um feriado também, mas no dia nove à noite. -----

-----Já tive ocasião também de falar com o Senhor Presidente da Junta de Porto Salvo, que nos ajudaria, depois, à disponibilização de infraestrutura para esse efeito. -----

-----E, portanto, faríamos esta divisão nestas três áreas.-----

-----Dois pontos hoje; o um e o três. Interromper-se-ia, continuará de amanhã a oito dias para o conjunto de pontos restantes, sendo que também não terminaria aí e depois no dia nove continuará para os pontos finais. Certo? -----

-----O **Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** interveio, dizendo o seguinte:--- -----

-----“Senhor Presidente, então, concedesse Antes da Ordem do Dia”. -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Diga”. -----

-----O **Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** continuou a sua intervenção, referindo o seguinte: -----

-----“Só um minuto para fazer, então, a tal...”.-----

-----O **Senhor Presidente** respondeu o seguinte: -----

-----“Agora? Certo. -----

-----Mas, deixe-me só arrumar aqui este ponto. Sobre este ponto, não... vamos fazer às quinze horas, evidentemente, aquela do dia dois e depois a outra faremos às vinte e uma horas. --

-----Obviamente, que depois distribuirei a convocatória respectiva mas, daqui a uma semana, concretizaremos isso ou reafirmaremos isso. Era apenas para cada um tivesse definida na sua cabeça as “regras do jogo”, que assim é bastante mais simples de nós trabalharmos.

Certo? -----

----- Senhor Deputado Pinto Ferreira excepcionalmente um minuto, se fizer o favor”. -----

4.34. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente) referiu o seguinte: -----

----- “Portanto, realizaram-se cinco reuniões da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos de Revisão do PDM. -----

----- Temos estado, até ao momento, a tratar de questões de metodologia de intervenção desta Comissão. -----

----- Temos estado a analisar documentos para uma maior fundamentação, portanto, do nosso trabalho futuro e, solicitava, agora, à Senhora Presidente, porque considerámos, na Assembleia, a necessidade imperiosa de termos a reunião com Vossa Excelência tão breve quanto possível, a reunião que, em devido tempo, solicitamos a Sua Excelência”. -----

4.35. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado muito obrigado e agradeço-lhe a sua capacidade sintética. Foi muito interessante assim. -----

----- Vamos passar, então, Senhores Deputados, ao Período da Ordem do Dia. -----

----- Ponto um – apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004. -----

----- Dou, então, a palavra para apresentação, à Senhora Presidente da Câmara, julgo que, em PowerPoint. Ou seja, ao abrigo das novas tecnologias. Julgo que já o ano passado foi feito assim e portanto, tornar-se-á seguramente mais apelativo para todos, quantos estão a participar ou assistir”. -----

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

5.1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º. 1504/2003 relativa às Grandes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para 2004 – Ofício N.º 60092 de 2003.11.14 -----

-----Deliberação N.º 39/2003 da A.M. -----

-----Sr.ª Presidente da CMO -----

-----A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

-----Vamos seguir uma metodologia muito semelhante àquela que já utilizámos no ano transacto e começo por informar, como não podia deixar de ser, que estes instrumentos previsionais foram elaborados de acordo com a legislação em vigor. -----

-----E, este ano, pela primeira vez, surge nas Grandes Opções do Plano, a aplicação da nova estrutura funcional, que permitirá, obviamente, mais tarde uma mais fácil interligação e sobretudo..., primeiro permite uma melhor leitura e depois vai permitir uma interligação com a contabilidade analítica. E essa estrutura funcional, para vos localizar mais facilmente, encontra-se, como já deram conta, certamente, nas páginas oito, nove e dez do documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento. -----

-----Como repararam também, portanto, aparece, em termos de agregação a nível dum dígito: as Funções Gerais, as Funções Sociais, as Funções Económicas e as outras funções. -----

-----Depois a desagregação obrigatória dessa estrutura funcional é até aos três dígitos, sendo que, no nosso caso, utilizámos muito frequentemente os quatro dígitos precisamente para poder, de facto, haver uma informação mais fácil e mais, ao fim e ao cabo, em que possa haver uma percepção e uma sectorização logo à partida que nos elucida muito mais facilmente. -----

-----De qualquer forma e só a título mais geral, dizer-vos que nas Funções Gerais estão agregados, obviamente, a parte, que nós designamos habitualmente, por Administração Geral em que tem: o Gabinete de Apoio, tem os Gabinetes de Auditoria Municipal, tem as três Direcções

Municipais, tem a parte do Departamento da Acção Social e Cultural, tem o Gabinete de Desenvolvimento Municipal, o Gabinete de Apoio Jurídico e o Gabinete de Comunicação. -----

----- Também tem nestas Funções Gerais, a parte da Segurança e Ordem Pública, onde está a Protecção Civil, os Bombeiros e a Polícia Municipal. -----

----- Depois, na parte das Funções Sociais; a Educação, a Saúde, a Acção Social, a Habitação, o Saneamento, sobretudo nas suas componentes de resíduos sólidos. Tem a parte da Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, onde temos, habitualmente, a parte dos Espaço Verdes, da Higiene Pública, dos Cemitérios, da parte do Canil, enfim. Tem os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, onde tem a parte da Cultura, do Desporto, do Lazer. -----

----- Mas, depois, no outro grupo das Funções Económicas, a parte da Energia, onde está a parte da Iluminação Pública, a parte do Oeingerge, os Transportes e Comunicações, o Comércio e Turismo e, a parte dos Núcleos Empresariais. E, depois, as outras funções que, normalmente têm aquelas que nós vulgarmente designamos por as Operações da Dívida, as Transferências para as Freguesias, a Participação no Capital Social das Empresas e Atribuição de Subsídios a outras Entidades. -----

----- De qualquer forma e antes de entrar na apresentação mais em concreto das várias áreas, dizer que, o que presidiu à elaboração destes documentos foi um esforço muito grande de contenção, portanto uma racionalização, ao fim e ao cabo, do esforço de investimento. Um maior aproveitamento do Financiamento Comunitário, lembrem-se certamente que, não na discussão do Plano, mas noutra momento, nesta Assembleia, informei de que face à forma como nós utilizámos os Fundos Comunitários, acabámos por não ser contemplados neste segundo período de programação no Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, exactamente porque esgotámos no primeiro período de programação, tudo aquilo, que nos estava destinado, mas, agora, vamos poder beneficiar novamente da Reserva de Eficiência.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Como sabem era uma parcela, que ficou por distribuir de acordo com os Regulamentos Comunitários exactamente para, ao fim e ao cabo, presentear aqueles, que melhor execução obtivessem ao longo deste primeiro período de programação.-----

-----Obviamente, que espero não vir a ser penalizada, deixe-me dizer, pela forma como realizámos este investimento e portanto, houve aqui, tendo em conta aquilo que se espera da Reserva de Eficiência, a distribuição que, ao Município de Oeiras calhou, na distribuição também inicial dos Fundos Comunitários. -----

-----E, portanto, é isso que irei defender nas sedes próprias, no sentido de nós podermos ter, de facto, um benefício ainda significativo, em termos dessa Reserva de Eficiência. -----

-----No que está projectado, aparece-vos aí de uma forma aglutinada, portanto, o que está previsto, em termos de Corrente, Capital e Geral destes quatro grandes grupos funcionais em que sobressai, obviamente, a parte das Funções Sociais com sessenta e um milhões de euros e, portanto, todo o resto, não vou repetir ali, porque estão a ver e, portanto, seria fastidioso estar aqui a repetir estes números. Portanto, isto para termos só uma noção de como é que, em termos de Grandes Opções, como é que isto se arruma nos quatro grandes grupos funcionais, que estão previstos na estrutura, que aparece na Legislação em vigor.-----

-----Se recordam, nós temos e se recordarem naquilo, que nós fizemos no passado, em termos da arrumação por objectivos, nós tínhamos considerado onze objectivos; a Educação, a Acção Cultural, a Acção Social, a Saúde, a Habitação, Urbanização, Urbanismo e Planeamento. Tínhamos a parte de Saneamento e Salubridade, Protecção Civil, Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, Comunicações e Transportes, Defesa do Meio Ambiente e Administração Municipal. -----

-----Eram esses os onze objectivos, porque tínhamos estruturado o Plano, e, portanto, o que se fez, foi uma tentativa de fazer uma análise comparativa entre aquilo que estava programado em dois mil e três e o que está programado, agora, em dois mil e quatro por esses

onze objectivos para precisamente vermos, o que é que relativamente a cada um dos onze, como é que esta variação se processa de dois mil e três para dois mil e quatro. -----

----- É evidente que, e ali não está, mas obviamente, que o facto de estar ali, em termos gerais não nos dá uma perspectiva de como é que ele se comporta, em termos de Corrente e de Capital, que não é a leitura, tem que se ver exactamente, tem que se fazer exactamente nestas duas componentes. -----

----- Porque, como também é sabido e duma maneira geral, há sectores em que a tendência é para as Despesas Correntes e isto já para não falar genericamente relativamente à Câmara, mas é para que as Despesas Correntes tenham um peso significativo, dado que, cada vez mais, vão aparecendo novos equipamentos e como tal, eles têm que entrar em funcionamento e como tal, têm custos correntes associados. -----

----- Mas, portanto, aqui, foi uma mera tentativa de comparação entre a estrutura de dois mil e três e a estrutura, e o que está previsto em dois mil e quatro, se nós tivéssemos feito uma arrumação como ali está. -----

----- Enfim, isto agora é em termos de gráficos de barras e, portanto, é a tradução daqueles valores quantitativos em gráfico de barras. -----

----- Aqui pretende-se dar uma evolução das Grandes Opções do Plano entre o período de dois mil a dois e quatro em que estão, certamente, a perceber que o ano de dois mil e quatro está praticamente ao nível de dois mil e dois. Em dois mil e três houve, como se recordarão, uma quebra e em dois mil e quatro a situação está-se aproximar e até ultrapassou um bocadinho, o do previsto para dois mil e três. Isto, obviamente que, tendo em conta outros cenários mais confortáveis, sobretudo, por causa aquilo que eu disse há pouco, podermos contar com outras fontes de financiamento, nomeadamente Fundos Comunitários. -----

----- De qualquer forma, o que podemos ver, é que o investimento médio no período de dois mil, dois mil e quatro foi de cento e um vírgula oito milhões de euros e, se virmos, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

termos de dotação para dois mil e quatro, o que está previsto é de cento e dezassete vírgula quatro milhões de euros. Portanto, estamos acima do investimento médio ao longo ou do das GOP. Não é investimento das GOP, estamos acima do investimento médio no período ou no horizonte de dois mil a dois mil e quatro. -----

-----Vamos agora fazer uma análise comparativa por objectivo, tendo também começando exactamente pela Educação e tendo também aqui em análise o período de dois mil, dois mil e quatro. -----

-----Como tiveram oportunidade de verificar, há neste Objectivo uma variação negativa relativamente ao que estava previsto para dois mil e três, o que é em termos globais de cinco vírgula cinco por cento, sendo que, se fizermos essa análise, em termos de Despesas Correntes e Despesas de Capital, verificamos que as Despesas Correntes aumentam sete vírgula dois por cento de dois mil e três para dois mil e quatro e as Despesas de Capital diminuem cerca de doze por cento. - -----

-----E ainda relativamente a este Objectivo, temos que, o investimento médio realizado ao longo deste horizonte temporal, foi de seis vírgula vinte oito milhões de euros e a dotação para dois mil e quatro mesmo assim é de seis vírgula cinquenta e seis milhões de euros. Portanto, mesmo assim, estamos acima do investimento médio do período.-----

-----Diria que isto é uma situação perfeitamente normal, tendo em conta, o quê? -----

-----Que, por exemplo, começando pelo pré-escolar, houve um esforço muito grande a nível de investimento do pré-escolar e, para não recuar mais no tempo, só refiro-me àquele equipamento, que foi inaugurado há dias, em Algés, ao Jardim-de-Infância e vou-me referir a um outro, que vai ser inaugurado em Janeiro de dois mil e quatro, aquele que é considerado modelar, em termos Nacionais, que é o do Alto dos Barrinhos com valências semelhantes ao de Algés, mas, enfim, com outra possibilidade e com um outro tipo ou com o género de ocupação e valências semelhantes, mas digamos, com um maior desafogo. E portanto, foi feito, como dizia

há pouco, um esforço muito grande a esse nível, daí que nós tínhamos, neste momento, quinze jardins-de-infância e todos, neste momento, estou a contar já com o do Alto dos Barronhos. Quinze jardins-de-infância, todos dotados de refeitório, como há pouco dizia, e, sendo que, só quatro, têm refeições transportadas. Todo o resto têm refeições confeccionadas no local, o que é uma coisa, que considero importante e sobretudo, se tivermos a noção do que se passa a nível da Área Metropolitana de Lisboa para não ir a outros ou fazer ou ter outros horizontes e/ou ter outros universos, melhor exemplo de comparação. Focando um só no universo da Área Metropolitana de Lisboa, podemos dizer que estamos numa situação francamente boa e muitíssimo bem posicionados no conjunto, porque isto, realmente, não se passa, quer em termos de jardins-de-infância, quer em termos das escolas do primeiro ciclo em que também metemos as escolas todas dotadas de refeitório ou para confecção local ou para refeição transportada. Apenas duas, como há pouco referi, uma em Carnaxide e uma em Linda-a-Velha é que não têm refeitório. E, houve uma preocupação grande em fazer-se também, sempre que possível, uma arrumação, deixem-me dizer assim e utilizar mesmo esta terminologia, Jardim-de-infância EB Um, precisamente para que as crianças, cada vez menos, sintam, enfim, a diferença e a mudança, que se opera sempre entre o jardim-de-infância e o primeiro ciclo, precisamente para que não haja aí qualquer conturbação ou qualquer acidente de percurso, que provoque alguma postura anómala de ambas as partes. -----

----- Sobretudo a aposta em dois mil e quatro é no sentido de preparar a deslocalização em termos de, agora, de EB Um; a deslocalização da EB Um, número dois, de Algés, da Norton de Matos para o lote Escolar da EB Dois, Três, de Miraflores e, para isso, vamos ter aqui duas situações; vamos ter no próximo ano lectivo a escola a funcionar em instalações ou em salas disponíveis na EB Dois, Três e vamos ter, depois, no ano lectivo seguinte já a Escola número dois, portanto, primeiro ciclo a funcionar em conjunto com a Dois, Três, mas, digamos, de uma forma já ampliada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Este ano de dois mil e quatro vai realmente ficar marcado por, em termos de Algés, desactivarmos esta escola, por outro lado também, vamos e estamos a trabalhar já no projecto para a EB Um, de Queijas e que também vai ter a valência jardim de infância. -----

-----Como se recordam, nós desactivamos este ano a escola pré-fabricada, a Escola Cesário Verde, ali em Linda-a-Pastora e, na altura, dissemos que os alunos da Cesário Verde iriam enquadrar-se na Escola do Centro de Queijas, porque a Escola tinha espaço, precisamente, para os enquadrar e não havia qualquer tipo de problema, mas que, mais tarde, com o surgimento da Urbanização do Práxis e com o melhor reordenamento da rede, nós iríamos ter em Queijas uma nova escola que para além de primeiro ciclo, ia ter a valência jardim de infância. -----

-----Portanto, é o que se está a trabalhar, exactamente neste novo projecto, tendo em conta que também outras necessidades iriam surgir e, portanto, para poder satisfazer as necessidades, que vão advir também da Urbanização, que ali está a surgir. -----

-----Depois também vamos, a nível dos arranjos exteriores das escolas, apostar numa forma graduada. -----

-----Lembram-se, certamente, também de ter dito aqui oportunamente, de todo o levantamento, que foi feito, em termos de arranjos exteriores e da forma como íamos fazer a nossa intervenção, tendo em conta que iriam ser estabelecidas prioridades, porque em termos de arranjos exteriores, nós temos, não temos a noção, às vezes, do investimento, que se tem de ser feito. Obviamente, que isso depende também do perímetro do lote e das características muito próprias de cada escola. Mas, de qualquer das maneiras, poderia dizer que, em termos de investimento médio ronda, e agora falando em termos de contos, qualquer coisa como os cinquenta mil contos, entre quarenta a cinquenta mil contos. É o investimento médio em termos de arranjos exteriores e como tal, há que estabelecer prioridades porque senão, estávamos aqui sem, enfim, a actuar numa forma pontual sem o mínimo de noção do que isto representava em termos de conjunto. -----

----- Referir-vos aqui, em termos de Educação, também algo que vamos fazer que é aderir ao Programa de Requalificação das Escolas do Primeiro Ciclo que é aquele que, normalmente, nós designamos por muito facilmente – “um computador por sala de aula”. -----

----- Como se recordam, nós aderimos àquele projecto anterior do Ministério da Ciência e Tecnologia em que possibilitava às escolas do primeiro ciclo, uma navegação na Internet. Aderimos, nessa altura, exactamente a isso e portanto, contemplamos todas as escolas do primeiro ciclo com esse projecto e, neste momento, vamos aderir, já manifestei essa vontade ao Senhor Ministro da Educação, aderir a este novo projecto de - “um computador por sala de aula”. Portanto, ao Programa de Requalificação do Primeiro Ciclo. É qualquer coisa que envolve cerca de trezentos mil euros, portanto em termos práticos, sessenta mil contos e que vai exigir por parte da Câmara Municipal um esforço ainda significativo.-----

----- Por sua vez também vamos continuar com todos aqueles apoios, que nós temos vindo a dar a nível dos projectos pedagógicos e das actividades, que entretanto vão sendo desenvolvidas nas escolas e que têm, como pano de fundo, digamos assim, os Planos de Actividade que são apresentados pelas diversas escolas. -----

----- Portanto, em termos práticos, em termos de Educação é isto, que se vai verificar e lá está com as Despesas Correntes com a tendência para aumento. -----

----- Em termos de Acção Cultural, há também aqui, em termos globais, um decréscimo de dois mil e três para dois mil e quatro, um decréscimo de quinze por cento, sensivelmente, e, aqui o decréscimo também se verifica exactamente na parte de Capital com cerca de vinte e quatro por cento, sendo que a parte Corrente aumenta cerca de trinta e cinco por cento. Portanto, digamos que há, como também há a tendência natural nestas situações, há um agravamento das Despesas Correntes e há um desagramento ou neste caso, não é o menor esforço de investimento, em termos da Acção Cultural. -----

----- Ora bem, como se recordam e o ano passado estava aqui uma tónica muito grande,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

foi devido essencialmente aquele aumento, da parte de investimentos, vir essencialmente ao Parque dos Poetas e, obviamente, que a entrada em funcionamento do Parque dos Poetas faz, obviamente, disparar a parte das Despesas Correntes. -----

-----Gostaria aqui também e permitam-me só que dê aqui um enfoque especial à biblioteca e às nossas Bibliotecas Municipais. Como sabem, em dois mil e quatro, nós vamos ter a funcionar a Biblioteca do Centro Cívico que, como também já alguns dos presentes terão ouvido que vamos inaugurar no dia vinte e cinco de Abril de dois mil e quatro, sendo que o Centro Cívico nas suas diversas valências vai entrar em funcionamento antes disso. Portanto, finais de Fevereiro, princípios de Março já deve estar, portanto no primeiro trimestre, final do primeiro trimestre está em funcionamento. De qualquer forma vai surgir ali, como todos sabem, uma das valências é a biblioteca e eu gostaria aqui de chamar a atenção para um aspecto, que me parece muito importante e ao qual, nós demos um enfoque muito grande, que é aquele programa da promoção da leitura, que deve ser, quanto a nós, assumida como uma missão fundamental das bibliotecas. -----

-----Nesse sentido, o Programa que se designou por “Oeiras a Ler”, que está subdividido em cinco programas que é o “Ler para Crescer”, que tem como público-alvo as crianças e os adolescentes com idades compreendidas entre os zero e os catorze anos e envolve ainda, de uma forma directa, os pais e os professores dessas mesmas crianças e adolescentes. Portanto, no fundo, a lógica de intervenção desse público-alvo será equacionada naquilo, que nós designamos habitualmente pelo “Triângulo Biblioteca”... (**Mudança de Cassete**) ... melhor dizendo. Depois, há um outro projecto que é a “Leitura Jovem”, que tem como público-alvo os jovens com idades compreendidas entre os quinze e os vinte e cinco anos e toda a lógica é equacionada também e agora fora do âmbito escolar. No fundo, é contribuir para fazer com que os jovens não tenham relutância à leitura e que a par do computador, que tanto utilizam e de que maneira, que também se dediquem à leitura e portanto há que fomentar tudo isto. -----

----- Depois, um outro Sub-Programa que é o “Alargar Horizontes”, que tem aqui como público-alvo os adultos com mais de vinte e cinco anos e, portanto, toda a lógica de intervenção deste público-alvo está, de facto ou tem em conta os diferentes perfis do leitor e aqui é procurar dar resposta, no fundo, às características, às necessidades e aos interesses específicos de cada grupo. No fundo, inculcando-lhes e consolidando as práticas de leitura e diversificando também, as já existentes. -----

----- Depois temos a parte da “Leitura Sénior”, que tem aqui já como público-alvo os mais de sessenta anos e toda a lógica de intervenção tem em conta as características sócio-culturais e ao fim e ao cabo os modos de vida muito específicos desta faixa etária. -----

----- Para além de uma vertente de leitura solidária, será também dada uma especial relevância ao papel dos seniores, enquanto promotores de leitura junto dos mais novos, daí que haja espaços em que espaços de leitura, em que os avós e os netos vão estar, no fundo, a conviver e a poder, ao fim e ao cabo, desenvolver-se tudo isto numa lógica inter-geracional. -----

----- Depois há os territórios de leitura que numa lógica já muito mais equacionada em função do papel de cada um dos agentes desempenha na promoção da leitura. -----

----- É evidente que tudo isto a par duma, como eu dizia há pouco, duma utilização das tecnologias de informação e criação, ao fim e ao cabo, de espaços, que permitam essa interacção entre a Biblioteca Pública e os seus utilizadores também. -----

----- A par disto, estamos também no seio da biblioteca a desenvolver outro tipo de programas, quando eu há pouco me referia ao perfil, que é importante saber-se e conhecer-se, o perfil dos leitores e portanto também aqui, vamos fazer um estudo aprofundado sobre o perfil dos leitores e desenvolver o Programa “Sabe”, que é um Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares e, portanto, como sabem, nós temos, digamos, a rede de bibliotecas escolares e através das Bibliotecas Municipais, nós vamos cada vez mais consolidando, ao fim e ao cabo, toda esta ligação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Toda esta vontade, ao fim e ao cabo, de promover e fomentar a leitura, vai ser utilizada em todos os espaços, mesmo sem ser os espaços convencionais da biblioteca, mas também, no Parque dos Poetas, enfim, em tudo, ao fim e ao cabo, onde nós possamos levar a cabo acções, que possam chamar a atenção para este aspecto, que consideramos que é muito importante e que deve ser desenvolvido. Porque, ao fim e ao cabo, quando nós dizemos que apostamos nas pessoas, também estamos desta forma a apostar nelas e a tentar valorizá-las cada vez mais. E portanto, vamos ter dentro daquele projecto, como sabem, de “Oeiras, Capital da Poesia” que o ano passado, nós, o ano passado, designamos exactamente tudo aquilo, que fosse desenvolvido a nível da poesia em Oeiras, iria ter este “chapéu”, e, vamos ter também dentro deste, a “Festa da Poesia”, enfim, todo um conjunto de exposições, de iniciativas, que procuram, ao fim e ao cabo, ter em mente estas nossas preocupações ou ter como pano de fundo as nossas preocupações. -----

-----É evidente que a par destes aspectos, que são menos visíveis, teremos certamente os trabalhos, que vão ser desenvolvidos a nível, uns já estão, outros irão ser, a nível dos auditórios. Como sabem, está a ser desenvolvido no Auditório do Parque Oceano, que vai ser entregue ao TIO, onde o TIO – “Teatro Independente de Oeiras” vai desenvolver toda a sua actividade e que depois se irá deslocalizar. Neste momento, como sabem, durante uns meses do ano, ele utiliza aqui, o Auditório Eunice Muñoz e, portanto, vai-se deslocalizar depois para o Auditório Parque Oceano. Temos também o Auditório do Alto da Barra, nas Galerias do Alto da Barra, enfim, a par disto estão também aqui consideradas a musealização dos Fornos da Cal que, como sabem, começamos por um, aquele primeiro, que está naquela correnteza e depois estamos em negociações e, eu diria, em processos de expropriações para outros para ver se continuamos esse processo de musealização. -----

-----Também e dado que se recuperam os Jardins do Palácio dos Arcos, aqui também está considerado a recuperação do espólio do Palácio dos Arcos. Também a recuperação dalgum

espólio, nomeadamente o piano da Quinta dos Sete Castelos, o celeberrimo piano da Quinta dos Sete Castelos. Também está previsto o projecto do Museu do Vinho de Carcavelos e do Museu das Armas Antigas e a recuperação, isto são apenas uns exemplos, e a recuperação do Octógono no Jardim Municipal. -----

----- Portanto, isto, ao fim e ao cabo, são alguns dos projectos em que nós, normalmente, não referimos e que este ano vale a pena e que sobretudo justifica a aposta naquilo, que não é tão visível, porque não é um equipamento que surge, mas é, sobretudo, dar vida aos equipamentos, que existem através destes projectos, que têm, ao fim e ao cabo, grandes opções estratégicas por trás. -----

----- Em termos de Acção Social, verificamos que há um aumento global de trinta e três vírgula seis por cento, sendo que, aqui a parte de investimento, é superior, portanto, para este acréscimo contribui um acréscimo de setenta por cento relativamente ao ano dois mil e três e um acréscimo, em termos de Despesas Correntes, de vinte e três por cento relativamente ao ano de dois mil e três. Portanto, daí desse cômputo geral, surge-nos o acréscimo de trinta e três vírgula seis por cento na dotação global das Grandes Opções do Plano. Aqui também o investimento médio no horizonte de dois mil, dois mil e quatro é de quatro vírgula um milhões de euros, sendo que a dotação para dois mil e quatro é de seis vírgula três milhões de euros. Portanto, bastante acima da média verificada ao longo deste período. -----

----- A ideia aqui foi implementar medidas e programas de apoio aos grupos mais veneráveis da população. -----

----- Inovar na criação de serviços e de estruturas de apoio à comunidade e qualificar, ao fim e ao cabo, os indivíduos com competências pessoais e profissionais com vista à inserção no mercado de trabalho. E, fomentar também parcerias locais e rentabilizar recursos locais também.

----- Aqui e para além de alguns projectos, que têm impacto a nível, digamos, das Despesas Correntes e contribuem para este aumento das Despesas Correntes, estão projectos que;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uns que são novos, outros que são continuação. São os chamados “Projectos de Continuidade” e uns, que atingem o seu auge, digamos assim, neste período. -----

-----Como sabem e refiro-me, por exemplo, ao Projecto “Conciliar é Preciso”, que foi desenvolvido ao abrigo de uma Parceria de Desenvolvimento co-financiada pela Iniciativa Comunitária, pelo EQUAL e que, ao fim e ao cabo, vai terminar e vai terminar duma forma a que nós, que nos parece mais adequada, é exactamente com uma Conferência Internacional, na qual serão inventariadas as situações problemáticas, ao fim e ao cabo, as soluções encontradas para essas soluções problemáticas e os resultados dessa avaliação ou os resultados da avaliação desse Projecto junto dos destinatários.-----

-----Continuarão, obviamente, os projectos ou o Projecto de Mediação Familiar. -----

-----Continuará os Projectos junto das Crianças e Jovens. -----

-----Continuaremos a apoiar a Comissão de Protecção de Menores, que há pouco também já tivemos oportunidade de ter alguns dados mais concretos e teremos oportunidade, certamente, de vos fornecer dados que decorreram daquela iniciativa, que decorreu aqui, a semana passada, que foi uma iniciativa da Comissão de Crianças e Jovens em Risco de Oeiras, onde foram fornecidos vários dados e que podem estar precisamente e podem ser consultados e trabalhados pelos os Senhores Deputados.-----

----- Por outro lado também, temos aqui a parte do emprego com uma aposta grande, e portanto, estão elencadas os vários projectos, os protocolos assinados, que estão no corpo do Orçamento e das GOP, que vos foram distribuídas. E, portanto, daí podem, de facto, tirar alguns elementos, não só relativamente a cursos de formação profissional como a realização de estágios de formandos, a sua tentativa de inclusão no mercado de trabalho; aquilo que tem sido feito a nível do Centro Comunitário do Alto da Loba, aquilo que tem sido feito através do Ensino Recorrente, aquilo que tem sido feito a nível das chamadas “AERLIS”, das Iniciativas Locais de Emprego e o que está..., porque em dois mil e quatro vai assumir, de facto, uma importância

muito grande e que estão relacionadas com os ofícios tradicionais, estou-me a referir concretamente a alguns, que já são vossos conhecidos da Construção dos Instrumentos Musicais, da Joalheria, Encadernação, mas agora com uma outra vertente como a Oficina dos Biscateiros também a surgir. Enfim, e muitas outras situações e protocolos de cooperação entre a Câmara e o Instituto de Reinserção Social que irão ser desenvolvidos a favor da Comunidade e, sobretudo também, através daquelas acções para indivíduos ou daquela inserção para indivíduos, que estão a cumprir Medidas Judiciais de Trabalho a favor da Comunidade e, portanto, nós vamos garantindo também a inserção dessas pessoas. -----

----- Também e a propósito do emprego, não podia deixar aqui de referir aquele “Programa de Enclave do Emprego Protegido”, que é desenvolvido ao abrigo de um acordo de cooperação também com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e que vai permitir a integração de sete pessoas portadoras de deficiência, que me parece que é, de facto, extremamente importante assegurar tudo isso e deixar que aquilo que nós na prática ou o que nós dizemos em palavras, seja, de facto, depois traduzido na prática do dia a dia e penso que isto é extremamente importante que se reflita dessa forma. -----

----- Depois, por outro lado, temos outros projectos desenvolvidos no âmbito mais do PROQUAL, que há pouco, como sabem, o PROQUAL tem uma vertente construtiva, que é financiado pelo FEDER, mas tem uma vertente também de acção social, que é financiada pelo Fundo Social Europeu e, portanto, que estão a trabalhar ali, na zona das Comunidades de Outurela/Portela, São Marçal e Páteo dos Cavaleiros e Alto dos Barrinhos e, portanto, são intervenções comunitárias, que são levadas a cabo nessas áreas e que, depois, tem que ser carreadas para este objectivo. -----

----- Todo este, ao fim e ao cabo, todo este diagnóstico social, que, entretanto, temos vindo a fazer ao longo de todo o trabalho, que tem sido desenvolvido, vai-nos permitir, de facto, e através do Conselho Local da Acção Social, vai-nos permitir, de facto, estabelecer com grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facilidade a fotografia do que se passa e vai também permitir e vai ajudar e a deslizar todo aquele trabalho, está a ser feito agora e que vai ser desenvolvido daqui para a frente e de uma forma muito aprofundada a nível da rede social. Como sabem, estão a ser trabalhados nas várias ou está a ser trabalhada nas várias Freguesias do Concelho com toda a ajuda e coordenação das Juntas de Freguesia. - -----

-----Depois chamar aqui a atenção também para o Programa “Oeiras Solidário”. Este Programa visa transformar os valores e a prática do mecenato, assegurando uma distribuição mais equitativa e responsável de recursos para promover uma mudança social positiva e sustentável. Este Projecto vem na sequência de algo, que já algum tempo temos vindo a reivindicar junto das empresas, que, ao fim e ao cabo, a preocupação das empresas ser muito no sentido do social e, portanto, sem fazer sentir às empresas, que se prepararem e se criarem condições dignas para os seus trabalhadores e para os seus familiares, os familiares dos seus trabalhadores. Enfim, criarem, ao fim e ao cabo, em termos sociais, todo o enquadramento adequado, vão ter também, certamente, reflexos na produtividade. E portanto, tentar que, dessa forma e doutra, colaborando connosco em projectos muito identificados e que estão a ser levados a cabo por outras organizações e que estão perfeitamente quantificados e cujos objectivos estão perfeitamente determinados, quer em termos genéricos, quer em termos específicos. Eles assim podem concorrer com essa acção, podem concorrer para a prossecução e para a concretização desses projectos; começámos com a Quinta da Fonte, iremos ter certamente, mais tarde, outros parques empresariais, até porque, está-se a sentir, digamos, na resposta e em sequência àquilo e à acção, que se fez, está-se a sentir em termos de eco já na parte da Acção Social e já estão a ser trabalhadas, já está a ser tudo trabalhado nesse sentido. No sentido de cada vez mais os envolver na parte social e nestas nossas preocupações. Porque, se não são preocupações da Câmara ou do agente “A” ou “B”, mas preocupações globais. -----

-----Aqui, chamava-vos a atenção também para um projecto que vai surgir a nível do

PROQUAL e que tem a ver com o Centro de Dia, que está a ser trabalhado e que está de alguma forma exposto ali fora, naqueles painéis.-----

----- Foi o projecto de arquitectura, outro dia, apresentado na última Reunião de Câmara, apresentado aos Senhores Vereadores. Tenho aqui um dossier e pode ser que numa outra altura, nós possamos, de facto, apresentá-lo com as suas diversas valências, o número de utentes e portanto, é algo que vai ser viabilizado através do PROQUAL e que tem também..., é algo único em termos de câmaras municipais aqui, na zona e portanto também é importante referir-se esse aspecto. --- -----

----- Temos agora a Saúde, a Saúde reflecte, em termos globais relativamente a dois mil e três, uma diminuição de quarenta por cento. -----

----- A diminuição verifica-se tanto em Capital como em Corrente, sendo que em Capital há uma diminuição de cinquenta e quatro por cento e em Corrente uma diminuição de oito por cento. Sendo aqui o investimento médio previsto entre dois mil e dois, dois mil e quatro era de duzentos e cinquenta e oito mil euros e a dotação para dois mil e quatro é de duzentos e dezassete mil euros. Portanto, neste momento, o que está aqui previsto, como sabem, é em termos de parte Corrente, é sobretudo informação e sensibilização. -----

----- Relativamente à parte de Capital, está aglutinado os Centros de Saúde. E aglutinado os Centros de Saúde, porquê?-----

----- Exactamente porque, quando tudo isto foi feito e mesmo depois de ser apresentado, o PIDDAC estava considerado apenas o Centro de Saúde de Paço de Arcos, a extensão de Saúde de Paço de Arcos e portanto, e dado que nós tínhamos os contratos-programa e à semelhança daquilo..., tanto para Barcarena como para Algés e o protocolo para Queijas, aglutinei-os sem prejuízo de os realizar, mas os realizar como? -----

----- Há que ser realista e aqui e depois de saber que havia abertura para considerar ainda em PIDDAC dois mil e quatro mais dois Centros de Saúde; o de Algés e o de Queijas e dado que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para esses Centros ainda tinha que ser fornecido, ainda tem, tinha, tem de ser fornecido o programa funcional, de ser lançado o concurso para a elaboração do projecto, ser elaborado o projecto e depois ser lançado o concurso para a obra e ser elaborada a obra, portanto, havia que ser realista e considerar apenas aquilo que seria provável, tendo em conta o tempo que demora estas coisas, o que seria provável realizar em dois mil e quatro ainda. -----

-----Portanto, neste momento, não estando separados, tendo no PIDDAC já à consideração desses Centros de Saúde, que eu referi, e podendo haver hipóteses de reforço desta verba, não há, tanto mais que, como nós vamos ter oportunidade de ver e como, certamente, os Senhores Deputados saberão, aquilo que saiu no Mapa Dezanove, como transferências para os Municípios, em princípio, vai ser aumentado de três por cento para quatro vírgula qualquer coisa por cento de acordo com aquilo que foi divulgado pela Associação Nacional de Municípios e portanto, dado que se reflecte aí aquilo que foi prometido pelo Governo e portanto, nós vamos ter hipóteses de reforçar até com essas verbas a parte da Saúde. -----

-----Portanto, neste momento, o que é que nós estamos a querer? Estamos a querer que, relativamente a Paço de Arcos, o projecto que temos em nosso poder seja completado com os projectos de especialidade para podermos lançar o concurso público para a obra, que nos vai demorar oito a nove meses, como sabem, para depois a obra ser iniciada em finais de dois mil e quatro. -----

-----Relativamente aos outros projectos, aos outros dois Centros, vamos ter hipóteses de lançar o concurso para o projecto e relativamente a Barcarena, a situação não está contemplada. Nós aí achamos que vale a pena e uma vez que ela não está contemplada, vale a pena fazermos..., e eu já encomendei à Universidade Atlântica, um estudo sobre o conceito de Centro de Saúde Universitário. -----

-----Como sabem, foi em tempos assinado um protocolo entre a Câmara e a Universidade e o Ministério da Saúde no sentido de poder ser desenvolvido em Barcarena um Centro de Saúde

Universitário. -----

----- Dado que, o Centro de Saúde ou a extensão de Saúde de Barcarena foi ampliada e melhorada, então é preferível pensarmos já de acordo com o novo conceito. E portanto, é isso que eu pedi e foi isso que eu pedi à Universidade Atlântica para desenvolver o conceito no sentido depois de ser lançado o projecto e ser lançado o concurso para o projecto, melhor dizendo, e, portanto, definido esse conceito, não é por isso que o projecto não..., o projecto, projecto não será lançado. -----

----- Relativamente ao Centro de Saúde do Dafundo, eu aproveitava para dizer que o Centro de Saúde do Dafundo, como algumas pessoas referiram mal, que o Centro de Saúde do Dafundo devia estar no PIDDAC da Câmara. Já era bom que o PIDDAC fosse da Câmara, era! No PIDDAC da Câmara! Obviamente, o PIDDAC não é da Câmara, mas não tinha que estar no Dafundo, o Dafundo nunca foi um centro que tivesse sido objecto de protocolo ou de contrato-programa, portanto, foi sempre algo que ficou, desde início, a ser desenvolvido directamente pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e como tal, o que nós nos disponibilizámos e também para que não restem dúvidas, porque não haja dúvidas relativamente àquilo que foi informado até porque muitas coisas, nestes momentos, vêm a lume. -----

----- A Câmara Municipal disponibilizou-se a procurar com a Junta de Freguesia do Dafundo, a procurar espaço para que a extensão de Saúde pudesse funcionar até as instalações, que nós cedemos à ARS, estarem adaptadas para se instalar de vez, definitivamente, a extensão do Dafundo. -----

----- Na altura disponibilizaram-se ou melhor sinalizaram-se as instalações da TUDOR. Houve deslocações ao local; quer da Câmara, quer técnicos da ARS, quer da Junta de Freguesia no sentido de ver se serviam e como é que se poderia proceder às suas adaptações. -----

----- Entretanto, na sequência dessa ida lá, às instalações, a ARS fez-nos chegar que as adaptações, que eram necessárias; eram morosas, eram caras e portanto, ia pagar uma renda. E,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

portanto, se a Câmara estava disposta a suportar, não só essas adaptações como a renda. É evidente que a Câmara não estava disposta a isso, porque a Câmara já tinha cedido as outras instalações para que se adaptassem as instalações e portanto não podia ser de maneira nenhuma. Mas ficaram de ver como resolver o problema. -----

----- Entretanto, este mês de Novembro, já finais de Outubro e princípios de Novembro desencadeou-se todo um processo de algum pânico, digamos assim, porque começaram a surgir as informações de que o Centro de Saúde do Dafundo ia fechar e as pessoas, e os utentes iam ser atendidos em Linda-a-Velha e em Algés. De imediato, não tendo eu qualquer comunicação oficial e formal, de imediato contactei a Senhora Presidente da ARS, que me disse, que era um perfeito disparate porque, o Director de Saúde do Centro de Saúde de Carnaxide não tinha qualquer orientação nem podia nem poderes para encerrar o Centro do Dafundo e portanto, nem Linda-a-Velha e Algés poderiam suportar os utentes do Dafundo. E portanto que era perfeitamente impensável. -----

----- Bem, houve certamente qualquer confusão, de qualquer forma, o que manifestei, foi que a Câmara reafirmava a sua posição, é que não aceitava, não aceitava que o Centro de Saúde do Dafundo fosse encerrado, enquanto não existisse alternativa. Mas sabia também e tinha receio, até porque tinha feito também deslocações ao local em tempos, tinha alertado o Ministério da Saúde para a situação, para o estado de degradação em que se encontram as actuais instalações e portanto, estava disponível para em conjunto ver e resolver o problema. Mas nunca poderia fechar portas, porque foi o compromisso assumido quer pelo Ministério da Saúde, quer pela Câmara junto das populações. Nesse sentido, desenvolvemos mais um..., digamos, a derradeira solução e que constituiu solução de facto. Foi disponibilizar a parte, deixem-me dizer, o anexo ou as salas do anexo da Escola do Dafundo para funcionarem numa forma perfeitamente individualizada da Escola para que depois não tivéssemos problemas e que depois os pais ou os professores se viessem queixar desta interferência e desta promiscuidade, deixei-me dizer-lhes

assim, entre o Centro de Saúde e a Escola. Então preparámos tudo por forma a que pudesse funcionar temporariamente até à adaptação das instalações do Dafundo, das dos Bombeiros do Dafundo, pudesse funcionar ali, a extensão de Saúde provisoriamente com porta aberta directamente para a rua e com acesso directo ao Centro de Saúde sem passagem pela Escola e com umas adaptações mínimas, mas mínimas, mínimas que são sete mil e quinhentos contos, falando ainda em contos. E portanto, fizemos o projecto de adaptação, de imediato nós oferecemos à ARSLVT e, neste momento, disponibilizamo-nos também para fazer as obras, assim fosse comunicado de imediato que o Ministério da Saúde nos transferia o montante correspondente a essa adaptação. -----

----- E, portanto, Senhores Deputados, que não haja qualquer dúvida e muito menos alguma confusão entre as diligências e as obrigações da Câmara e as obrigações, que não são da Câmara. Mas, enfim, que fique muito claro esta situação.-----

----- Não foram coisas, como alguém disse, de última hora para responder a algum comunicado, não foi! Eu já ando a batalhar, como todos sabem, relativamente aos Centros de Saúde desde mil novecentos e noventa e oito, já para não falar naqueles que antes de mim batalharam e portanto, tem sido uma constante e da parte da Câmara tudo se tem, sido feito no sentido de ser resolvida a situação. E penso que, segundo informações também da ARS, a adjudicação está para ser feita directamente pela ARS ao candidato vencedor e, em princípio, teremos extensão do Dafundo em termos definitivos a funcionar no final de dois mil e quatro. E, até lá, serão feitas as obras e será deslocalizado para a escola ou para os anexos à Escola do Dafundo.-- -----

----- Agora sim, Habitação.-----

----- Relativamente à evolução neste período de dois mil e quatro, poderão estranhar este empolamento das Despesas de Capital, sobretudo. Ainda que, em termos globais, tenha sofrido este Objectivo um aumento de sessenta por cento relativamente a dois mil e três mas, isto deve-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se, essencialmente, à aquisição da segunda parte do Pátio dos Cavaleiros e dos duzentos e noventa e dois fogos, se não me falha a memória. São duzentos e oitenta e dois, peço desculpa, estava-lhe a pôr mais dez. Duzentos e oitenta e dois fogos do Pátio dos Cavaleiros e também a cento e setenta e seis nos Barrinhos, a cento e setenta nos Barrinhos, peço desculpa. Isto foi aquela situação que, se recordam em dois mil e três, como tudo era para estar finalizado, em termos de todo o processo de aquisição em final de dois mil e dois. No orçamento de dois mil e três não estava contemplado, depois não veio o Visto do Tribunal de Contas. -----

-----Entretanto, durante o ano de dois mil e três, foi produzida aquela Legislação, que permitiu agora a aquisição através do INH e portanto, em dois mil e quatro, o empolamento que se verifica ali, é essencialmente devido a isso. É, portanto, o processo de aquisição dos tais duzentos e oitenta e dois fogos no Pátio dos Cavaleiros e os tais cento e setenta no Alto dos Barrinhos, uma parte, não é? Uma vez que está programado para dois mil e quatro e dois mil e cinco. -----

-----Vamos também a este nível continuar com o Programa da Habitação Jovem e portanto, sobretudo, a nível dos Núcleos Históricos estar a continuar as negociações e as aquisições e depois as adaptações dos edifícios no sentido de pôr jovens a morar nesses, nos Centros Históricos. Aqui também e em termos aí já de Despesas Correntes para além de criarmos novas formas de habitação, digamos assim. Não, ainda em Despesas de Capital, novas formas de habitação e, sobretudo, pensarmos nos isolados e mais velhos. -----

-----Também preocuparmo-nos com a manutenção do Parque, que é uma das coisas, que neste momento, nos preocupa bastante é o problema da manutenção do Parque Habitacional.-----

-----É tentarmos sempre nesta política de habitação transferir o mais possível ou reconverter o arrendamento em venda, sempre que possível. E, continuar assim de acordo com os dados que temos através do Observatório, continuar assim a fazer com que se possam ir resolvendo os problemas de habitação aos vários níveis. Portanto, não agora já viverem em

barracas, mas a viverem, sobretudo, em partes de casa ou em casas degradadas e, portanto, aos poucos e, através desta aquisição, que se vai fazer, já se pode ir acudindo a algumas situações, que estão consideradas no Observatório.-----

----- Podemos passar agora ao outro, parte do Saneamento e Salubridade. Aqui também se verifica um aumento de cinco vírgula seis por cento no global, sendo que, as Despesas Correntes, aqui aumentam cento e seis por cento e as Despesas de Capital diminuem quarenta e quatro por cento. Porquê, este aumento? Essencialmente por causa dos resíduos sólidos. -----

----- Nós estamos, neste momento e espero que, muito rapidamente, esta situação se inverta para podermos saber em concreto qual a solução, que vai ser utilizada no futuro próximo e a solução que for utilizada, vai fazer com que nós possamos baixar a tonelada de resíduos sólidos depositados e transportados. -----

----- Como sabem, nós estamos a pagar uma média de cinquenta euros a tonelada para depor e transportar e as soluções, que temos como alternativa, digamos assim, e como projectos a desenvolver, podem-nos atirar para a casa dos, entre os vinte e seis e os trinta euros, o que vai reduzir substancialmente. Tudo isto, obviamente, envolve candidaturas ou decisão de candidaturas, que estão formalizadas ao Fundo de Coesão e que, obviamente, temos que ter também a definição sobre elas. E, portanto, há aqui, digamos, este peso, é exactamente derivado, e se virem bem na linha dos números pequeninos, lá naquele e depois nas GOP, é exactamente por causa da AMTRES e daquilo que temos que transferir para a AMTRES, que são cerca de três milhões e meio de euros, que é, o que está previsto considerar-se os tais cinquenta euros por tonelada. Aqui também estão consideradas situações, que têm a ver com os protocolos, que estão celebrados com a SANEST e que têm a ver com aquilo, que eu há pouco referi; quer na Ribeira da Lage, quer na Ribeira de Barcarena, enfim, porque depois a nível de outras ribeiras, nós estamos a fazer directamente ou vamos tentar resolvê-la através dos SMAS com a erradicação dos focos poluidores e, portanto, a erradicação de esgotos. E portanto, ao fim e ao cabo, são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

formas e estão aqui espelhados os vários protocolos, que entretanto e relativamente às ribeiras, se estão a fazer, já se fizeram ou estão em vias de ser feitos com a SANEST. -----

----- Podemos a passar. Agora estou a focar só os aspectos principais. -----

----- Temos aqui a nível da Protecção Civil, a nível da Protecção Civil há um aumento de trinta e um por cento na dotação global, sendo que a parte Corrente aumenta vinte e um por cento e a parte de Capital quarenta e dois por cento. Também aqui se fica acima do investimento médio no período considerado, portanto, que é de um vírgula dois milhões de euros passa a um vírgula quarenta e seis milhões de euros. Aqui está, essencialmente, em termos da parte de Capital, é essencialmente devida à consideração do Quartel dos Bombeiros de Paço de Arcos, uma parte e que, enfim, está na sequência daquele, como sabem, foi assinado o protocolo com o GEPI, no passado dia trinta de Outubro e, em sequência, vamos ter um contrato-programa a ser celebrado no primeiro trimestre de dois mil e quatro. Precisamente, o instrumento através do qual reparte a parcela que a Administração Central vai dar e a parcela que a Câmara vai também avançar. E, portanto aqui, está considerado e este peso, que se verifica a nível do investimento, é essencialmente por isso e também alguns equipamentos ou algumas viaturas para os Bombeiros.

----- A parte Corrente tem a ver essencialmente com o reforço a que... ou melhor com a necessidade de reforçar as verbas de Despesa Corrente, que decorrem do engrossar do nosso efectivo, em termos de Polícia Municipal. É essencialmente, digamos, a razão deste empolamento. -----

----- Podemos passar ao Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público em que aqui também se verifica um aumento de cinquenta e oito por cento, em termos globais, aumentando, em termos de Capital sessenta e três por cento e em termos Correntes trinta e dois por cento em que o investimento médio para o período de dois mil, dois mil e quatro, se situa nos quatro vírgula seis milhões de euros e, para o período considerado para o ano é de oito vírgula sete milhões de euros. Aqui, obviamente, que está uma parte que, enfim, pesa bem neste

Orçamento ou nestas GOP, é a parte do Núcleo Empresarial do Alto dos Barronhos em que, portanto, o resto, que nos falta adquirir, a maior parte já está adquirida este ano.-----

----- Depois também os ateliers da Quinta dos Sales. -----

----- Está também o Mercado de Caxias já, portanto aquele projecto para..., eu diria que é mais um projecto novo do que uma intervenção no projecto, no que existe. -----

----- Só em dois mil e cinco é que vai estar pronto mas, toda a parte, todo o projecto e tudo isso está a ser finalizado para ser lançado o concurso também e está o Porto de Abrigo, está aqui também considerada a segunda fase do Passeio Marítimo, a parte do projecto de Santo Amaro de Oeiras a Paço de Arcos e há pouco foi referido isso, mas como, muitas vezes, pensam que a terceira fase, que está ali, entre Caxias e a Cruz Quebrada, já é Passeio Marítimo. Não é, aquilo é uma plataforma da REFER. Que a REFER, entretanto, na altura, preparou para sustentação de tudo aquilo e que, obviamente, nos vai ajudar a sustentar também a parte desta terceira fase do Passeio Marítimo. Mas, o que está agora em causa, é toda a parte de elaboração do projecto para a segunda fase, Santo Amaro/Paço de Arcos. -----

----- Podemos passar às Comunicações e Transportes e portanto também aqui se verifica um aumento global de dois vírgula nove por cento, sendo que, em termos de Despesas Correntes, dezoito por cento e em termos de Despesas de Capital, dois vírgula quatro por cento. Portanto, há aqui e elas estão enumeradas, as principais no corpo, portanto, em toda aquela listagem estão enumeradas as intervenções que, entretanto, se vão fazer e depois pormenorizado, em termos das intervenções por freguesias.-----

----- Não ser fornecidas aos Senhores Presidentes de Junta, nem sei se já foram, as várias intervenções nos diversos arruamentos e também a nível de investimento, que aqui está projectado. Portanto, que é, como sabem, um dos pontos fracos, que nós temos apontado, é o problema da mobilidade, sabendo nós, também, que a mobilidade é, digamos, algo que não é particular e específico de Oeiras, mas, digamos, é um problema metropolitano.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----De qualquer forma também e a nível de PIDDAC, que há pouco foi aqui referido, foi feita uma articulação muito grande com a Câmara de Cascais no sentido da VLN poder ser considerada como, e de uma forma articulada, Oeiras e Cascais e de uma forma faseada. Isso não foi contemplado, de facto, no PIDDAC. Vamos ver como é que nós vamos construir aí porque ela é vital para nós, como é que vamos construir uma hipótese de engenharia financeira, aliás o Senhor Vice-Presidente, a semana passada, teve com dois Directores Municipais numa Acção, num Seminário, em Londres em que foram abordadas, e não é por acaso que se vai a estas coisas, em que foram abordadas, entre outras coisas, com certeza, de muito interesse, enfim, engenharias financeiras, que nós, agora, vamos depois de tudo isto estar passado, esta história do Orçamento, que foi uma fase complexa, vamos discutir esse aspecto para ver se aquilo que fomos “beber” ao exterior, se aqui também conseguimos montar e se há enquadramento legal para o montar. Dado que, temos que ser realistas, é que falar da VLN, é falar em muitos milhões de contos. Nós ficamos sempre muito mais assustados em falar em milhões de contos que em milhões de euros e portanto, é falar, de facto, em muitos milhões contos e por conseguinte em muitos milhões de euros, mas como ela é vital, há que arranjar aqui forma de nós pudermos viabilizar esta via estruturante em termos de Concelho. E, devo-lhes dizer que pela primeira vez foi feito um esforço grande no sentido da sua consideração, no sentido da sua articulação. -----

-----Espero que, o facto de nós visarmos ou tentarmos esboçar aqui engenharias financeiras para a sua concretização que não vá prejudicar em nada, porque estas coisas depois têm que se pagar, obviamente! Não vá prejudicar em nada a sua consideração em termos de PIDDAC para dois mil e cinco. -----

-----Em termos de Defesa do Meio Ambiente, temos aqui também considerado um acréscimo, que pode ser..., eu diria, está ao mesmo nível, aqui não há acréscimo nenhum, está ao mesmo nível do ano passado, só com uma diferença, é com as Despesas Correntes a aumentarem, como é natural! Eu disse-vos há pouco que era uma situação, aliás, é natural. Isto

confirma-se a todos os níveis e confirma-se na Área Metropolitana, eu diria, e, a nível Nacional. É natural. É perfeitamente natural que estas situações surjam e basta ver, em termos de espaços verdes, o que se tem feito e para pudermos desde logo ver que, em consequência e em sequência, vem logo aumentos muito significativos de manutenção de tudo isso ou então deixamos que as coisas entrem numa fase de deterioração. Portanto, aqui esta é, portanto, é um continuar numa aposta grande. -----

----- Nos vossos, no Plano e no Orçamento, nas GOP e quer na parte discriminada, quer na parte de texto, está a forma como se vai intervir por áreas/plano ao fim e ao cabo e perfeitamente gizadas e conseguidas de forma articulada para não, enfim, não serem actuações, intervenções pontuais. -----

----- A nível da Administração Municipal, aqui o aumento deve-se sobretudo a situações, que estavam consideradas noutros objectivos e que foram aqui considerados; desde as participações a empresas, não, essas já estavam, as cotizações que nós temos, em termos das várias associações e sedes em que somos parceiros, foram aqui consideradas, enfim. E, uma outra arrumação relativamente a algumas Despesas Correntes, que estavam, de alguma forma, dispersas por alguns objectivos e que não fazia muito sentido estarem e, em termos da parte de Capital, está essencialmente aqui o aumento, que se verificou a nível da Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia. -----

----- Como sabem, nós tivemos no Orçamento de dois mil e três, cem mil contos, neste momento temos cento e sessenta mil contos previstos. Portanto, houve aqui um aumento muito significativo em termos do Protocolo de Delegação de Competências. Isto é possível, até porque... e resulta, digamos assim, do bom trabalho, que tem sido desenvolvido a nível das Juntas de Freguesia e como tal, nós estamos... seria..., enfim. Não seria corresponder ao esforço, que tem sido feito não aumentar estas verbas decorrentes do Protocolo. -----

----- Passávamos então, agora, ao Orçamento. O primeiro gráfico que foi projectado no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

início desta exposição, um gráfico de barras, mostrava-nos exactamente a evolução de dois mil a dois mil e quatro dos valores do Orçamento. E, eu dizia, na altura, que o Orçamento... **(Mudança de Cassete)** ... -----

-----**Sr.^a Presidente da C.M.O.** -----

-----...em termos de Receitas Correntes, de Receitas de Capital, Despesas Correntes e Despesas de Capital e os respectivos totais, os valores absolutos. Portanto, neste momento, temos um Orçamento de cento e setenta e três vírgula cinco milhões de euros. -----

-----Sendo, e agora focando só as Receitas Correntes, cento e um vírgula cinco milhões de euros em dois mil e quatro. As Receitas de Capital setenta e um vírgula nove; as Despesas Correntes oitenta e quatro vírgula quatro e as Despesas de Capital oitenta e nove. Portanto, continuamos a assistir a uma geração de poupança corrente, o que é salutar, o que quer dizer que Receita Corrente financia a Despesa de Capital. -----

-----Passando, isto depois é só as componentes do Orçamento em termos dos grandes capítulos Corrente e Capital e depois os “queijinhos” respectivos. -----

-----Em termos da Receita genericamente só para verem como é que cada componente, o qual o peso de cada componente da Receita. Temos algo de muito semelhante aos anos transactos, portanto, em que os impostos directos são os responsáveis pelos setenta vírgula nove por cento das Receitas Correntes, seguida das transferências correntes doze vírgula três por cento e depois de impostos indirectos e das taxas, multas e outras penalidades e da venda de bens e serviços correntes. -----

-----Em termos das Receitas de Capital, venda de bens de investimento e transferência de capital, portanto, com a percentagem de cinquenta e oito e de quarenta e um por cento respectivamente. -----

-----E agora entrando na parte dos impostos directos e começando exactamente pela Contribuição Autárquica, que agora já tem outra designação, mas para todos os efeitos o que vos

posso dar de novo, portanto relativamente a dados de realização. Nós se virmos..., Senhores Deputados é assim: Pondero sempre estas situações e agora também tenho alguns problemas porque também já estou a precisar de óculos de ver ao perto mas como tenho a mania de não usar deixei-os no gabinete. Mas o que é um facto é que nós ou tínhamos mapas desdobrados o que depois é uma maçada, porque os Senhores Deputados andavam para trás e para diante e nunca mais se entendiam, os Senhores Deputados e eu e todos nós, não são só os Senhores Deputados isto é um problema de todos ou então temos que ter uns óculos de ver um bocadinho melhor e estamos a percorrer as coisas. Ambas as soluções são más, de maneira que tentei, ao fim e ao cabo, congregar a informação por forma a ficar mais legível, seguirmos numa vertente menos legível noutra. -----

----- De qualquer forma e face à evolução que ali está, posso-vos dizer e posso-vos dar, que são os dados novos que vos posso dar. -----

----- Em termos de Contribuição Autárquica posso-vos dizer que arrecadada até agora estão dezassete, vírgula três milhões de euros, o que quer dizer que já ultrapassámos as previsões de dois mil e três. Em termos de Contribuição Autárquica já tivemos uma execução de cento e quatro por cento, portanto, na altura quando foi distribuído isto ainda estava com dados da altura, como é óbvio, e, portanto, em Contribuição Autárquica já arrecadámos tudo aquilo e já ultrapassámos aquilo que estava previsto para dois mil e três. Mas uma coisa que vos queria dizer é que este cálculo que fizemos este ano respeitou integralmente a fórmula que vem prevista na legislação sobre esta matéria, em que nos diz que as Receitas não podem ultrapassar na rubrica tal, tal, tal, não podem ultrapassar uma determinada fórmula que é dada. E, portanto, digamos que aqui aplicou-se escrupulosamente a fórmula. Em algumas situações nós podíamos, estão a ver, no caso da Contribuição Autárquica eu podia ter utilizado esta previsão porque ainda que não a tivesse arrecadado já tinha a noção que em finais de Novembro eu já teria ultrapassado certamente e, apesar de tudo, não a utilizei, respeitei escrupulosamente a fórmula que nos é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

indicada. Portanto, este ano até a análise do Orçamento, em termos de Receita, fica muito mais facilitada porque foi a utilização da fórmula. -----

-----Relativamente ao imposto sobre veículos, também arrecadámos já mais do que estava previsto, portanto estavam previstos em dois mil e três, três vírgula quatro milhões de euros e já arrecadámos três vírgula seis milhões de euros. Portanto, também estamos, em termos de execução, em cento e quatro por cento. E, neste caso o imposto sobre veículos tem quanto? Três vírgula três, está abaixo daquilo que foi a arrecadação neste momento. -----

-----A sisa estava previsto arrecadar-se no orçamento de dois mil e três, vinte e sete vírgula dois milhões e está em catorze vírgula seis milhões, portanto, está numa realização de cinquenta e três por cento. Aliás, a partir de determinado momento ela não teve praticamente evolução. E, portanto...”-----

-----**Há um Senhor Deputado que intervém mas dado que o faz com o microfone desligado, não é audível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção:**-----

-----“...Se, se realizar uma operação ainda em Dezembro e que isso tenha efeitos, ou seja, a localização da PFEIZER e outra, só daí vem logo um acréscimo muito significativo. Se não, aumentará pouco. E, portanto, ficaremos certamente abaixo daquilo que, em princípio a localização dessas duas se, se realizar em Dezembro como está previsto, ela está calendarizada para Dezembro, portanto deve reflectir-se aqui, senão reflecte-se no próximo ano. De qualquer das maneiras aplicámos também aqui a fórmula, e, portanto, não foi considerado mais do que a aplicação directa da fórmula para todos.-----

-----Relativamente à derrama, neste momento, portanto, o que estava previsto para dois mil e três eram vinte cinco, vírgula um milhões de euros, já arrecadámos vinte e três, vírgula sete milhões, portanto estamos em noventa e quatro por cento de execução, tudo leva a crer que atinjamos o valor. Diria que o que está aqui a fugir ao controlo do que foi orçamentado para dois

mil e três é exactamente a sisa, por razões que todos nós conhecemos também. -----

----- Relativamente à estrutura das Receitas Correntes, nós temos nas transferências correntes, como disse há pouco, quer no fundo de base municipal quer no fundo geral municipal o que está no mapa dezanove, é o que vem no Orçamento de Estado e que segundo informações que recebi sexta-feira da Associação Nacional de Municípios Portugueses, diz o seguinte: -----

----- “Na sequência das decisões, imposições tomadas pelo Conselho Directivo e pelo Conselho Geral da Associação, já comunicadas a V. Ex.^a..., deverão a vir a ser alterados os valores constantes do mapa dezanove da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para dois mil e quatro, face à introdução nos cálculos dos valores da cobrança de impostos resultantes do perdão fiscal de dois mil e dois. Assim, a média nacional de aumento em relação a dois mil e três passará de três para quatro vírgula oito por cento. A distribuição provisória dos fundos por Município pode ser consultada depois...” -----

----- Portanto, este aumento não está obviamente, o nosso é retirado directamente, portanto, está os três por cento, daí ter dito que a haver este aumento, então nós vamos poder aí ter uma situação mais confortável e poder canalizar nomeadamente para algumas situações ou antecipar algumas situações se os procedimentos, que entretanto têm que ser desenvolvidos, assim nos permitirem. -----

----- De qualquer forma a dependência das transferências fica situada, em termos de base municipal e de gestão municipal, fica ao nível dos dez por cento. Só que, a Corrente doze por cento, a de Capital este ano está um pouco mais empolada exactamente porque temos aqui as Receitas com origem nos fundos comunitários, e, como tal, atira-nos para uma percentagem um bocadinho mais elevada, portanto o grau de dependência mas que é um grau de dependência pura e simplesmente pontual e que é justificado por aí. Depois são todas as outras Receitas habituais que os Senhores já estão habituados a ver nos vários Orçamentos ao longo do ano. -----

----- As Receitas de Capital são as vendas de bens de investimento, terrenos, habitações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

essencialmente, e, no fundo dizer-vos que o que está previsto em termos de terrenos é exactamente sem tirar nem pôr tudo aquilo que estava no Orçamento para dois mil e três, tudo aquilo que estava, portanto não há nada de novo, tudo aquilo que foi dito e que os senhores perguntaram o ano passado e que foi respondido, está tudo, tudo, porque é exactamente igual ao de dois mil e três, nem foi acrescentado mais nada. -----

-----Relativamente às habitações é a venda de habitações daquilo que há pouco vos referi e depois são as outras.-----

-----Temos ali as componentes da Despesa, em que verificamos como é que cada uma contribui para o volume de Despesa que está..., em que tem ali as várias, como é que cada componente contribui para o total de Despesa Corrente e de Capital, não vale a pena estarmos a repetir. Cá estão as transferências correntes com os onze, ponto seis.-----

-----Aqui a composição das Despesas de Capital para vermos como é que cada uma concorre para o valor global. Em que temos ali os oitenta e nove por cento na Aquisição de Bens de Capital, portanto, na parte dos terrenos, habitações, de edifícios e de outras situações diversas. Em que temos depois as Transferências de Capital e outras despesas.-----

-----Senhora Presidente, julgo que foi um bocadinho exaustiva mas acho que...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M., em Exercício**, referiu o seguinte:-----

-----“ Mas foi esclarecedora. Depois desta exaustiva apresentação peço que a Assembleia deve estar quase esclarecida. De qualquer forma estão abertas as inscrições.-----

-----Faz favor Senhor Deputado Tavares da Cruz.”-----

-----**Sr. Tavares da Cruz (CDU)**-----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção:-----

-----Eu começo por agradecer à Senhora Presidente a sua exposição. Mas, claro está, quereria acrescentar algumas coisas, na medida em que parece-nos a nós que, apesar de tudo, as Grandes Opções do Plano e o Plano de Investimentos e Orçamento não são aqueles que quanto a

nós deveriam ser as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras. Aliás, há algumas questões que estão nos documentos que são em certa maneira reveladores e em certa maneira, também, demonstram que talvez a própria Câmara não tenha dúvidas nalgumas afirmações que faz. -----

----- Eu começarei por dar os parabéns à Senhora Presidente por um parágrafo que está logo no início que respeita à evolução e perspectivas para dois mil e quatro, que diz: “Como consequência destes indicadores persiste por parte da Administração Central”. Eu acho que esta palavra “persiste” é, de facto, aqui muito bem aplicada, porque é um bocado para substituir a obsessão que nós conhecemos para que se mantenham a todo o custo os indicadores. Portanto, de facto, foi muito bem aplicada esta palavra “persiste”.-----

----- Por outro lado, penso que depois há algumas contradições na apresentação do Orçamento e do crescimento, e, direi até sem que seja com sentido pejorativo, alguma batota, que é no fundo estes aumentos basearem-se no fundamental numa ideia que poderão aumentar as Transferências de Capital e também numa ideia de que todas as candidaturas apresentadas terão aprovação. Quer-me parecer que, e faço aqui a pergunta, se não será, de facto, optimismo exagerado? Porque, no meu ponto de vista, tecnicamente é um bocado irrealista. Mas algumas afirmações que me parecem corajosas e que não nos merecem a mínima contestação, antes pelo contrário, merecem o nosso total acordo, porque também aqui, tal como na palavra “persiste, vêm aqui uma crítica correctíssima à posição que o Governo tem vindo a desenvolver, é o problema que me parece, aliás, que aqui está a ser feito para dar um recado ao Governo, que é o problema da justificação do acréscimo na sua globalidade dos recursos humanos. De facto, é verdade, os recursos humanos e as razões do acréscimo dos recursos humanos estão aqui bem frisadas, ao contrário daquilo que diz o Governo, portanto, felicito a Senhora Presidente pela coragem que teve em manifestar aqui estas suas opiniões. -----

----- Mas, depois isto quer-me parecer, não considerando e toda a gente sabe que mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não considerando agora aqui a questão das prioridades, eu penso que é reconfortante ouvir dizer e escrever-se, e, nós ouvimos aqui nesta exposição que há uma intervenção importante no domínio da Acção social, no Plano da Habitação, Urbanismo e Planeamento, Saneamento, Salubridade, etc., etc., etc., mas na prática vamos conseguir isto? Isto é dito com alguma convicção? Porque aquilo que nós começamos a analisar e quando analisamos aquelas letras pequeninas, que, de facto, aí concordo que é preferível vir assim do que vir com desdobráveis porque, de facto, assim mesmo pequeninas lê-se. Mas ao analisar todos esses valores dificilmente se descortina a sustentabilidade desse investimento, sim senhor está lá, estão referidas coisas importantes, já não estou a discutir se na minha óptica ou na óptica da CDU não deveriam de ser outras, pois eram outras com certeza, porque as nossas prioridades são outras mas estão questões que revelam que há dificuldades e não se acredita muito que o financiamento seja viável. Eu darei apenas alguns exemplos que podem ser por um lado contestados mas de qualquer maneira estão aqui. Por exemplo: É importante a execução do Parque Urbano do Jamor, é uma questão importante, está lá, mas o Parque Urbano do Jamor é previsto pela Câmara, a Câmara previu cerca de três milhões de euros para esta acção, no entanto para dois mil e quatro tem apenas setecentos e cinquenta mil euros que não sei se vêm ou não vêm mas de qualquer maneira o problema é o valor total. -----

-----Mas depois há algumas questões aqui também, nesses números pequeninos que são, para nós, um bocado estranhos, por exemplo: O arranjo exterior do campo do Centro de Juventude de Oeiras, que está orçamentado no total trezentos e setenta e cinco mil euros e estão apenas inscritos para este ano dez. Portanto, não sei, de facto, aquilo que se poderá fazer ou não e se isto está assegurado e se depois os outros trezentos e sessenta e cinco serão assegurados tendo em conta aquilo que nós vimos e que havemos de ver depois no Orçamento. -----

-----Mas, em relação às funções sociais também estão lá, são importantes mas as Grandes Opções previstas têm um investimento total na ordem dos cento e sessenta milhões de euros e, de

facto, a Senhora Presidente referiu que para dois mil e quatro são sessenta e um milhões, portanto, é importante mas vamos ver se conseguimos os sessenta milhões e vamos ver como é que atingiremos os cento e sessenta milhões.-----

----- Em relação aos Centros de Saúde e às Extensões dos Centros de Saúde, de facto, nós temos nessas letras pequeninas um milhão e setecentos mil mas para dois mil e quatro há apenas cem mil. E, já agora, aproveito para sem duvidar daquilo que a Senhora Presidente disse em relação ao Centro de Saúde da Cruz-Quebrada, eu aproveito para prestar também uma informação, está claro que não vou duvidar de que tendo sido a solução TUDOR posta de lado já há bastante tempo, só há muito pouco tempo é que tivesse surgido a solução ESCOLA, mas de qualquer maneira vou dar uma informação à Senhora Presidente e a esta Assembleia, muito resumidamente é o seguinte:-----

----- Numa quinta-feira, que não tenho agora aqui a data mas posso dizer a data, os médicos da Extensão do Dafundo foram convocados para uma reunião na sexta-feira na Extensão de Linda-a-Velha e foram a essa reunião e nessa reunião discutiram a atribuição dos gabinetes para onde eles iriam trabalhar, estavam nessa reunião os médicos com o responsável, quando a ARS lhes telefonou a dizer como é que estava a situação e logo que acabasse essa reunião para lhes dizer com muita pressa mesmo por via telex os resultados e se tinham encontrado soluções para acomodar os médicos do Dafundo e isto aconteceu nessa reunião de sexta-feira. Portanto, eu não sei se, ainda bem que não mudaram, mas não sei se era intenção da ARS mudar ou não mudar o Centro para a semana seguinte, o que é certo é que aconteceu Senhora Presidente, e, nós congratulamo-nos que, de facto, a Câmara tivesse actuado e intervisse a tempo por forma a dizer assim: Não senhor, nós arranjam os instalações para a escola, portanto é bom que isto fique bem esclarecido porque, de facto, o que se queria era que, e eu não digo que era a Câmara, mas se queria transferir a muito curto prazo as instalações do Dafundo para Linda-a-Velha.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Em relação à Terceira Idade, nós temos também, quer dizer, todas essas acções passam para anos vindouros. -----

----- A mesma coisa, por exemplo, em relação à Habitação. De facto há um programa do Alto dos Barrinhos, que é a aquisição de cento e setenta fogos que está previsto de acordo com os valores, uma previsão de dez milhões e seiscentos mil euros mas para dois mil e quatro apenas quatro milhões. Da mesma forma, para mais uns fogos, estão previstos no total dezassete milhões e estão previstos seis milhões. Portanto, a grande questão que se põe a estas Grandes Opções do Plano e do Plano de Investimento é, de facto, e digo com alguma sustentabilidade, não acredito, face às políticas do Governo e face à situação de conjuntura, que isto se concretize, e, portanto, o que vai acontecer é que nós não vamos ter financiamentos para todo este Plano. -----

-----Por exemplo, uma questão fundamental, que são os Parques e Terminais, que a Senhora Presidente falou que é, de facto, o problema das acessibilidades que passa muito e passa muito pela realização de parques e terminais em condições. Nós temos previsto aqui cerca de dois milhões de euros, para o Orçamento de dois mil e quatro temos trezentos mil, portanto a questão que se põe é sempre esta. Sim, senhor já é um passo importante, nós sabemos que estas Opções são plurianuais, nós sabemos que em condições normais elas passam de uns anos para os outros, também sabemos que muitas obras são, quer dizer, é necessário fazer projectos, fazer concursos, etc., e que demora tempo. Mas de qualquer maneira a questão que se põe é isto, é que não há, face à situação que existe, isto é mais um arrolamento de necessidades do que propriamente a convicção de que vamos fazer isto. -----

-----As Grandes Opções do Plano no total prevêm duzentos e setenta e sete milhões e meio de euros, em dois mil e quatro prevê-se cento e dezassete milhões, faltaram realizar ainda cento e trinta e três milhões. Portanto, se nós repararmos em termos, também, das transferências para as Freguesias, também é uma questão que nos deixa a pensar e aqui temos, de facto, outra questão que são a definição de prioridades, nesses números diz-se que as transferências para as

Freguesias no que respeita também às transferências de competências são oitocentos mil euros, oitocentos mil euros, são dez freguesias, dá oitenta mil euros por freguesia, o que são cerca de dezasseis mil contos, eu pergunto: Quais são as transferências de competências que uma Junta pode fazer com dezasseis mil contos? Portanto, também aqui há uma questão... e já agora eu dizia à Senhora Presidente se viesse o aumento das verbas que Associação de Municípios referiu, porque tanto quanto nós sabemos, não há nenhum compromisso oficial, há apenas promessas da Senhora Ministra que irão acontecer isto, aquilo, aqueloutro mas não sabemos, e não estamos a duvidar, não sabemos se há alguma questão formalizada e se na Assembleia, no Orçamento Geral do Estado isso vai aparecer, se aparecer muito bem e congratulamo-nos com isso, se não aparecer, mas se aparecer era bom que parte desta verba fosse transferida para as Freguesias, que têm, de facto, muito que fazer e têm possibilidades de utilizar o dinheiro de uma forma bastante correcta.-----

----- O Plano Plurianual de Investimentos é a mesma coisa, tem o total previsto de duzentos e vinte e sete milhões, para este ano há oitenta e dois milhões previstos, e faltam, para realizar a totalidade, mais cento e dez milhões de euros. Portanto, todas estas questões são questões que nos levam a ter preocupações e a dizer que, de facto, estas Opções são Opções, é um arrolamento que nos parece com utilidade mas que são Opções que, se calhar, ficarão no papel.-----

----- Já agora queria referir uma questão que nos parece, também, importante e falo isto porque a Senhora Presidente já falou aqui em deslocalização, eu quer-me parecer que este Plano e as perspectivas deste Plano apontam, em termos até do urbanismo, apontam muito, continuam a apontar muito para o desenvolvimento do terciário, é uma opção que sempre foi discutida e discutível mas eu só lembrava que assim como houve, na verdade, alguma passagem de terciário de Lisboa para Oeiras, quer dizer, as perspectivas neste momento e dado a bolsa de escritórios que existe em Lisboa, se calhar as perspectivas neste momento são para que se verifique uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deslocalização de escritórios de Oeiras para Lisboa, o que cria problemas a esta Câmara, sobretudo cria problemas em relação à transferência de sedes de empresas, que pode ser prejudicial em termos financeiros.-----

-----Agora só queria referir umas questões em relação ao Orçamento, e de uma forma muito sintética. Por aquilo que disse quer-me parecer que este Orçamento é empolado, de facto a Senhora Presidente deu números já em relação ao final de dois mil e três e são, com excepção da Sisa e um pouco da Derrama, eu falo em relação aos impostos que são cerca de setenta e cinco por cento das Receitas Correntes da Câmara, tiveram uma boa performance mas eu não sei e duvido se estarão mesmo em dois mil e quatro. Não nos esqueçamos que, por exemplo, em relação à Derrama, a Derrama vai sofrer uma consequência grande devido à diminuição do IRC deste ano, isto vai-se verificar, eu não acredito, com as bases que existem, que seja possível atingir o valor da Derrama que está. Da mesma forma em relação à Sisa, claro está que a Sisa pode ser atingida, a Senhora Presidente já falou em dois projectos, e, por exemplo, se por acaso, “o Diabo seja cego, surdo e mudo”, nós tivéssemos ali na Fundação de Oeiras um “Corte Inglês” a Sisa então disparava por aí acima, mas isso significa exactamente a mesma política de betonização desenfreada e de um urbanismo que deixa muito a desejar, de acordo, aliás, com os próprios técnicos da Câmara, não sou eu que digo são os próprios técnicos da Câmara que dizem isso.-----

-----Em relação ao Orçamento era isto que queria dizer.-----

-----Queria também fazer uma nota em relação ao pessoal, de facto ainda persiste, penso que a situação melhorou, mas ainda persiste no que respeita ao Quadro de Pessoal alguma anomalia entre o pessoal no quadro e o pessoal contratado a termo, ainda existem algumas anomalias que a percentagem dos vencimentos do pessoal contratado a termo e em regime de avenças, ainda representam mais trinta por cento do total dos vencimentos desta Câmara. Pensamos que também são elevados e dentro, aliás, daquilo que vem no Relatório em relação aos

aspectos do pessoal, penso que a Câmara deverá fazer um esforço no sentido de diminuir esta situação. -- -----

----- Já agora, fiquei admirado porque nestas Opções do Plano e não vi uma bandeira da Câmara Municipal de Oeiras, que é o Fórum de Oeiras, portanto, não vem aqui referida. Quer-me parecer que, de qualquer maneira, em termos de prioridades está-se a melhorar porque não vem aqui, se calhar fica para as calendas gregas ou não sei se há outra explicação. -----

----- Fico por aqui e espero que tenha sido suficiente. Muito obrigado.”-----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. Eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado Marcos Sá mas fazia um apelo a todos os Senhores Deputados, sei que estamos todos cansados mas que fizessem um esforço por manter silêncio porque senão o esforço é redobrado e é muito mais complicado ouvirmo-nos uns aos outros. Muito obrigado.-----

----- Se faz favor, tem a palavra o Senhor Deputado.”-----

----- **Sr. Marcos Sá (PS)** -----

----- O Senhor Deputado marcos Sá fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu gostaria numa primeira fase de agradecer, para além da exposição da Senhora Presidente de Câmara, agradecer, de facto, aos técnicos pela excelente apresentação que fizeram sobre este assunto. Aos técnicos que julgo que são da Divisão de Finanças, pelo menos foi o que vi ali. -----

----- Eu era mais no sentido de esclarecimento, neste Plano não está prevista qualquer verba no Orçamento relativamente ao “American’s Cup”. Ontem veio uma notícia no jornal, que não sei se é verdade ou não e por isso peço esclarecimento, que diz e passo a citar: “Ainda de acordo com o empresário, as Câmaras de Lisboa, Oeiras e Cascais também suportarão parte dos custos e as acções de melhoria, infraestruturas implicam obras em dois locais principais, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Algés, em Cascais, etc.” -----

-----Primeiro gostaria de ressaltar que este é um excelente projecto para Portugal, isso é o primeiro ponto e que fique muito bem assente.-----

-----O segundo, e também em jeito de informação, achei que devia pôr aqui e não Antes da Ordem de Trabalhos, tem a ver com outra informação que é dada por este arquitecto, que diz assim:-----

-----“Este é um projecto urbano que vai ter habitação, escritórios e comércio...”- prossegue o arquitecto - “... as Câmaras de Lisboa e Oeiras acompanharam-no e aprovaram-no.” -----

-----Eu gostaria que fosse dada toda a informação, pelo menos a disponível, aquela que pode ser dada, à Assembleia Municipal, visto ser um projecto que interessa aos Municípios. E o que é que, de facto, está contratualizado, o que está, o que não está, o que é que é o projecto, porque nós, de facto, não sabemos e isto é um projecto que queremos apoiar e queremos apoiar com a máxima força mas também gostaríamos de ter informação sobre ele. Obrigado.”-----

-----**Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção:-----

-----“Eu queria começar por dizer na minha intervenção que a votação das moções anteriores, pelo PSD, revela bem a pontinha da arrogância e do síndrome dos três IS...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu e disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, nós estamos no âmbito da discussão...” -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto** respondeu de imediato o seguinte: -----

-----“Eu vou já entrar, deixe estar.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.” -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto** continuou a sua intervenção inicial:-----

----- “Portanto, esta pontinha de arrogância continua a prevalecer. Às vezes mais vale a qualidade de poucos do que muitos a fazer ruído. E, nestas coisas de cidadania e de discussão de cidades e modos de vida, como dizia Platão no século quinto Antes de Cristo: “Quando governada pela ignorância a riqueza é um mal maior que a pobreza, porque pode encaminhar as coisas com mais força por uma direcção errada.”-----

----- Ora, aplicando isto àquilo que nós, de facto, assistimos no Concelho de Oeiras, e não só, provavelmente torna-se um vício na Área Metropolitana de Lisboa, de facto há métodos de apresentação, há objectivos a atingir, há perspectivas estratégicas. Uns utilizam a democracia representativa, outros querem ir um pouco mais além, além da democracia representativa há a democracia participativa. É por isso que, provavelmente, no ano passado nesta Assembleia foi chumbada a metodologia do Orçamento participativo, enquanto que noutras Assembleias, não só Salvaterra de Magos, por exemplo em Lisboa também foi aprovada a metodologia do Orçamento participativo. Claro que, quando na moção que eu provavelmente ingenuamente, ainda tenho pouca experiência, há aqui pessoas que têm muito mais experiência destas lides de Deputados Municipais, tentei pedagogicamente levar que as Opções do Plano deveriam ter uma primeira discussão nesta Assembleia e depois, ao contrário daquilo que o PS pensa, até às próprias Assembleias de Freguesia poderem participar no controle e na discussão dos projectos ou dos programas que aqui estão subjacentes neste Plano, dizia eu, ingenuamente, essa moção três, por um hábil Presidente de Assembleia foi posta Antes da Ordem do Dia. -----

----- Passando à frente, vamos ao que interessa porque, de facto, a questão política é a questão da cidadania aqui. -----

----- Relativamente a estas Opções do Plano não vislumbro, sinceramente, quais são as orientações estratégicas. São ecológicas? São energéticas? São ambientais? O que é, não sei. Quais são as políticas de ordenamento do território que aqui estão consolidadas, também não sei. Quais são as políticas de sol, será vender os terrenos do Almarjão talvez por um décimo daquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que eles valem? Também não sei. Quais são as políticas de transporte, também não sei. Enfim, há aqui todo um conjunto de orientações estratégicas que estão esvaziadas ou direi antes estão através desta grande descrição de algum modo de funcionamento dos vários Departamentos da Câmara, dos Serviços e das Divisões e das Direcções, estão por aí, com certeza, incorporados. Sendo assim torna-se, de facto, difícil perceber se estamos a investir bem, se estamos a fazer despesas bem ou se estamos a fazer despesas mal. É assim: De facto o que é importante é a transparência. Por exemplo, e isto até lá iremos a um ponto, porque relativamente aquela alteração dos estatutos do Laboratório de Materiais, coisa que até foi, inclusivamente, recomendada pelo Ministério Público. Portanto, dizia eu, como é que se faz contratualização de serviços dentro da Câmara? Delega-se? Constitui-se serviços municipais autónomos? Fortalece-os ou dá-se a outros? Privatiza-se ou faz-se contratos de concessão? -----

----- Aqui, enfim, as políticas também ficam indefinidas. -----

----- E, só para acabar porque, aliás, na página das actividades para dois mil e quatro, para o Gabinete de Desenvolvimento Municipal é dada uma grande ênfase à revisão do PDM, a tal revisão que inclusivamente deveria estar mais enquadrada por este Orçamento para dois mil e quatro. Dizia eu que ficamos a saber por aqui, porque na comissão ainda estamos à espera, desde que fomos constituídos em vinte e cinco de Fevereiro, ainda estamos à espera de uma reunião com o Executivo para saber como é que é a revisão do Plano. Mas dizia eu que, aqui sim, aqui já aparece algum conteúdo do que vai ser a revisão do Plano. Mas curiosamente não é aqui que está o Plano de Mobilidade, não é no Gabinete de Desenvolvimento Municipal, é tão só na Divisão de Transportes e Tráfego, que provavelmente é aí que se encontra os tais estudos de consultadoria, os tais Planos de Mobilidade, aqueles que nos poderiam esclarecer se estamos a investir bem se estamos a fazer ou a emendar bem, o que é que estamos a fazer. È porque, de facto, não vou com certeza apoiar umas Opções ou um Orçamento que difusamente, sem qualquer critério continua a fazer Planos de Urbanização, a lotear, a ocupar mais o território sem

qualquer critério. Portanto, critério leia-se princípios, orientações estratégicas. Mais uma vez, por isso, eu apelo que esta Assembleia nesta sessão faça só uma primeira discussão do que são os golpes e o Orçamento. -----

----- **Sr.^a Ângela Leite (PSD)** -----

----- A Senhora Deputada Ângela Leite fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente em exercício, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Foi com enorme satisfação que li o documento Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e quatro, se é verdade que a Câmara nos habituou já há vários anos a programas que visam a qualidade de vida das populações, nunca se tornou tão claro como agora que em primeiro lugar estão as pessoas. Mérito também da forma como o documento foi redigido, os meus parabéns. Apenas uma nota negativa para o tamanho das letras e números que em alguns casos precisaram de ser decifrados à lupa. -----

----- Na área da Educação são notáveis a quantidade e qualidade das iniciativas, bem como a heterogeneidade dos campos de intervenção. Temos consciência, no entanto, que muito ainda há para fazer e nunca tudo estará feito.-----

----- Passo a fazer uma listagem/amostragem do programa da Autarquia na área da Educação: -----

----- Apetrechamento de novos jardins-de-infância e ampliação e dinamização de antigos;

----- Fornecimento de material didáctico;-----

----- Reparação e beneficiação de várias escolas;-----

----- Projecto “Pessoas, vozes e coisas”;-----

----- Programas especiais de ensino de natação; -----

----- Apoio a projectos pedagógicos; -----

----- Apoio a bibliotecas escolares. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----No ensino secundário apoio a actividades sócio-educativas e a projectos pedagógicos.-----

-----Na educação de adultos apoio ao funcionamento da... (**Mudança de cassete**) ... projecto “Vamos brincar à matemática”.-----

-----Apoio a geminações, intercâmbio escolar, projecto “Escolas Verney”.-----

-----Apetrechamento de apartamentos de bolseiros dos PALOPS, etc., etc.-----

-----Como disse anteriormente, não quis fazer uma listagem exaustiva do programa da Autarquia na área da Educação, até porque os Senhores Deputados possuem a mesma documentação que eu.-----

-----Quero, no entanto, destacar muito sinteticamente alguns pontos que me parecem significativos:-----

-----O grande investimento no pré-escolar, de que o jardim-de-infância do Alto dos Barrinhos é um exemplo modelar. Julgo ser o melhor equipamento deste género a nível nacional. -------

-----Por outro lado, a valorização do pré-escolar é o sinal de uma visão esclarecida da pirâmide do ensino/aprendizagem, já que a intervenção no início do processo é muito mais determinante do que no meio ou do que no fim. E ainda que o ensino pré-escolar não seja só por si condição suficiente para o sucesso escolar, é do meu ponto de vista uma contribuição importante, irá criar condições favoráveis à aprendizagem e suprir lacunas que para as crianças mais desfavorecidas, quer social quer culturalmente seriam incapacitantes.-----

-----O segundo ponto que quero salientar é o facto do fornecimento de refeições nas escolas estar consolidado com êxito total e que a quase totalidade do Concelho está já coberta pelos refeitórios escolares da rede pública.-----

-----Mas a Autarquia não se limita só a dotação de infraestruturas nesta área, o que já seria louvável. Mas promove também verdadeiros programas de formação para a cidadania.

Veja-se o programa de educação ambiental, para o qual concorrem diversos serviços municipais com uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar, abrangendo todos os segmentos do sistema educativo, desde os jardins-de-infância ao ensino superior. E ainda a manifesta preocupação social explícita nas candidaturas ao programa de estágios profissionais e ao programa “Leonardo da Vinci” para dar alguma resposta ao crescente número de desempregados com habilitações a nível do ensino superior ou no outro extremo da qualificação académica a manutenção do primeiro ciclo do ensino recorrente, que permitirá a adultos adquirir competências básicas na leitura e no cálculo indispensáveis para o acesso ao trabalho e exercício da cidadania. -----

----- Por último a realização da festa da poesia dois mil e quatro, no cenário privilegiado do Parque dos Poetas e com um desenvolvimento verdadeiramente original e porque, cito: “A língua e a literatura portuguesas são a expressão mais alta da universalidade da nossa cultura, preservá-las e incentivá-las através do apoio aos escritores portugueses é defender a nossa identidade nacional, tarefa a que as Autarquias não se podem eximir.” Disse.” -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Mais uma vez, e isto já começa a ser da praxe, não posso deixar de manifestar a minha satisfação pela apresentação exaustiva deste Plano e Orçamento, que já no ano o passado nos premiou com este trabalho, e, faço uma referência elogiosa a esse trabalho.-----

----- Foi de tal maneira exaustiva que não valerá a pena perder muito tempo com questões. Mas eu não deixo de fazer duas referências: Este documento é essencialmente um documento técnico de dados previsionais, que acompanham a gestão financeira do Executivo, da Câmara. É claro que lidas as conclusões da acta da reunião do Executivo que aprovou estas Opções, não posso deixar de registar duas situações: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Primeiro é a posição da CDU e do PS, são duas situações que não posso deixar de registar. Diz a CDU que, o sentido de voto da CDU neste caso foi a abstenção, não há dúvidas nenhuma que faz referência que o Plano se enquadra, naturalmente, dos objectivos e das propostas que este Executivo levou ao eleitorado em dois mil e um, naturalmente que tem acompanhar, as propostas vêm acompanhadas de promessas e as promessas vêm acompanhadas do Orçamento, isto é lógico. Portanto, a CDU diz e muito bem que se absteve por causa disso. ---

-----Acontece que o PS tem uma posição mais interessante, é que diz que se abstém mas a Senhora Vereadora Manuela Augusto tem uma referência interessante, é que considera que este Orçamento vem espartilhado, é o termo que está lá escrito, e depois explica que é, eu vou utilizar as frases que lá estão escritas porque realmente são interessantes: Está consciente do esforço que está subjacente à elaboração do Plano e Orçamento, já que admite que a Autarquia está espartilhada pelos novos constrangimentos legais propostos, logicamente pelo Governo. Mas faz uma coisa interessante, não faz referência aos motivos que levaram a este espartilhar. Isso é que eu deixava que na altura de opções, na altura de decisões temos que ser todos corajosos, admitir os nossos erros e dizer que erraram e que agora têm que aceitar este Orçamento como Orçamento bom para o Concelho de Oeiras.”-----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Apenas três questões ligeiras.-----

-----No seu discurso a Senhora Presidente da Câmara tem defendido, e bem, a melhoria dos cuidados de saúde no Concelho de Oeiras, na prática reduz em cerca de quarenta por cento a magra verba para a saúde. Portanto, nós verificamos que nesta frente, que era preciso, de facto, antibióticos para curar esta doença, a Senhora Presidente orçamentou uma verba que não chega para aspirinas. -----

-----Outra questão, por mais voltas que dê ao volume dos GOP não consigo aqui

encontrar nada acerca da recuperação do Palácio do Egipto. Será que a Câmara está à espera que a natureza resolva aquilo e que aquilo caia? É porque eu tenho a quase a certeza que a dois mil e cinco aquilo não chega porque cai antes. Para que é que a Câmara andou com tanta pressa a tirar de lá a ADO, para comprar aquele património e agora está a cair? E a Câmara nem sequer aqui menciona nada para recuperação daquele património histórico, no Centro Histórico do Concelho de Oeiras, da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra. De facto, dado o seu estado avançado de degradação que mete dó, porque eu conheci aquilo e trabalhei lá dentro há quarenta e tal anos, ver aquilo naquele estado, um património da Câmara Municipal. Portanto, ao todo, e isto vai ficar registado em acta, é que para dois mil e quatro não há verba, para dois mil e cinco certamente já não é necessária. -----

----- Também aqui nestes documentos não encontro nada, absolutamente nada ou melhor pouca coisa, acerca da aquisição de habitação degradada nos Centros Históricos do Concelho de Oeiras, porque, na verdade, é uma frente de trabalho, quanto a nós CDU, importante, é importante por duas razões: -----

----- Em primeiro lugar era a recuperação dessa habitação que está degradada. Por outro lado era, de facto, uma esperança para a juventude ter habitação naqueles Centros Históricos. ----

----- Portanto, de facto, eram estes três apontamentos que eu gostaria de referir, porque os aspectos de fundo já o meu camarada Tavares da Cruz se encarregou deles. Agora, de facto, a Saúde, o Palácio do Egipto e a aquisição de habitação degradada nos Centros Históricos, quanto a nós são três lacunas que estão aqui neste documento. Muito obrigado.” -----

----- **Sr.^a Cláudia Monteiro Silva (PS)** -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Monteiro Silva fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite Senhora Presidente, Senhores Deputados. Eu primeiro que tudo vou pedir um pouco de compreensão e desculpa porque a minha voz pode falhar porque estou muito engripada e eu queria focar, nomeadamente, dois aspectos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O ponto número um é que, ainda focando a área cultural, na Freguesia de Barcarena, na localidade de Queluz de Baixo, mais concretamente, há muitos meses, para não mencionar anos, encontra-se uma placa que diz que a Câmara Municipal de Oeiras irá levar a cabo a recuperação do Palácio Belzoni. Ora o Palácio Belzoni tem vindo cada vez a degradar-se mais, já foi vítima, se é que se pode utilizar esta expressão, de um incêndio, tem vindo a cair o telhado, as pinturas que lá existiam arderam e tudo o mais. Portanto, gostaria que a Câmara fizesse alguma coisa nesse sentido. -----

-----O ponto número dois, e que é bastante importante para a bancada Socialista, tem a ver com a Acção Social a par da Educação, e que significa que a par dos esforços pedagógicos que a Senhora Presidente e esta Câmara têm vindo a implementar concretamente a nível das escolas do primeiro ciclo e creio que segundo também, verifica-se que há um aumento de Despesas Correntes para a Acção Social. Nós gostaríamos de ver e é um imperativo para esta bancada, a questão do transporte das crianças das respectivas residências, concretamente no que diz respeito à Freguesia de Barcarena, na qual eu tenho um conhecimento muito mais profundo, que devido à inexistência de uma escola de segundo ciclo, nesta mesma Freguesia, têm que se dirigir, para além de outros Concelhos, têm que se dirigir para Queijas, para a escola Noronha Feio. Ora, tendo em consideração que a distância entre as duas freguesias é extensa e que os transportes são escassos e com horários bastante díspares, as crianças ficam sempre carenciadas desse mesmo transporte, se não forem os pais a fazê-lo correm o risco de ter que apanhar três ou quatro transportes públicos diferentes e correndo mesmo o risco de serem atropeladas, como já aconteceu e eu tenho conhecimento de vários casos. -----

-----Também tenho conhecimento, e esta bancada também tem, que pelo menos durante alguns anos, durante os anos noventa, não sei se ainda está implementado ou não, havia um protocolo entre a Câmara Municipal de Oeiras e a empresa de transportes Vimeca, no âmbito mesmo de providenciar o transporte das crianças que frequentavam a escola de segundo ciclo de

Caxias para outras localidades. Era interessante e bastante importante que esse mesmo protocolo se verificasse ao nível de outras freguesias e de outras escolas, sendo com esta empresa ou com outra, que apresentasse melhores condições. É tudo, muito obrigada.” -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores. -----

----- Gostaria de formular duas questões. Para já penso que estamos no tempo volta para trás, conhecer o António Mourão. Este ano, infelizmente, o Plano de Actividades e Orçamento não vem rubricado, o ano passado veio, pensei que tínhamos ganho a aposta mas com certeza que a Senhora Presidente no final vai nos entregar um com as assinaturas.-----

----- Depois há uma outra situação: Tenho aqui uma situação que me alegra, de facto vi que há um Departamento que desapareceu. Antigamente quem fazia o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara era o Gabinete de Estudos, agora é o Departamento de Finanças e Património, percebi, de facto, que este organismo desapareceu. Já agora pensava, por acréscimo, viria o Gabinete de apoio aos Autarcas, porque, de facto, é uma necessidade que os Autarcas sentem é não terem um gabinete onde se podem pedir informações e pareceres sobre determinados pontos. Já agora que se acabou com o Gabinete de Estudos, que parece tinha essa função também, que agora também viesse o Gabinete de Apoio aos Autarcas. -----

----- Uma outra situação: Não percebo se as Grandes Opções do Plano e Orçamento estão de acordo com a Lei cinquenta e quatro de noventa e nove, porque se está alguma coisa está mal, quando vamos ler os anexos é a Lei trezentos e quarenta e um de oitenta e cinco, bem, é a trezentos e quarenta e um de oitenta e cinco que está ou é o Pocal? Há aqui alguma informação que está desfasada, quem lá vai ler está lá bem escrito, trezentos e quarenta e um de oitenta e cinco. Quer dizer, há aqui algumas situações que não entendo, talvez era a altura para aproveitarmos o PP, como ele é aqui conhecido entre nós, que é o Pedro Paulo, que é Vice-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente da antiga CCR, nos arranjasse algumas acções de formação para nós podermos compreender aqui algumas situações.-----

----- Agora ia aos Objectivos. Quanto aos números que aqui estão, são números que não é possível desmenti-los, mas há aqui uma situação, e é bom que depois também se tenha alguma atenção, que já não é o Plano de Actividades e Orçamento mas é as Grandes Opções do Plano, porque nem os serviços ainda se aperceberam dessa informação. Mas há aqui uma situação importante: Ouvei durante vários anos, quando aprovei aqui o Plano de Oeiras, Norte de Oeiras e a situação que íamos ter aqui uma grande faixa verde e mais tarde, uns anos mais tarde que íamos ter um conjunto, que era o Parque do Poetas, com um conjunto de estátuas, que eram as empresas que iam oferecer, qual não é o meu espanto, ao ler o Plano de Actividades e Orçamento é a Câmara Municipal de Oeiras que as vai pagar. -----

----- Depois fico contente porque finalmente vem aqui uma referência àquilo que eu vinha pedindo, que é o Gabinete de Auditoria Municipal, já tem aqui um conjunto de referências para o qual vão ter o seu cuidado e vão acompanhar, talvez assim recebemos a informação sobre o Plano de Actividades. -----

----- Depois gostaria que a Senhora Presidente me pudesse esclarecer, os postos de atendimento que a Câmara muito bem criou ao longo do Concelho, são postos de atendimento ou são lojas do cidadão? Porque penso que atingem já áreas que não são da responsabilidade do Município mas sim outros serviços e como não está bem explícito, gostaria de ter essa informação. -----

----- Vem aqui a situação sobre o Pátio dos Cavaleiros, aqui também vem a situação e é bom que se diga Pátio dos Cavaleiros, Quinta do Sal, Salrego, nós fizemos com pompa e circunstância, tivemos azar parece que choveu, o fim das barracas mas fomos a Salregos e ainda lá temos algumas, portanto, ainda não foram todas eliminadas. -----

----- Bibliotecas, qual não é o meu espanto que ao ler aqui na página cento e quatro, que a

Câmara Municipal de Oeiras não é sensível às pretensões das freguesias. O ano passado a Assembleia de Freguesia de Linda-a-Velha aprovou, não em tempo oportuno mas em tempo que já não tinha hipótese de terem atendimento, um conjunto de reivindicações chamando a atenção de recomendações que era importante que essa freguesia fosse contemplada. Este ano, dentro do tempo, foi aprovado um mesmo conjunto de necessidades e outras, e, mais uma vez não vimos a Freguesia de Linda-a-Velha não fosse contemplada com um conjunto desses equipamentos. Gostaria de lembrar que a freguesia de Linda-a-Velha é uma das mais numerosas freguesias do Concelho, é a única freguesia do Concelho que tem duas escolas secundárias e não foi contemplada com um conjunto de equipamentos que é necessário, que é Biblioteca Municipal, Ludoteca, um conjunto destas situações. Talvez seja porque não há espaço mas o pouco espaço que lá está, se demorarmos muito tempo, quando um dia dermos por ele já lá não está. -----

----- Gostaria de chamar aqui à atenção do seguinte: -----

----- Causa-me, aqui, alguma preocupação o seguinte: De facto, na página trezentos e noventa e oito, que é o conjunto de vendas de bens e investimentos de terrenos. De facto, a Senhora Presidente, numa determinada altura já veio a esta Assembleia Municipal, por três ou quatro vezes, a Quinta dos Sete Castelos, nesta vem aqui a venda de terrenos da Quinta dos Sete Castelos. Eu gostaria que a Senhora Presidente confirmasse a esta Assembleia, com a aprovação deste Plano de Actividades e Orçamento, se ficamos amarrados à venda dos terrenos da Quinta dos Sete Castelos. Porque, de facto, depois de vir aqui uma proposta de deliberação da Câmara, se já está votado aqui, há quem faça a leitura de que já está aprovado a venda dos terrenos da Quinta dos Sete Castelos. Algumas vezes ouvi isso aqui. -----

----- Agora gostaria de lembrar a Senhora Presidente do seguinte: Falaram aqui do Centro de Saúde do Dafundo. A Senhora Presidente antes de exercer o mandato de Presidente da Câmara era a vereadora que tinha o pelouro da saúde, a Senhora Presidente tem um relatório da Comissão Municipal de Saúde do mandato anterior, onde lhe vinha recomendado as duas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

soluções ou a escola ou o quartel dos bombeiros do Dafundo. A Câmara foi entregue esse relatório, foi insensível às recomendações e só agora há muito pouco tempo é que foi sensível a isso. Mas quanto à história de fechar o Centro de Saúde do Dafundo, foi a fiscalização da Câmara Municipal que lá foi fazer duas vistorias e que disse que o Centro tinha que fechar, foram os Serviços Municipais que disseram que tinha que fechar, além de eu estar de acordo de que aquilo não reúne condições, porque durante muito tempo no Concelho de Oeiras fez-se tábua rasa de algumas situações, e na ARS o Centro do Dafundo não era prioridade, quando era das primeiras prioridades do Concelho, era daqueles que estava mais degradado. Não tenho mais nada a dizer por agora.”-----

-----**Sr. Luís Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção:-----

-----“Antes de fazer a minha intervenção sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, gostava de dizer três coisas:-----

-----Primeira: Em meu nome e em nome pessoal da bancada do PS gostava, sinceramente, de dar os pêsames ao Senhor Deputado Pracana, os nossos sinceros pêsames pela sua perda. - -----

-----Segundo: Gostaria, também, de dar os sinceros parabéns tanto aos técnicos que elaboraram este documento como à responsável da Direcção Financeira desta Câmara, pela forma prática e, penso também, legível apesar das pequeninas letras, mas como eu felizmente ainda tenho trinta anos, ainda vou conseguindo ver umas coisas, fizeram este documento.-----

-----E, finalmente, um reparo à Câmara e ao Senhor Presidente da Assembleia, que foi o atraso na entrega, num documento e num..., em algo que acho que é importante para nós também nos podermos debruçar sobre este Orçamento, este Plano de Actividades, que foi as actas da Câmara que nos chegaram só hoje, como deve imaginar é de todo impossível hoje conseguirmos ler estes dois documentos.-----

----- Finalmente, gostava também, ainda do ponto de vista formal, de dizer à Vereação e à Senhora Presidente que este documento é apresentado sem ser assinado pela própria Vereação, e, sabemos nós que já foi discutido, votado e aprovado em Câmara Municipal. -----

----- Passado estes reparos, gostava de dizer o seguinte: -----

----- É óbvio que temos na nossa posse um Orçamento e um Plano de Actividades feito à medida e feito pelo Partido que está no poder nesta Câmara com maioria absoluta, e, nesse sentido, obviamente, é um programa e um Plano de Actividades à medida deles. No entanto, gostava também de vos dizer, porque penso que algumas pessoas e principalmente algumas bancadas, que ainda não percebi bem se são bancadas ou se estão aqui por acréscimo, não têm a noção que o PS pensasse, se tivesse a mesma posição que tem o PSD, era muito simples poupávamos uns dinheirinhos ao erário público, juntávamo-nos todos e concorriamos todos juntos, obviamente que temos ideias diferentes para este Concelho, obviamente que pensamos de maneira diferente. E, por essa razão, temos tomado as posições que tomamos, de uma forma clara, concisa e responsável, é isso que nos rege, porque continuamos a dizer que somos alternativa de poder a este Concelho, isto é um dado inequívoco. E por essa razão, gostava de vos dizer que este Orçamento e este Plano de Actividades está claramente escasso na área social, porque se repararmos bem, Plano de Investimentos está, e aquele famoso mapinha que a Senhora Presidente teve a amabilidade, a cores, de expor nesta Assembleia, na análise comparativa dois mil e três/ dois mil e quatro as barras de investimento tanto na Acção Social como na Saúde e também na Protecção Civil, já não querendo e mesmo posso ir para a Defesa do Meio Ambiente, são mínimas, muito baixas comparado com todas as outras rubricas. A Senhora Presidente apresentou aqui a evolução, obviamente que falando percentualmente as coisas são mais simples e podem ter outra dimensão à nossa imagem. Mas, se repararmos no seu todo e no seu contexto não há claramente, há pouco investimento nestas áreas, áreas que o PS defende, áreas que o PS tem vindo a defender para este Concelho e Acção Social é mínima, Acção Social Escolar, Acção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Social à Terceira Idade, portanto, não tem havido e não há neste Plano e neste Orçamento para o ano dois mil e quatro investimentos ou há poucos investimentos na nossa opinião, obviamente, e é a nossa opinião, nestes campos. -----

-----Também, face a algumas das situações em Plano de Actividades que já foram retratadas pelos meus colegas de bancada, gostaria de perguntar e vou fazê-lo porque acho que esta Assembleia tem que se pronunciar sobre o global e sobre o “bolo” de um Orçamento e não sobre como vão sendo colocadas as verbas em cada “bolo”, até porque todos nós sabemos que durante o ano o Executivo e a Câmara tem o poder, dentro das próprias rubricas, de mudar essas verbas. Portanto, o que me interessa a mim fundamentalmente e a nós todos que somos Membros desta Assembleia é o grosso, portanto, as verbas globais. Mas, em termos de Plano de Actividades, além daqueles assuntos que foram levantados pelos meus camaradas de bancada, era para mim importante que a Senhora Presidente se pronunciasse, porque não o fez no ponto Antes da Ordem do Dia, houve um requerimento feito pelo Partido Socialista no sentido da educação em relação ao que está orçamentado pelo Governo, no que diz respeito ao averbamento de escolas e também à Carta Escolar. Está orçamentado no Orçamento de Estado para dois mil e quatro do Governo, não o vejo nas Grandes Opções do Plano desta Câmara. Gostaria também de saber muito frontalmente e muito claramente o que é que a Senhora Presidente nos tem a dizer sobre este assunto, porque não nos respondeu no ponto Antes da Ordem do Dia. -----

-----Do ponto de vista financeiro há, de facto, acréscimo orçamental de oito por cento, eu sinceramente sou optimista, acho que e a bancada do PS, penso que é um valor perfeitamente atingível, até acho, muito sinceramente, que a Câmara está a ter aqui uma posição muito cautelosa, porque se tivermos em consideração a Contribuição Autárquica e o grande grosso de receitas para esta Câmara. A Contribuição Autárquica que, face à nova lei, terá incrementos com certeza durante o próximo ano, se pensarmos que a Derrama também terá considerações interessantes durante o próximo ano e que no Imposto Automóvel este é o Concelho com o

maior índice de automóveis por fogo, sinceramente penso que vamos atingi-lo.-----

----- No entanto, gostava só de levantar uma dúvida, posso compreender e compreendo com certeza, em termos de orçamentação o seu fim mas continuamos a orçamentar bens de investimento num valor elevadíssimo, não pondo em causa o valor dos terrenos, mas o grau de execução nos últimos dois anos, como a Senhora Presidente disse que são os mesmos que estão colocados em dois mil e três, o seu grau de execução tem sido mínimo, pelo menos pelo que nos é dado em entender e a conhecer pela Câmara e também pelo documento que nos é apresentado no fim, onde a Senhora Presidente nos realça o grau de execução a Setembro das diferentes rubricas. O porquê de existir, e se acredita, isto para mim é que é importante e para nós é que é importante, se estes terrenos para o próximo ano serão vendáveis, porque ao orçamentá-los está a dizer que vão ser vendáveis, mas já o disse o ano passado e este ano continuamos sem os vender.

----- Orçamentação é algo que deve ser rigoroso e aqui é uma rubrica muito importante, rubrica que intervém com todas as actividades, estamos a falar de uma Receita. -----

----- Gostava, também, de vos dizer que fiquei satisfeito e a bancada do PS ficou satisfeita quando a Senhora Presidente da Câmara e o Executivo da Câmara realça em pessoal os investimentos que têm sido feitos em formação das pessoas e no aumentar e melhorar os conhecimentos e o nível de educação, educacional que os funcionários que querem colocar em termos de Câmara. É para nós importante esta preocupação na formação das pessoas, é para nós importante que haja este cuidado por parte da Câmara na formação das pessoas e a dar às pessoas cada vez melhores e mais condições e mais conhecimentos para melhor desempenharem a sua função. --- -----

----- No entanto e antes de terminar gostava de deixar três situações: -----

----- Primeira: Locação financeira, está previsto em Receitas locação financeira, gostava de alertar que, como é do conhecimento, este é um endividamento que ainda não é reconhecido como tal, por parte do Orçamento de Estado, no entanto há a possibilidade e a Associação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Nacional de Municípios fez esta questão, está a aguardar uma resposta por parte do Tribunal de Contas sobre esta situação, esta é uma verba que possivelmente não vamos conseguir colocá-la, portanto, teremos que ter algum cuidado com ela, porque se vier, de facto, essa nota do Tribunal de Contas não podemos fazê-lo porque conta para o endividamento da Câmara. -----

-----Também nos mapas finais aprez-me registar este ano, os mapas de endividamento dos financiamentos contraídos por esta Câmara, as responsabilidades financeiras que a Câmara detém a esta data. No entanto, levanta-me uma pequena dúvida, nada de extraordinário, com certeza, um a pequena dúvida: Segundo este mapa o último financiamento foi contraído no dia dezoito de Dezembro de dois mil e dois ao abrigo do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, um financiamento na Caixa Geral de Depósitos, no entanto quando vimos os mapas a seguir, há a contracção de um endividamento no ano de dois mil e três em que diz: “realizado Janeiro a Setembro de dois mil e três, empréstimo a médio/longo prazo, um valor de dois milhões, setecentos e quarenta e seis mil euros”, isto é na página trezentos e noventa e cinco, se a memória não me falha, e, está lá este valor. Não sei se é amortização, se é realização, isto é Receitas, possivelmente é contracção, contrair empréstimos, isto é Receita, portanto, deve ser um empréstimo, isto se não estiver enganado porque não está, de facto, explícito, “realizado Janeiro a Setembro de dois mil e três, empréstimo a médio/longo prazo, um valor de dois milhões, setecentos e quarenta e seis”, não dá com o mapa que foi referido. Portanto, gostava de algum esclarecimento sobre esta situação, porque penso que é importante, trata-se de, porque nós estamos vedados a esse endividamento. -----

-----Finalmente gostava de vos dizer que, e não me alongando muito mais porque, de facto, o Plano de Actividades e Orçamento discutido desta forma, de forma global, se torna extremamente difícil para todos nós pormenorizarmos toda a situação, gostava de vos dizer que o PS vai-se abster na votação deste Plano de Actividades e Orçamento pelas razões que já disse, porque pensamos que, de facto, a adjudicação de verbas, a forma como as formas foram

adjudicadas em determinadas rubricas não é aquela que nós defendemos, este não é o nosso programa para Oeiras e pensamos que se deve colocar verbas mais na Acção Social, mais na Saúde, mais na preocupação pelas pessoas e como dizia uma colega de bancada do PSD, e é um slogan do PS, primeiro as pessoas, de facto é um slogan do PS há muito tempo, primeiro as pessoas e por essa razão é que nós nos vamos abster na votação deste Orçamento e Plano de Actividades. Muito obrigado.” -----

----- **Sr.^a Luísa Lisboa (PS)** -----

----- A Senhora Deputada Luísa Lisboa fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só tenho dois pontos para os quais gostaria de pedir esclarecimento, aliás um deles, o meu colega de bancada já pôs, é relativamente à Carta Educativa. Sendo a Carta Educativa um instrumento fundamental, que está previsto na lei para funcionar a partir de dois mil e quatro, eu consultando aqui as Grandes Opções do Plano não consegui perceber se estava aqui incluído nalguma destas alíneas ou não, e, gostaria de perguntar à Senhora Presidente se, de facto, a ter sido contemplado a elaboração da Carta Educativa para dois mil e quatro, ela representa um aumento ou diminuição no Orçamento e de que modo é que influencia o Orçamento a elaboração dessa Carta Educativa. -----

----- Um segundo ponto prende-se, também, com uma questão que já aqui abordei, enquanto elemento designado na Comissão de Protecção de Menores, eu gostaria de perceber de que modo é que os representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Menores podem contribuir para melhorar o seu funcionamento ou para melhorar as respostas neste Concelho. Daquilo que temos vivenciado na Comissão de Protecção de Menores e daquilo que nos foi dado perceber neste fórum que aconteceu na quinta-feira, cada vez mais me dou conta que faltam respostas sociais e respostas educativas. Do que consegui perceber aqui neste documento, também reparei, só consegui ler que havia respostas a nível do normal funcionamento, apoio ao normal funcionamento da Comissão. Eu gostaria de voltar a insistir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

neste ponto e foi-me dado ver ali no átrio, por exemplo, expostos os projectos de apoio à Terceira Idade, eu penso que o apoio a esta fatia da sociedade são os jovens e os jovens em risco, crianças e jovens em risco não podem ser ignorados e batalharei por isto em que acredito, que temos que olhar para esta fatia da sociedade, que é uma fatia importante, que influencia grandemente o nosso dia de amanhã e que poderá contribuir para podermos continuar a dizer que é bom viver em Oeiras, se estas crianças, estes jovens tiverem uma resposta para eles. Gostaria, por isso, de perguntar se de alguma forma vê o Executivo da Câmara a possibilidade de virmos a contemplar uma situação de parceria com outras instituições ou entidades, no sentido de encontrarmos neste Concelho resposta para estes jovens, porque só quem está a trabalhar e quem consegue, e a Senhora Presidente tem essa experiência, já foi Presidente da Comissão de Protecção, seguramente sabe melhor do que eu quantos casos, e cada vez, cada dia que passa mais se agrava o número de casos a que é preciso responder, que não podemos ignorar e que os elementos ali se vêm a braços, porque é uma instituição não autónoma que não tem recursos absolutamente nenhuns e, portanto, estamos sempre dependentes das boas vontades. Duvido que a Comissão Nacional de Crianças e Jovens tenha uma resposta para isso. Gostaria que pudéssemos encontrar uma resposta a nível local. Muito obrigado.” -----

-----**Sr. Armando Soares (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Armando Soares fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa noite. Armando Soares, Partido Social Democrata. -----

-----Em primeiro lugar penso que a minha maior contribuição para a boa prossecução dos Trabalhos será ter, exactamente, capacidade de síntese uma vez que ainda temos programado, penso eu se não estou em erro, a alteração dos Estatutos do Lemo e assim por este andar parece que nunca mais lá chegamos. -----

-----Primeiro que tudo queria apenas manifestar, em primeira instância, a minha estupefacção perante algumas afirmações, algumas intervenções que ouvi aqui hoje. E, em

primeira instância, ouvi numa fase, uma crítica aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, em que foi aqui mencionado que por acaso nunca interviam e que por acaso eram todos do Partido Social Democrata, o que me apraz aqui dizer é que parece que a capacidade de intervenção é uma obrigação e não um direito, e, portanto, intervir aqui neste fórum é um direito que a todos nos assiste mas pode haver a opção de não intervirmos, isto em primeiro lugar. -----

----- Quanto à questão do por acaso, também não me parece que por acaso sejam todos do PSD, parece-me é que são todos do PSD porque os eleitores, num determinado momento, entenderam que assim o fosse, e, portanto, por isso é que todos são, afinal, do Partido Social Democrata. -----

----- Continuando, gostava de dizer que também considero um pouco estranho que ainda tenha havido aqui um Deputado ou mais que se perguntem quais são as Grandes Opções do Plano e Orçamento, depois da forma como as Grandes Opções do Plano e Orçamento aqui foram demonstradas, depois da forma como a Senhora Presidente de Câmara fez a sua intervenção e depois deste documento que aqui temos escrito, que exhaustivamente nos explica quais são, afinal, as Grandes Opções do Plano e Orçamento. E, portanto, nesse sentido gostava aqui de focar alguns pontos que me marcaram bastante nesta leitura, sendo no domínio das novas tecnologias, o projecto espaço Internet gratuitos, penso que sem dúvida é uma medida bastante importante num período em que o país a Europa, ao fim ao cabo, e o Mundo atravessam uma necessidade cada vez maior de enfrentar a globalização com responsabilidade e com acesso a todas as ferramentas que aí o podem levar e sem dúvida que o acesso à Internet gratuitamente é uma ferramenta indispensável nos dias de hoje e penso que é uma grande medida da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Em matéria de Ambiente, porque há sempre quem questione que não há preocupações ambientais, às vezes também na Câmara Municipal de Oeiras, enaltecer a implementação de uma nova estratégia de resíduos e a preocupação efectiva, que aqui reparei, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gestão dos espaços verdes, porque, de facto, não vale a pena só criar espaços verdes é também preciso saber geri-los e essa preocupação, parece-me que, está aqui presente.-----

-----Em matéria de Juventude, enaltecer também a criação dos três novos espaços, penso que o espaço de Carnaxide tem tido um grande êxito e sem dúvida, pelo menos das vezes a que lá me desloco, tenho visto o espaço cheio de bastante população, que tem usufruído desse espaço e penso que a criação de três novos espaços, nomeadamente também em Algés, que é uma freguesia que tendo acesso quer à rede rodoviária quer aos comboios, a tudo o mais, será bastante importante e penso que também será um sucesso.-----

-----Em matéria de Cultura, considerar também que a apresentação ou melhor a criação da Carta Cultural é também uma ferramenta essencial na condução das políticas culturais do Concelho, e, daí dar também os meus parabéns.-----

-----Para terminar e porque aqui houve quem tenha citado Platão e, nomeadamente, as suas ideias sobre a pobreza e a riqueza, dizer-me que sem querer citar ninguém mas lembrando-me de São Tomé e da questão “do ver para crer”, dizer que sem dúvida é cada vez mais uma constatação no Concelho de Oeiras que a pobreza é cada vez menor e que a riqueza, independentemente dos fundos que nem sempre existem, existe sem dúvida quanto mais não seja em matéria das ideias e da imaginação que foi aqui mostrada neste Plano.-----

-----Sem mais termino a minha intervenção dando os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal de Oeiras e observando, sem dúvida, que Oeiras marca os ritmos do presente mas também do futuro. Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS)**-----

-----O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues disse o seguinte:-----

-----“Depois terei oportunidade, Senhora Presidente se me der licença, terei oportunidade de dar uma fotocópia da próxima acta desta Assembleia Municipal, que é para, pelo menos, não afirmar coisas que eu não disse, porque eu não disse isso. Eu disse que intervinham pouco, os

Presidentes de Junta, não disse que não intervinham. São duas questões diferentes. -----

----- Quanto à questão do Oeiras mais rica, é exactamente por ser mais rica e pessoas mais ricas, menos pobreza se deve apostar mais na área social. Ora bem, o equilíbrio está exactamente aí, quanta mais riqueza mais investimento na área social, é essa a fundamentação do Partido Socialista, que parece-me correcta. Obrigado.” -----

----- **Sr. Rui Freitas (J.F. Paço de Arcos)** -----

----- O Senhor Deputado Rui Freitas fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Também vou ser muito rápido mas não queria deixar de fazer aqui uma referência específica a três temas, também eles destacados pela Senhora Presidente da Câmara e que são, para nós população de Paço de Arcos, obviamente bem vindos, como é óbvio. Desde logo a desejada extensão do Centro de Saúde, pela qual, inclusive, a Senhora Presidente se tem batido e constantemente e há algum tempo junto da Administração Central, o quartel dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos mas também não menos importante, para nós Juntas de Freguesia, o reforço das verbas inscritas para delegação de competências nas próprias Juntas de Freguesia, ou seja, isto também a nós nos vai permitir prestar um melhor serviço às populações, melhor qualidade de vida, portanto, marcando nós também um ritmo que é também o do Concelho e que é da qualidade. -----

----- Quanto ao grau de maior ou menor intervenção de cada Presidente, penso que há pessoas que preferem resolver os problemas de outra forma, levá-los directamente a quem de direito, que são os Senhores Vereadores e a Senhora Presidente. Há situações que são resolúveis por esta forma e enquanto assim for eu dou os parabéns e ainda bem que assim é. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Carlos Gaivoto tinha pedido a palavra para? É que já esgotou o seu tempo... **(Mudança de Cassete)** ... peço-lhe que seja breve.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto referiu o seguinte: -----

-----“Numa rápida observação que fiz do Orçamento geral, verifiquei que se gasta um vírgula um milhão de contos com pessoal a prazo, quinhentos e dezasseis mil contos em estudos, pareceres e consultorias e no Gabinete de Comunicação, curiosamente, em seminários gasta-se sete mil contos e cento e setenta e oito mil contos em publicidade. Claro que depois no Orçamento geral os seminários passam a cento e setenta e quatro mil contos mas deve incluir exposições, etc., ou, se é isto ou não é, a publicidade passa a duzentos e setenta mil contos. -----

-----E o último pedido de esclarecimento é tão só perceber como é que se faz uma operação com terrenos que são revertidos em Receitas de Capital, ou seja, os terrenos do Almarjão, por aquilo que está posto no Orçamento, valerão cinco vírgula oito milhões de contos. Eu gostaria de saber qual é a área de construção prevista para aquilo, acho que já foi discutido o Plano de Pormenor daquilo, o número de fogos e se, de facto, o agente imobiliário ou os agentes imobiliários quando venderem tudo, eu gostaria de saber quanto é que em termos de outros impostos, que indirectamente podemos vir a receber dessa operação imobiliária ou não, que é para perceber bem como é que estas coisas de terrenos funcionam aqui dentro da Câmara, porque não chego a perceber.” -----

-----**Sr. Alexandre Luz (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Alexandre Luz fez a seguinte intervenção: -----

-----“Uma análise feita ao Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras, tem necessariamente de ser enquadrada dentro da conjectura económica, Nacional e Internacional. ---

-----Tendo em consideração, que a recuperação da Economia dos Estados Unidos da América está por consolidar, que a Economia Japonesa tem problemas estruturais no sector financeiro, que a recuperação da União Europeia está prevista apenas para o segundo semestre do próximo ano e isto tudo associado ao crescente clima de instabilidade política que se vive a

nível mundial, provocado pela crescente onda de terrorismo fundamentalista islâmico, no Médio Oriente e mais recentemente na Turquia, Estado Membro da OTAN, da qual também fazemos parte, podemos considerar que a Comunidade Mundial, em especial os nossos parceiros mais directos, atravessa um período muito difícil. -----

----- A constatação do facto da governação socialista ter atrofiado a economia portuguesa, já foi feita. Por esta razão, é importante, sem esquecer o passado, olhar definitivamente para o futuro. -----

----- O Governo tem implementado um conjunto de políticas que visam a correcção dos desequilíbrios da nossa economia, contendo as despesas e fomentando o equilíbrio orçamental.--

----- É obvio que tudo o que foi referido tem consequências nas Grandes Opções do Plano e Orçamento das autarquias. No entanto, no referente à Câmara Municipal de Oeiras pode considerar-se uma situação economicamente saudável, devido à qualidade da gestão e ao esforço deste Executivo liderado pelo Partido Social Democrata. -----

----- Neste Orçamento, torna-se evidente a implementação de medidas que visam um crescimento do investimento de forma sustentada, na ordem dos oito vírgula cinco por cento o que faz com que o Orçamento de dois mil e quatro seja superior em oito por cento ao de dois mil e três.-----

----- A despesa Municipal, por seu lado, indicia uma melhor racionalização do esforço de investimento e um melhor aproveitamento dos fundos comunitários, postura essencial e exemplar. - -----

----- Ao longo dos anos, tem sido notório o mérito e a qualidade do trabalho da generalidade dos funcionários da Câmara Municipal de Oeiras. Por isso, é com agrado que se constata a preocupação do Executivo em garantir, na medida do possível, a concretização das expectativas profissionais destes e o incentivo à sua qualificação, com o consequente acréscimo de nove vírgula três por cento nas despesas de recursos humanos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----É também de salientar, que cerca de quatro vírgula sete por cento do total das transferências de capital se destinam a instituições sem fins lucrativos, evidenciando o interesse louvável da Câmara Municipal, por este tipo de organizações, transversais à Juventude, ao Desporto e à Acção Social. -----

-----Ao observar os valores das receitas previstas para dois mil e quatro, verifica-se que a política desenvolvida pelos consecutivos Executivos Sociais Democratas favorece o desenvolvimento económico e social, criando um ambiente favorável e atractivo, para cativar empresas para o Concelho, facto comprovado com o aumento da derrama em sete por cento. -----

-----Existem opções que têm sido feitas ao longo do tempo, pelos Executivos da Câmara Municipal, que distinguem o Concelho de Oeiras pela positiva e que continuam salvaguardadas e incentivadas no Orçamento, para o ano de dois mil e quatro. Nomeadamente infra-estruturas Municipais e grandes projectos como o Porto de Abrigo, o Passeio Marítimo, ou o Estádio Municipal, não esquecendo o aumento do investimento no plano da Habitação, procurando assim, não só colmatar a política de realojamento, mas investindo no Futuro, investindo nos Jovens. -----

-----É de salientar, ainda, o crescimento de trinta por cento de investimento no departamento de Ambiente e de vinte e seis por cento nos assuntos Sociais e Culturais, evidenciando uma clara preocupação com a qualidade de vida dos Munícipes de Oeiras. -----

-----O acréscimo de catorze vírgula treze por cento na dotação global das Grandes Opções do Plano e Orçamento, a qualidade de gestão já evidenciada e a sensibilidade para as necessidades de Oeiras, antevêm um ano produtivo e dinâmico, para este Município e para os seus Munícipes. -----

-----Ao observar as Grandes Opções do Plano de dois mil e quatro, não posso deixar de mencionar dois temas, que me chamam particularmente à atenção. Falo da Habitação e do Ambiente.- -----

----- Na Habitação considero de grande importância para o concelho de Oeiras, os Programas de Apoio à primeira habitação para Jovens, bem como a reabilitação de edifícios degradados nos Centros Históricos. Desta forma, a Câmara Municipal de Oeiras combate o envelhecimento da população, nos referidos centros e fomenta a permanência dos habitantes mais jovens e normalmente com menos capacidades económicas, neste Município. -----

----- É notória a manutenção da preocupação deste Executivo, relativamente à qualidade de vida dos Munícipes, mantendo e fomentando várias intervenções, no domínio dos Espaços Verdes e Ambiente. São de salvaguardar vários ajardinamentos e a continuação de diversos programas de sensibilização dos jovens e crianças, para a importância da salvaguarda do Meio Ambiente: Jovens em Movimento, Eco Conselheiros, entre outros. -----

----- Entre muitas coisas, é esta preocupação com a salvaguarda do Futuro, que torna o Município de Oeiras um modelo a seguir. Obrigado.” -----

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte:-----

----- “Face ao que foi dito pelo Senhor Deputado. Muito rapidamente eu gostava de dizer ao Senhor Deputado e sinceramente acho que é a última vez que falo nisto, mas acho que devemos ter aqui uma postura educativa e dar conhecimento às pessoas das coisas. E, nesse sentido gostava de dizer ao Senhor Deputado que o PS abandonou o Governo há dois anos, que, de facto, as políticas de investimento levadas a cabo por este Partido não tem nada a ver com o PS, mas só para terminar e se o Senhor Deputado é gestor ou economista, não faço a menor ideia do que seja, gostava só de lhe dizer esta mensagem, que é uma frase, uma “base word “ da gestão, que é “cashflow” passados não geram “cashflow” futuros. Muito obrigado. -----

----- **Sr. Arlindo Barradas (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Arlindo Barradas fez a seguinte intervenção: -----

----- “De certa forma estou ultrapassado mas, de qualquer modo, vou intervir. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Em primeiro lugar quero felicitar a Câmara pela execução deste Orçamento, feito com bom método, elevado mérito. Esta opção de Plano e Orçamento, presumo que com a sua magnitude é um Orçamento que merece aprovação de todos os Deputados e dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, porquanto eles estão bem definidos, do meu ponto de vista, com um critério de distribuição de verbas de forma circunstanciada e equitativa.-----

-----Por outro lado, o próprio Órgão Executivo aprovou-o quase que por unanimidade, daí que penso que não subsistirá dúvida, qualquer dúvida para sua pertinente aprovação, aliás seria panfletária se houvesse sequer qualquer abstenção. -----

-----Neste contexto, preparemos sem delonga para sua aprovação, para que o nosso Concelho continue a sua vocação de desenvolvimento e conseqüente inovação com a amplitude que todos desejamos. Acho que devemos ter ideias comuns de que este Orçamento está feito com proficiência habitual da equipa executiva da Câmara, com grande intransigência de princípios, uma honestidade a toda a prova e um arreigado amor ao Concelho, de que se orgulham pertencer. É evidente que tudo foi feito em prol da continuação de desenvolvimento de Oeiras, de defesa dos seus interesses, os interesses dos Oeirenses e não só, também dos interesses do Concelho dos países de expressão portuguesa, com os quais o Concelho de Oeiras tem compromissos protocolares de cooperação no quadro de gemação. Por esta razão, eu toco todas as teclas de interesses para os PALOPS, tratando ainda que de uma luta titânica e sempre com desassombro, com elevação e serenidade. Não estivesse aqui eu na dupla qualidade, sou originário de Cabo Verde e por aqui isolado amor à minha terra. Com isto acho que os meus argumentos são irrefutáveis e com a convicção de que a verdade e o interesse sabem emprestar-se nestas ocasiões. Por isso espero que, com serenidade, objectividade, firmeza, coerência e verticalidade aprovemos este documento quão importante para o nosso Concelho. -----

-----No que respeita aos PALOPS eu ainda estou um bocado atónito porque não aparece, já há muitos anos em que este Concelho tem gemação com vários Concelhos dos PALOPS,

designadamente Cabo Verde, neste caso Mindelo, não tenha uma rubrica que quantifica uma verba destinada a cumprimento desta cooperação. Todos sabem que Cabo Verde é uma terra pobre, tem uma pluviosidade deficiente, não tem recursos naturais, isto é, não tem petróleo, não tem diamante, não tem ouro, infelizmente e tem uma população bastante elevada para as dimensões geográficas que tem, e, com esta pobreza toda resta-nos uma riqueza que é a nossa mão-de-obra e o Concelho de Oeiras tem que ter em conta que é um Concelho que alberga maior número de africanos e principalmente de Cabo Verde. Nesse sentido fazia um apelo à Senhora Presidente, à semelhança do que fez noutra dia, entregando a chave de um jipe a uma Senhora Irmã de Caridade, não sei se para a Instituição Religiosa se para São Tomé no seu todo, que faça o mesmo para Cabo Verde, designadamente para Santa Catarina. Também à semelhança do que fez há anos atrás no Concelho de Santa Cruz em Cabo Verde. -----

----- Era tudo que tinha a dizer, fazia questão de que ficasse tido em conta o meu apelo. Tenho dito.”-----

----- A **Senhora Segunda Secretária da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Agradecia, por favor, se possível, alguma síntese. -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

----- “A síntese é pedida habitualmente aos membros da oposição, não é pedida da mesma forma aos elementos da maioria. Mas, vou ser o mais sintético possível. -----

----- Senhora Presidente, Habitação, Urbanização e Planeamento, Meio Ambiente, Saneamento e Salubridade, Transportes e mais alguns temas mereceram a minha análise e estudo atento. E, como tal, uma intervenção com observações e apontamentos de pontos que gostaria de ver esclarecidos e de outros sobre os quais manifestaria a minha discordância frontal, por entender que são lesivos aos Municípios e ao próprio Concelho de Oeiras, era, digamos assim, aquilo que eu desejava fazer. Mas as regras definidas a tal não permitem e por isso apenas uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

breve anotação.-----

-----Senhora Presidente o PDM e os trabalhos da sua revisão, que está em curso, que estão incluídos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados no documento escrito e entregue aos Membros desta Assembleia, não mereceu por parte de V. Ex.^a qualquer referência na sua exaustiva intervenção de apresentação do documento em apreço. O PDM, documento primeiro para a definição das políticas e das acções do Executivo foi omitido, o que poderá ter as mais diversas leituras. Registei, fiquei apreensivo mas como quero acreditar no empenho de V. Ex.^a na revisão do PDM e na celeridade dos seus trabalhos, terá sido, por certo, um lapso, efectivamente lamentável, na minha visão, mas não mais do que isso. Muito obrigado.” -----

-----**Sr. João Viegas (PS)** -----

-----O Senhor Deputado João Viegas referiu o seguinte:-----

-----“Vou ser muito rápido, muito obrigado Senhor Presidente em Exercício.-----

-----Três pontos telegráficos:-----

-----Como disse o meu camarada de bancada e queria falar ali ao meu colega Alexandre Luz e este debate tem andado muito filosófico, mas já desde “Leibniz” e “Descartes” que “p não pode ser igual a não p” e Vossas Excelências têm que se decidir. Quando se trata do governo do PS e do Guterres, enfim, a inépcia é as nossas opções, quando é o actual governo é Tóquio, é as borboletas que batem lá as asas, é o Iraque, quer dizer, isto é uma contradição, temos que nos entender nesta matéria. Ou a nossa economia é uma economia dependente da questão internacional, e, portanto, afecta todos os governos, ou não pode ser aquilo que é válido para o PSD não é válido para o Partido Socialista.-----

-----Agora em relação aqui à intervenção, que eu gostei de vez em quando aparecem assim, penso que os camaradas de bancada partilham comigo, de vez em quando aparecem uns colegas escolhidos a dedo, esta ideia, este elogio e este cortejo de vaidades que aqui aconteceu, é que precisamente o colega de bancada foi buscar uma ideia que foi dada pelo Partido Socialista,

foi os Espaços Jovens. Porque até o Partido Socialista dar essa ideia, os jovens juntavam-se na área de serviço das bombas de gasolina para estudar, e muito bem o Partido Socialista gosta que as suas ideias sejam adoptadas, porque não só é um sinal de que são boas como é um sinal de que faz sentido estarmos aqui. -----

----- E, o último ponto da intervenção, já que se está a falar de Platão, que é aliás um filósofo que gosto muito, Platão dizia que a justiça numa cidade é que cada um faça a sua parte e é esta a questão que eu coloco à bancada do PSD: Os Senhores não têm feito a vossa parte, porque ao contrário do que foi retoricamente aqui dito e sofisticamente pelo meu ilustre colega Pracana, os senhores vêm aqui dar o vosso ámen a todas as políticas e dizem-me lá fora alguns: “Ah, mas a gente reúne-se extraordinariamente e discute as questões das freguesias”, mas é aqui que elas têm que ser discutidas, não pode ser num órgão colegial de um Partido, tem que ser aqui, este é que é o Órgão Autárquico. Portanto, para que a sociedade seja mais justa e a cidade há que cada um, cada bancada, cada Deputado cumpra a sua parte.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Ermelinda Oliveira, agradecia que fosse o mais breve possível.”

----- **Sr.^a Ermelinda Oliveira (CDU)** -----

----- A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira disse o seguinte: -----

----- “Vou tentar ser o mais breve possível, só que pedi a palavra logo no início e realmente penso que a Mesa não reparou e que só agora...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, por acaso não reparámos mas de qualquer forma a bancada da CDU já ultrapassou em mais do dobro o tempo que tinha disponível.” -----

----- A **Senhora Deputada Ermelinda Oliveira (CDU)** referiu o seguinte: -----

----- “Estamos a discutir um documento muito importante para o Concelho. -----

----- Na análise que fiz às Grandes Opções do Plano do Concelho de Oeiras seleccionei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqui apenas três Objectivos, que me pareceram de grande importância para a população deste Concelho. Foi a Saúde, Ensino e Transportes. -----

-----Muito rapidamente, dado o adiantado da hora e que eu a esta hora já devia estar noutra reunião na freguesia e ainda estou aqui, queria realçar o problema da Saúde no Concelho, dado que tem sido uma das coisas que tem preocupado grandemente a CDU ao longo destes anos e também a Câmara Municipal de Oeiras, que também se tem envolvido neste problema. -----

-----As minhas preocupações quando analisei o Plano foram agora ainda mais agravadas, quando eu esperaria o contrário, com a intervenção da Senhora Presidente em relação à Saúde. Na página número três das Grandes Opções do Plano, no capítulo de Departamento de Assuntos Sociais, diz a Senhora Presidente que ali houve um crescimento no Orçamento na ordem dos vinte e cinco ponto oito e dá como justificação a intervenção da Câmara nas obras e acompanhamento dos Centros de Saúde de Algés, Barcarena, Paço de Arcos e Queijas. Mas condiciona isso, e muito bem, à disponibilidade do PIDDAC, sabendo nós que no PIDDAC não estão contempladas quaisquer verbas para os Centros de Saúde, quer seja de Algés quer seja de Barcarena ou de Queijas, logo aí nos dá o mínimo de garantia que nada vai ser feito. -----

-----Gostaria também de saber se a Câmara podia informar o que é que foi feito, em que situação se encontra um protocolo que existia da Câmara Municipal de Oeiras com o Governo, que a Câmara se comprometia a construir os Centros de Saúde e o Governo a transferir as verbas. Esse protocolo se caducou, se está em vigor, o que é que se passa. -----

-----E aqui, dado que é uma das grandes preocupações penso que de toda a população do Concelho e até porque é uma população já para além de haver extractos bastante carenciados, ao contrário do que foi informado, de que cada vez a pobreza é menos, acho que a pobreza está a aumentar não só no Concelho de Oeiras mas no país inteiro, mas enfim isso são opiniões. Não posso deixar de realçar, aqui, e de citar as afirmações do Senhor Presidente desta Assembleia e custa-me, realmente, estar a fazer isso porque gostaria de o fazer com ele presente e não está. Daí

que a CDU tem razão quando chama a atenção de que o Senhor Presidente deveria, talvez para bem do funcionamento desta Assembleia, pôr o seu lugar à disposição e não está aqui em causa a pessoa do Senhor Doutor Marques Mendes como cidadão, está em causa apenas o Presidente da Assembleia Municipal. Também não está aqui em causa a condução dos Trabalhos, que quando ele não está são conduzidos com muita dignidade pela Senhora Secretária. Portanto, nada disto está em causa, está simplesmente a forma de facilitar o funcionamento desta Assembleia. -----

----- No dia sete de Junho na sessão do aniversário do Concelho de Oeiras, achei tão importantes que as registei na minha agenda, em que o Senhor Presidente na altura com o fato de Ministro dos Assuntos Parlamentares afirmou o seguinte, quanto à Saúde: Que o Centro de Saúde de Cruz-Quebrada/Dafundo seria ainda objecto de concurso e iria a concurso no mês de Julho...” -- -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, peço desculpa de a interromper. Mas a sua bancada já falou sobre isso.” -----

----- **A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira (CDU)** respondeu o seguinte: -----

----- “Desculpe Senhora Presidente, sobre isto não falou.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Sobre o Centro de Saúde do Dafundo já foram colocadas questões”. -----

----- **A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira (CDU)** respondeu o seguinte: -----

----- “Sim, mas estou-lhe a citar as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, as afirmações dele. -----

----- Aquele seria, portanto, iria a concurso ainda no mês de Julho. O de Paço de Arcos iria haver, isto são palavras dele, uma alteração ao PIDDAC para que fosse a concurso ainda este ano, afirmação dele. Os restantes seriam contemplados no PIDDAC de dois mil e quatro. -----

----- O que nós vemos é exactamente o contrário, nada disto se confirmou. Portanto, dado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que o Senhor Presidente desta Assembleia fez aquelas afirmações num momento tão solene e que foi grandemente aplaudido, que justifica as necessidades deste Concelho. Também gostaria de saber se ele agora teria a coragem de publicamente, também, pedir desculpa aos Municípes deste Concelho por não ter falado a verdade ou por ter faltado a essa verdade. Isto é no que diz respeito à Saúde. -----

-----Quanto ao ensino, também é outra situação que lamentamos e é com grande preocupação que verificamos que, também, no PIDDAC continua a não ser contemplado a tão reclamada escola básica 123 para Barcarena, que está em poder desta Assembleia já, creio que há dois ou três anos um abaixo-assinado com largas centenas de assinaturas a reclamar esta escola, que já aqui foi citada, também, a forma como as nossas crianças se têm que deslocar e a falta de transportes e a forma como se deslocam nos transportes, que vão ali como sardinha em pilha, que às vezes faz confusão ver as crianças quase umas por cima das outras na camioneta. Quer dizer que em Barcarena isto é uma autêntica contradição quando temos escola primária e temos universidade, será que as nossas crianças são tão dotadas que passam do ensino básico para a universidade? Não temos lá tantos prodígios como isso. Portanto, lamentamos que esta questão tão necessária continue sem ser contemplada. -----

-----Quanto aos transportes, muito rapidamente, também já aqui foram citados, de facto, não vemos nada de preocupações da Câmara no sentido de intervir junto das empresas, nomeadamente junto da VIMECA, que tem quase o exclusivo aqui no Concelho e que se dá ao luxo de suprimir carreiras, acabar com algumas, concretamente a cento e quarenta e um que vinha do Concelho a Paço de Arcos, foi eliminada pura e simplesmente, as outras nas horas de ponta são muitas vezes suprimidas, fica-se nas paragens uma e mais horas à espera dos carros, porque se dão ao luxo de fazerem aquilo que querem e lhes apetece. -----

-----Agora, só para terminar, muito rapidamente, queria referir, que também já foi aqui referido, a questão da placa que está no Palácio Restani, que, de facto, é um mau cartão de visita

à entrada do Concelho, quando se entra ali à entrada da Freguesia, portanto, do Concelho de Oeiras, quando se chega ali e se depara com aquele aspecto degradante que está e já há tantos anos. Penso que era importante que a Câmara rapidamente tomasse algumas medidas no que diz respeito.---

----- Teria muito mais coisas mas dado, de facto, o adiantado da hora e da pressa que também tenho, fico-me por aqui.-----

----- **C.M.O.** -----

----- A **Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Muito rapidamente, porque houve aqui, obviamente, considerações e afirmações que não se reviam nas GOPS e no Orçamento, e, portanto, isso não vale a pena estarmos aqui a fazer qualquer consideração também do nosso lado. A hora já vai adiantada. Mas, só dizer o seguinte: --

----- Ninguém, e isso gostava que ficasse registado, se há coisas que eu não sei fazer é preparar documentos com batota, sem estarem alicerçados tecnicamente, isso não sei fazer senhor Deputado. Sou convicta naquilo que digo, determinada e lutarei pelo aquilo que considero que são causas que devo lutar. E, seguramente que o desenvolvimento do Concelho de Oeiras é, e tudo aquilo que for bom para o Concelho de Oeiras, uma das minhas causas, e, portanto, as minhas bandeiras de luta.-----

----- Relativamente ao optimismo exagerado, devo-lhe dizer que como pessoa que talvez tivesse gerido mais tempo e, sobretudo, numa época em que todos estávamos numa aprendizagem grande, as verbas do Quadro Comunitário de Apoio, se há pessoa em Portugal que o fez, uma delas fui eu, se há pessoa que acha que nos momentos em que tem que se negociar as verbas, tem que se ser persistente, sou eu que acho. E, portanto, não me dou por vencida quando acho que de um montante que se chama reserva de eficiência, eu posso ir buscar aquilo que a Oeiras, a meu ver, cabe, e, portanto, lutarei por isso. É evidente que outras solidariedades se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

podem desenvolver nas sedes próprias onde estas coisas são discutidas e na democracia tem-se que saber ouvir, tem que se entrar na fase da decisão, em que os braços no ar ou os votos nas urnas contam, mas lutarei até ao último momento, não até que a voz me doa mas quase. -----

-----Foi há pouco referido, aí só a título de exemplo, o Parque Urbano do Jamor. O Parque Urbano do Jamor, como sabem, aliás qualquer intervenção no complexo do Jamor tem que estar devidamente autorizada pela Administração Central, e, sobretudo, pelo Membro do Governo que tutela, porque aquele espaço não é nosso e nós à partida não fazemos aí nenhuma intervenção. De qualquer forma o que está previsto é uma intervenção grande no complexo do Jamor para acelerar todo o processo, foi achado mais conveniente ser a Câmara Municipal a lançá-lo e a candidatar-se, daí que neste momento se esteja a preparar uma candidatura a ser entregue até final de Novembro ao programa operacional para viabilizar, para ver se é viabilizada e se é aprovada, por forma a que nós possamos lançar todo o concurso correspondente e possamos realizar obra dentro dos timings que normalmente são adequados a estas situações. Mas aproveito, exactamente, utilizando este projecto, para um conjunto de afirmações e de receios relativamente a outras situações ou a afirmações relativamente à desadequação das verbas que estão previstas para dois mil e quatro. Há que ser realista e pensar que há, então sobretudo projectos desta natureza, são sujeitos a concurso público e o concurso público demora o tempo que todos nós sabemos, e, como tal, não vale a pena estar a prever verbas que, de facto, não se consomem ou não se podem consumir no ano de dois mil e quatro, quando o grosso da coluna vai ter lugar em dois mil e cinco, porque é assim mesmo, e, portanto, não vale a pena estar aqui a embandeirar em arco só para dizer que aumentámos isto ou aumentámos aquilo ou aumentámos aqueloutro. E, a propósito eu devo dizer que quando nós falamos, nós temos muito a tendência, nós economistas temos muito a tendência, muitas vezes, de analisar e quando falamos em investimento, falarmos e olharmos especificamente para o investimento, não, quando dizemos investir tem que ser num sentido abrangente e não podemos

só analisar em termos de despesas de investimento mas sim de uma despesa no conjunto de todas as despesas que são feitas, porque muitas vezes as despesas correntes, não sendo despesas de investimento de facto, reflectem investimentos que nós fazemos em determinadas áreas, portanto, é bom que nós saibamos discutir estas coisas e que isto passe, porque, no fundo, interessa que as pessoas percebam aqueles que têm o preciosismo da linguagem ou a parte técnica da linguagem e os que não têm. Portanto, que fique isto bem claro. -----

----- Relativamente aos Centros de Saúde, concretamente ao Centro de Saúde do Dafundo. Eu devo dizer que não duvido sequer, senhor Deputado, que esta reunião se tenha realizado. Aliás, devo dizer que foi exactamente, julgo eu, porque essa reunião se realizou, que em sequência de qualquer coisa me chegou aqui, através de um telefonema o que se estava a passar, e daí ter tomado medidas logo de imediato para perceber o que se estava a passar sem eu saber, pelos vistos a ARS também não sabia, porque segundo o que me disse a senhora Presidente da ARS que desconhecia de todo aquilo que se estava a passar no Centro de Saúde e da reunião que estava a haver e que o Senhor Director do Centro de Saúde não tinha competências, de facto, e não tem, para encerrar a unidade de saúde A, B ou C. Mas também uma coisa eu tive conhecimento, portanto, estas coisas dos boatos, não estou a dizer que isto tenha sido boato, porque acho que se realizou de facto. Mas, devo dizer que estava eu em Algés e fui confrontada com um telefonema do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cruz-Quebrada/ Dafundo, que estava muito aflito porque lhe tinham telefonado naquele momento, o Presidente da Assembleia de Freguesia, a dizer que estavam a fazer mudanças, que estava uma camioneta à porta da extensão do Centro de Saúde do Dafundo e que o que é que se estava a passar e ou Senhora Presidente olhe que isto está-nos a ultrapassar. Eu achei aquilo, no mínimo esquisito mas como estava em Algés cinco minutos depois estava à frente da extensão do Dafundo e pedi, entretanto, ao Senhor Presidente para ir ver o que é que se estava a passar mas como estava ali, de facto, a dois ou três minutos, cinco minutos depois estava lá e estive lá um bocado. E, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facto, não estava camioneta nenhuma, nada se passava, estava tudo tranquilo e o boato..., aliás telefonei, estava a atravessar na minha frente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cruz-Quebrada e disse-lhe: Estou aqui à sua frente, não sei se me está a ver, eu estou a vê-lo, não se passa nada, se não se importa vá lá dentro para perceber se há alguma coisa ou se a camioneta entrou dentro do Centro de Saúde e que esteja ali empacotada e que ninguém tenha visto. E, de facto, confirmou quando veio que não havia lá nada e que nunca lá tinha estado nada para mudanças. Portanto, espero tudo mas não estou de maneira nenhuma a duvidar desta reunião, até porque o senhor Director do Centro de Saúde de Carnaxide várias vezes, ainda antes desta situação, Tudor não Tudor, oficinas dos bombeiros não oficinas dos bombeiros, houve aqui várias tentativas no sentido de ele próprio tentar resolver a situação e o resolver a situação era fechar as portas e dali passar para outro lado.-----

-----Aproveito já para dizer e para esclarecer que, obviamente, foi feita a vistoria da Câmara, obviamente. E que obviamente a Câmara transmitiu ao Ministério que aquilo não estava em condições e que não se responsabilizava, mas é evidente, ninguém anda nisto assim com leviandade. E daí eu ter andado a insistir sistematicamente para adaptar as instalações do Dafundo, vamos lá a ver se a gente se entende porque senão parece uma conversa de surdos. A vistoria foi feita e foi muito bem feita e foi muito bem transmitida e há é que agir. E foi nesse sentido, exactamente, que nós tentámos, com aquela situação da Tudor, sinalizar, que foi aquilo que o Ministério pediu, está aqui isto, está sinalizada a situação, há esta hipótese vejam lá se serve ou não. Portanto, meus amigos não vale a pena, de facto, andarmos para aqui nos diz que disse, na gestão do boato, nestas coisas todas. Já podia ter sido feito? Já com certeza, mas vamos lá a ver se a gente se entende e nestas coisas se pomos a verdade em tudo isto. Nestas coisas sou muito directa, o que é, é. O que eu tratei, tratei, portanto, não vale a pena e aqui ainda por cima foi seguido por mim directamente. Não vale a pena estarmos aqui a trazer mais achas para a fogueira.--- -----

----- Relativamente ainda aos Centros de Saúde e para arrumarmos os Centros de Saúde, que foi levantado ali pela Senhora Deputada Ermelinda. Eu já quando apresentei, aqui, o Orçamento, já disse o que se passava relativamente aos outros, provavelmente não ouviu o que eu disse ou eu não me expressei bem. Mas isso está registado em acta e, de qualquer forma, o que está no PIDDAC é a extensão de saúde de Paço de Arcos e na discussão na especialidade do PIDDAC foram incluídos Algés e Queijas, só o de Barcarena é que não está incluído pelas razões que há pouco referi. Mas disse também que não era por isso e se, de facto, o conceito, e espero que sim porque estou realmente com muita vontade disso, se o conceito que eu pedi à Universidade Atlântica para desenvolver se rapidamente chegar a bom porto, não é por isso que o projecto não anda. Agora, da mesma forma há que ser realista, da mesma forma que eu disse para o complexo do Jamor e para outros há que ser realista, se ainda estou à espera do programa funcional e só depois posso lançar o concurso para o projecto e só depois é que posso lançar o concurso para a obra e lançar a obra, portanto, meus amigos vamos lá a ver se nós somos realistas e se não estamos para aqui a embrulharmo-nos todos nisto tudo. -----

----- Não vou comentar relativamente à Acção Social porque isto já é recorrente e, portanto, não vale a pena, daí a minha consideração há pouco do investimento e do investir.-----

----- Relativamente ao “American’s Cup”, como sabem no dia vinte e seis às onze da manhã vamos saber o que é que se passa com o “American’s Cup”. Por outro lado, eu como membro da QUAC assinei uma declaração em que não fazia qualquer referência, não posso fazer qualquer referência àquilo que se passa a nível da QUAC. De qualquer forma o que entretanto foi referido e que foi apresentado, para além do projecto e de todo o esmiuçar do projecto, foi aquela zona da doca pesca, e, portanto, tudo aquilo que está a ser intervencionado. Nada foi discutido relativamente à outra zona e que obviamente nos abrange em termos de marinas e de porto de abrigo, a marina que está programada ali para a zona da Cruz-Quebrada, portanto para a zona da GISBROCADES e da LUSALITE e depois o porto de abrigo que é o nosso porto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

abrigo aqui de Oeiras, portanto, essas duas situações estão contempladas na solução ou, digamos, na resposta à “American’s Cup 2007”. De qualquer forma, poderemos ter oportunidade ou teremos, certamente, oportunidade e espero bem que sim, que seria muito bom sinal que tivéssemos oportunidade de falar nisto muito brevemente, porque seria, de facto, uma vitória de Portugal, e, neste caso, desta zona aqui também, mais especificamente, seria sinal que a “American’s Cup” se realizava em Portugal em dois mil e sete. -----

-----Relativamente à localização dos instrumentos de planeamento estar numa unidade orgânica ou noutra unidade orgânica isso é um problema da arrumação da casa, senhor Deputado. E, portanto, o que interessa é que se faça, não interessa nada se ela está no sítio A, B ou C, o que interessa é a forma como se realizam as coisas e como se articulam as coisas. Portanto, não faz o mínimo sentido a deslocalização, não foi assim mas quase, que o senhor referiu quanto ao Plano de Mobilidade. E depois tudo o resto são considerações, obviamente, e são suas. --- -----

-----Relativamente à Habitação e à aquisição de habitação degradada, de habitações degradadas, estão nas GOPS verbas genéricas, estão lá, aglutinadas, não são genéricas são aglutinadas de aquisições destes imóveis que têm que ser depois reabilitados e adaptados. Estão nas Grandes Opções. -----

-----Relativamente ao Palácio Restani, está em processo de expropriação, e, portanto, não podemos fazer nada, por muita vontade que haja, eu também tenho imensa vontade mas não há nada a fazer enquanto. -----

-----Relativamente ao transporte das crianças, devo dizer que nós temos os transportes escolares de facto, não sei se já foi anterior a noventa e oito o protocolo que me referiu aí ter sido assinado entre a Câmara Municipal e a VIMECA, não tenho conhecimento desse protocolo, porque é muito natural que ele tenha existido, e, não quer dizer que outras formas de transporte não se venham a gizar. De qualquer das maneiras e para já, como sabem nós estamos a apostar

grandemente nos transportes escolares, inclusivamente a nossa política em termos de transportes escolares é muito mais permissiva, face aquela que está prevista na legislação sobre a matéria. Não respeitamos, inclusivamente, raios de acção em termos de direito a transporte. No caso de Barcarena, inclusivamente, temos uma situação excepcional que nem entram aí com distâncias, digamos, basta não ter ciclos na Freguesia para poder usufruir dos transportes escolares, mas isso não é impeditivo de irmos a afinar estas situações, como estamos agora a afinar, por exemplo, no campo da deficiência com a aquisição de uma carrinha que está programada aqui, está prevista aqui e que já estamos a trabalhar nisso. Portanto, não quer dizer que as coisas não possam evoluir nesse sentido ou no sentido de uma situação mista ou de alguma situação mais crítica poder vir a ser secundada. Estou a lembrar-me por exemplo, e estão a ver já uma a sair à regra, nós desactivámos a escola Cesário Verde e no entanto arranámos transportes para transportar as crianças para a escola e para a obra Madre Maria Clara, portanto, são situações específicas que fugiram à regra e arranámos ali especificamente para aquele caso, o que quer dizer que estamos sempre disponíveis e abertos e estamos, normalmente, a acompanhar o processo de forma a tentar arranjar aqui soluções.-----

----- Estou só a dar umas respostas mais genéricas e utilizando um ou outro aspecto para esclarecer. -----

----- Relativamente ao Gabinete de Estudos ou melhor à estrutura da Câmara e em termos do Gabinete de Estudos já desapareceu há imenso tempo, como sabe. Ali+ás, já o ano passado, nós quando estivemos aqui a apresentar as GOPS e o Orçamento, já houve aqui nessa altura, o Gabinete de Estudos estava extinto, já era o DFP que estava a trabalhar nisso, ainda que tivesse havido por razões de, digamos, para facilitar a leitura destes documentos tivesse havido um trabalho desenvolvido, também, e a quase que em simultâneo por pessoas que estavam mais ligadas à estrutura dos documentos de então, que eram as pessoas do Gabinete de Estudos mas isso não quer dizer que naquela altura ele existisse e que fosse a primeira vez que isto aconteceu,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não, já é a segunda vez que isto acontece.-----

-----Relativamente ao Gabinete dos Autarcas, para que os Senhores Autarcas sejam esclarecidos não têm que ter um gabinete. Têm o Gabinete de apoio às Freguesias, isso é outra coisa, que é para se canalizarem por ali as situações todas. Agora, quando os Senhores Autarcas se querem esclarecer põem a questão para o Presidente da Câmara ou para o Presidente da Assembleia, consoante os momentos e a forma como desejam encaminhar e na qualidade em que estão a encaminhar os pedidos de esclarecimento ou as solicitações, e, portanto, não tem que haver uma estrutura, mal de nós se assim fosse.-----

-----Relativamente à, isto foi um lapso, de facto, aquele Decreto-Lei trezentos e quarenta e um, mapa dos empréstimos, tem a configuração idêntica e no cabeçalho está, os computadores são traiçoeiros nesta matéria, foi o trezentos e quarenta e um que lá vem mas não é o trezentos e quarenta e um, mas a estrutura do mapa é exactamente a mesma.-----

-----Relativamente às esculturas do Parque dos Poetas elas têm que aparecer, obviamente, como despesa mas aparecem como contrapartida como receita por causa do mecenato, portanto, não posso pagar enquanto não tiver a despesa prevista, como é óbvio. Portanto tenho que ter em despesa e em receita, portanto, é algo que é gerador de receita e por sua vez para pagar aos artistas tenho que ter na despesa previsto, por isso é que aparecem lá.-----

-----Relativamente aos postos de atendimento, os postos de atendimento têm aqui uma outra valência que aqui o Senhor Vice-Presidente foi a ajudar a inaugurar por mim, que no fundo ultrapassam os postos de atendimento normais, não é a loja do cidadão mas tem umas outras vertentes que depois se pode precisar. Eu agora não tenho aqui mas lembro-me que me foi substituir nessa cerimónia com o Secretário de Estado, se não me falha a memória e, portanto, tem valências acrescidas aquelas que os nossos postos de atendimento disponibilizaram.-----

-----Relativamente aquelas barracas que há pouco foi referido, tem ali a ver com os columbófilos, com os atletas. Ali o Senhor Vereador Arnaldo Pereira me fez sentir que era

importante nós...os columbófilos, os pombos atletas. Isto tem a ver exactamente com isso e estarmos um pouco, termos um bocadinho mais de paciência relativamente a isso, não está lá ninguém, estão lá os pombos, e está controlado pela Polícia Municipal, para não perturbarmos o bom desempenho desses atletas. -----

----- Relativamente a Biblioteca Municipal em Linda-a-Velha, senhores Deputados já lá vai o tempo em que eu percorria o país de Norte a Sul e dizia que lá porque a Câmara A ter uma coisa a Câmara B logo ao lado não tinha que ter. O que dizia para as Câmaras digo agora para as Freguesias ... (**Mudança de Cassete**) ... nem no Concelho e que estão próximos. O do Centro Cívico está próximo, o do Ribamar está próximo mas quando houver e depois de estarem satisfeitas outras situações, quando houver condições para, não me repugna nada disso mas não posso é criar situações e fazer pulverizar situações que não têm o mínimo de sentido em termos das várias prioridades que temos. Noutra fase do processo de desenvolvimento terá certamente sentido, como tudo na vida. -----

----- Relativamente aos Sete Castelos, eu devo dizer-vos o seguinte:-----

----- Estou a preparar uma proposta de deliberação para a Câmara ou melhor mais informação do que deliberação mas tenho que ver como é que isso depois juridicamente se faz. Devo dizer que não estou com vontade nenhuma de proceder à venda daquela faixa de terreno que está lá prevista, mas não é por isso que eu não a deixo considerada, que aliás noutra dia fiz uma visita à Quinta dos Sete Castelos e, em princípio vou ficar com aquela situação reservada, integrada na própria Quinta e depois quando for alguém mais tarde decidirá sobre a matéria, porque eu, com certeza, não a vou alienar para esse efeito. Mas, vou fazer uma proposta e como não sou eu que decido, é a Câmara, e, portanto, a Câmara decidirá sobre essa matéria. Mas, em princípio, a proposta é capaz de ser nesse sentido. De qualquer das maneiras não podia deixar de considerar também, está perfeitamente equacionada a situação e poder também vendê-la se o quisesse. Aproveitando isso para poder fazer a transferência para o património que, no fundo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nós não temos vendido, eu devo dizer que isso não me apoquentá. Não me apoquentá até eu não precisar como do pão para a boca das receitas, como costume dizer, porque no momento em que eu comprometa situações de realização por falta de verbas, há vou vendê-las e, com certeza, está chegado o momento, ainda outro dia dizia exactamente na discussão do Plano, está chegado o momento de porem em hastas públicas alguns desses terrenos que eles são vendáveis, está fora de causa essa situação, são nalguns casos, permitam-me a expressão, flemingnon, mas só devem ser vendidos quando for o momento oportuno. E, portanto, alguns destes serão ou terão certamente o momento oportuno muito brevemente. Até aqui não comprometi nada por isso, e por isso ainda bem que eles ficaram, até porque a conjuntura não era a melhor.-----

-----Relativamente aos agrupamentos de escolas e à Carta Educativa. A Carta Educativa não está explicitamente nem tem que estar, porque a Carta Educativa é feita pela Câmara Municipal, portanto, com o nosso pessoal, quanto muito nós adquirimos algumas consultorias ou alguma outra situação que alguns elementos estatísticos que podemos fazê-lo, mas isso está diluído, portanto, não tem que aparecer, a Carta Educativa. Ela, aliás, aparece no texto, na parte do GDM, aparece no texto não aparece é, porque não tem que aparecer, como projecto individualizado e quantificado, exactamente por isso, porque é feito por nós directamente. Se fosse encomendado ao exterior ela aparecia lá com uma rubrica explícita.-----

-----Quanto aos agrupamentos e a esta ligação com a Carta Educativa, eu defendo sempre a mesma posição e não é por o Governo ter mudado. Eu sou o mais possível defensora dos agrupamentos mas antes dos agrupamentos devemos ter uma noção exacta daquilo que a Carta Educativa nos diz, e, portanto, disse isso no Governo PS, disse isso no Governo PSD ao Senhor Ministro da Educação muito concretamente e à DREL. Não faço agrupamentos nem fomento agrupamentos sem a Carta Educativa estar no momento em que pode ser já um cenário que nos conduza para a construção dos agrupamentos, isso fá-lo-ei e espero fazê-lo muito brevemente, espero que aqui o Senhor Vereador da Educação me traga rapidamente alguns elementos já

muito precisos, que me permitam, de alguma forma, pôr à discussão este tema. Ainda que, não lhe posso esconder não seria da minha parte muito correcto, esconder que há uma ideia, como é normal nós estamos a trabalhar nisto e eu já me ando a preocupar com isto já há bastante tempo, e, portanto, ter já uma ideia de como é que tudo isto se giza e como é que tudo isto se agrupa. Mas isso não quer dizer que não haja outras soluções mais adequadas para a situação em causa. -

----- Relativamente àquele valor dos dois milhões, isto foram empréstimos que foram autorizados em dois mil e dois e que estão reflectidos como receita em dois mil e três. Portanto, não houve empréstimos nenhuns, aliás eles foram autorizados em Dezembro de dois mil e dois, não tinha visto a data, está aqui a data assinalada, porque obviamente em dois mil e três não houve contracção de empréstimos. Aliás nem nunca foi pedido, nem depois podíamos, como se lembrarão. -----

----- Relativamente às respostas sociais, respostas educativas e todo aquele trabalho que tem sido desenvolvido. É evidente que nós podemos e temos a obrigação de em conjunto, pelo menos se nós não conseguirmos dar mais nada, dar elementos para que quem tem competências nestas matérias possa, de facto, proporcionar as respostas, porque não são respostas que a Câmara possa dar, pelo menos isoladamente, está fora de causa. Portanto, estas respostas quer sociais quer educativas têm que ser dadas quanto muito em parceria, porque são respostas que exigem, de facto, muito e não vale a pena nós estarmos a pensar que as podemos criar, agora temos obrigação de as fazer notar como importantes e isso é uma coisa que eu não me canso de pedir para sinalizarem e para fazerem sentir nas sedes próprias.-----

----- Relativamente aos Planos e às zonas do Almarjão, etc., isso está tudo em Plano, Plano aprovado, é só irem ao Plano e verem o que é que lá está previsto, e, portanto, é uma questão de estudo do Plano e inteirarem-se do que lá está e depois fazerem os cálculos que têm a fazer nestas coisas e que sabem muito bem como é que eles são feitos, inclusivamente estão lá definidos, nalguns estão lá perfeitamente definidos como é que se chega a determinados valores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Relativamente às geminações Senhor Deputado, as geminações com Cabo Verde são, como sabe, as mais fortes que nós temos e estão lá. Estão lá as bolsas, estão lá os intercâmbios, estão lá os estágios, está lá isso tudo. Não está lá é verbas para a iluminação, para a habitação, para isto tudo, porque não pode ser mas em Cabo Verde, que continua a ser o nosso esforço de investimento, está e bem aquilo que nós todos os anos investimos na área da educação, na área dos intercâmbios em termos de formação e nos intercâmbios em termos de ida de jovens a Cabo Verde e, neste caso ao Mindelo a São Vicente, vinda deles aqui. Portanto, em termos da educação isto está, aparece é diluído não aparece é geminações explicitamente. Depois aquilo que tem acontecido e aconteceu aqui há dois dias ou três, a semana passada, que foi uma entrega de um jipe usado que a Câmara Municipal tinha dado aos bombeiros de Paço de Arcos e por sua vez os bombeiros de Paço de Arcos deram à Câmara porque já não utilizavam, foi recuperado nas oficinas da Câmara e foi dado, e bem, à Sagrada Família para o Príncipe, porque nós também temos uma geminação com o Príncipe. Outras situações já têm ocorrido relativamente a São Vicente, portanto isto, e ocorreu relativamente a Santa Cruz com duas carrinhas também para transporte escolar, estas coisas são assim, nós temos geminações com vários PALOP e temos também geminações que eu chamo, de alguma forma, avulsa, em Cabo Verde, Santa Cruz, apesar de não termos nada ou geminações explícitas, temos essas e essas duas carrinhas foram prometidas e eu honrei esse compromisso, prometidas pelo Dr. Isaltino quando lá foi e prometeu aquelas duas carrinhas, e, portanto, mal feito fora se eu não honrasse os compromissos assumidos e entreguei-as, e fui eu que lá fui entregar. E, portanto, as geminações estão consideradas e no próximo ano, inclusivamente, vai haver, para além de tudo isto, inclusivamente em Oeiras a semana das geminações com todos os Municípios Portugueses geminados com os PALOP e nas várias vertentes. -----

-----Relativamente ao que foi dito sobre o PDM não foi lapso coisíssima nenhuma, eu disse que me ia referir aos principais objectivos que estruturavam, que serviam de cenário ao

Plano de Actividades e Orçamento dos anos anteriores, foi isso que fiz. E, relativamente ao PDM se não fosse tão importante nunca teríamos feito o que estamos a fazer, nem nunca teríamos feito uma sessão objectivamente dedicada e exclusivamente dedicada ao PDM, que foi de catorze de Outubro e outras que se seguirão depois de termos feito algum trabalho de casa, porque nós estamos a trabalhar sobre os vários instrumentos de planeamento que são importantes para o PDM. E, portanto, não tinha agora aqui que me referir explicitamente, aí sim estava a perder tempo se me referisse explicitamente a isso, porque isso tem fóruns próprios e está bem explícito na parte do GDM, aconselho-vos a ler.-----

----- Relativamente aos espaços jovens, que foram aqui referidos. Até parece que só o PS é que tem ideias sobre os espaços jovens e outras coisas. Recordo que em mil novecentos e noventa e cinco, o Secretário de Estado do PSD avançou exactamente com o conceito do espaço jovem, e, portanto, isto depois foi desenvolvido, e bem, e retomado e tudo isso, e cá estamos nós para o desenvolver. Portanto, vamos lá a ver se a gente se entende, porque até parece que quem só aposta nas pessoas são, a conotação A ou B em termos políticos, e neste caso os Socialistas, se os Senhores apostam eu também aposto e há muitos anos que aposto, ainda os Senhores não estavam aqui, porque são muito novos, porque já tenho cinquenta anos, apesar de tudo, e tive oportunidade de fazer aquilo que os Senhores ainda não tiveram, só porque não calhou, mas foram os primeiros documentos de estratégia apresentados a Bruxelas e que tiveram como base da discussão de toda a contratualização que foi feita para os fundos comunitários, portanto, aí estou perfeitamente à vontade. Isto quer dizer que desde mil novecentos e oitenta e um que essa área para mim, e que está explícita nos documentos que elaborei, e, portanto, aí está muita coisa escrita, não tenho problemas desses, mas é só para lembrar que não são só ideias de uns ou de outros, são ideias daqueles que trabalharam nas diversas áreas e aí não vale a pena estarmos, até pela própria idade já posso recuar mais no tempo, é só por isso, são as vantagens da idade, também tem desvantagens mas aqui alguns dos Senhores, porque são muito novos, não podem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

recorrer a essa época, eu já posso, já estou naquela fase.-----

-----Penso que basicamente que já dei uma pincelada global. Obrigada”-----

-----**C.M.O.**-----

-----**Sr. Vereador Emanuel Martins**-----

-----O Senhor Vereador Emanuel Martins disse o seguinte:-----

-----“Era rápido e muito obrigado, é uma grande honra falar nesta casa.-----

-----Mas, houve aqui uma imprecisão e nomeadamente, com sentido e, aliás, tem acontecido, o Senhor Dr. Paulo Miranda, registe-os ele de cristão-novo de recém-convertido, tem feito o favor de cada vez que tem que contribuir com qualquer coisa, hoje contribuiu para o Plano de Actividades e Orçamento, não com qualquer dado novo mas referindo-se a como votou o PS e, nomeadamente, fazendo questão que o PS a única coisa que referiu foi o espartilhar a que estava sujeito esse Governo. Leu mal, leu apressadamente, fez o comum, mas se visse na reunião de dia sete do onze quem falou em espartilhar, portanto, que estava espartilhado, não fomos nós, foi a Senhora Presidente e referimos isso com muito gosto mas, já agora, deixe-me dar-lhe uma nota:-----

-----Sem necessidade de andar a correr atrás do PSD como cristão-novo, a participação que damos a Oeiras é trabalhar todos os dias naquilo que nos foi dado como responsabilidade pela Senhora Presidente da Câmara, a fazer Oeiras melhor. Sem necessidade desse excesso de zelo que quase sempre cai em desuso, como caíam no passado os excessos de crítica que chegavam a ofender a moral de cada um. E ficamo-nos por aqui. Muito obrigado.”-----

5.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. em exercício, Dona Madalena Castro, pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor, sendo vinte e um do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Maria Conceição Capinha, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José

Vilhena Milhano, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Soares, José Duarte Meira e Jorge Valle de Oliveira Batista) e um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda), sete abstenções do PS (Luís Pereira de Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques e João Carlos Viegas), cinco votos contra sendo quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Pinto Ferreira e Ermelinda Oliveira) e um do BE (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO N.º 39/2003** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1504/03 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA 2004** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para o ano de dois mil e quatro, aprovadas em suas reuniões extraordinária e ordinária, realizadas respectivamente em sete e doze do mês em curso e deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo vinte e um do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular, sete abstenções do Partido Socialista, cinco votos contra sendo quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar na generalidade as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para dois mil e quatro. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.)-----

5.1.1.1. Sr. Tavares da Cruz (CDU) – Declaração de Voto -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte declaração de voto:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Claro está que como é óbvio nós continuamos a dizer que as opções políticas e as prioridades constantes das Grandes Opções do Plano e no Plano Plurianual de Investimentos não são os da CDU. -----

-----No fundamental, este documento, apresentado pela Câmara Municipal de Oeiras, faz do crescimento urbanístico uma das principais finalidades, e, demonstra que é o caminho que tem vindo a ser seguido anteriormente. A própria programação dos investimentos, que analisámos na nossa intervenção, reflecte as diferenças de prioridades existentes. As omissões em relação às unidades de saúde, a situação das acessibilidades, esquecendo-se a gravosa situação de transportes públicos, como por exemplo a linha de eléctricos de Algés e a via longitudinal Norte. São reparos que fazemos, independentemente de algumas dependerem também da Administração Central.-----

-----Quanto ao Orçamento, para além do que afirmámos na nossa intervenção, diremos apenas que é a própria C.M.O. que constata que o mesmo só terá viabilidade se todas as candidaturas apresentadas tiverem também viabilidade e se as promessas da Senhora Ministra das Finanças forem cumpridas, o que se olharmos para trás temos sérias reservas. -----

-----Por último referiremos dois aspectos: A exígua dotação para as Freguesias e continuamos a ter um excessivo peso do pessoal contratado a prazo e dos avançados nos orçamentos do pessoal. Pensamos que esta situação deverá ser corrigida. Muito obrigado.” -----

5.1.1.2. Sr. Carlos Gaivoto (BE) -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Há um velho pregão que acabava: “estica e não dobra”. Assim é o discurso do PSD para as Opções do Plano e Orçamento de dois mil e quatro. Fiquei esclarecido que não se sabe para onde é que se quer ir, que estratégia e que políticas. Então esta política de solos, reflectida pela Presidente em relação à venda dos terrenos do Alto do Almarjão, é o paradigma do que não deve ser feito. Espero que não se siga a política do Governo Central, vão-se os anéis e se calhar

até se vão os dedos.”-----

5.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1473/03 relativa à Alteração dos Estatutos da Empresa LEMO – Laboratório de Ensaios de Materiais de Oeiras, E.I.M. ----

----- **Deliberação N.º 40/2003 da A.M.** -----

----- **Sr.ª Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente em exercício referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados vamos agora passar ao ponto três, o Senhor Presidente da Assembleia já tinha pedido um esforço neste sentido, de qualquer forma quero dar um esclarecimento: -----

----- As sugestões de alteração, que são propostas pela Câmara, decorrem de um pedido de uma sugestão que o Ministério Público fez, no sentido de serem introduzidos e alterados os estatutos e tem um prazo, e, portanto, o prazo está praticamente a expirar. De forma que pedia um esforço adicional. -----

----- Estão abertas as inscrições para o ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

----- Faz favor Senhor Deputado Joaquim Cotas.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como já foi dito as alterações dos estatutos derivam de imposições de preceitos legais, como afirma o Tribunal de Oeiras. Contudo, a CDU precisa de saber, de facto, a forma de participação efectiva dos trabalhadores na gestão da empresa, como impõe a alínea g) do número um do artigo sexto da Lei 58/98, só depois deste esclarecimentos a CDU decidirá o seu voto, que espera que seja idêntico ao que aprovou os estatutos iniciais. Mas precisamos de saber, de ser esclarecidos de que forma os trabalhadores vão participar na gestão da empresa, como impõe a Lei que acabei de referir. Muito obrigado.”-----

----- **Sr.ª Presidente** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----A Senhora Presidente da A.M. em exercício referiu o seguinte: -----

-----“Não há mais pedidos de intervenção. -----

-----Senhora Presidente da Câmara quer dar algum esclarecimento? -----

-----Penso que, não sei é difícil, por aquilo que vi é que o Ministério Público faz recomendações ao nível da Assembleia-geral e ao nível de uma gestão participada. Ora a gestão participada com certeza que tem que ser definida na empresa inter-municipal que vai gerir o LEMO. Mas a Senhora Presidente, se calhar, tem mais elementos que eu desconheço.” -----

-----O **Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU)** interveio e referiu o seguinte: -----

-----“Se me permite era só mais uma pequena coisa. É que, de facto, uma das condições que levou a devolução dos estatutos à Câmara para as alterações é exactamente isto: Não se encontra especificado nos estatutos da empresa a forma de participação efectiva dos trabalhadores na gestão da empresa, como impõe a alínea g) do número um do artigo seis da Lei cinquenta e oito de noventa e oito. Portanto, é o próprio Tribunal a dizer que não consta nos estatutos este imperativo da Lei.” -----

-----**C.M.O.**-----

-----A **Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Se viram os documentos todos que estão anexos à proposta de deliberação, há um documento que é o anexo três, rol de alterações projectadas a introduzir nos estatutos da empresa inter-municipal. O que é que está aqui? Aproveitou-se exactamente o Ministério Público ter referido, ter feito essas referências, exactamente para nos próprios estatutos introduzir-se não só a resposta às questões colocadas como também limar determinadas designações, que estariam muito mais correctas desta forma que agora é proposta. Daí que esse anexo três tenha tudo elencado nos vários artigos e no seu artigo décimo segundo diz: -----

-----“Participação dos trabalhadores na gestão da empresa. A participação dos trabalhadores na gestão da empresa exerce-se da seguinte forma: -----

----- Um: Recebimento de todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade e direito à informação sobre as seguintes matérias e direitos: -----

----- A – Instrumentos de gestão previsional e situação contabilística da empresa. -----

----- B – Regulamentos internos.-----

----- C – Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, mínimos de produtividade e grau de absentismo.-----

----- Dois: Emissão de pareceres sobre os seguintes actos:-----

----- A – Estabelecimento do Plano Anual de férias dos trabalhadores da empresa. -----

----- B – Alteração dos horários de trabalho aplicáveis a todos ou a parte dos trabalhadores da empresa.-----

----- Três: Exercício de controlo de gestão através das seguintes medidas:-----

----- A – Apresentar ao Conselho de Administração sugestões e recomendações, tendentes à formação profissional dos trabalhadores e em geral à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança do trabalho. -----

----- Defender junto do Conselho de Administração os legítimos interesses dos trabalhadores. Gerir ou participar na gestão das obras sociais da empresa. -----

----- A participação do controlo de gestão na empresa será exercida pela Comissão de Trabalhadores se e quando esta for legalmente constituída.”-----

----- Está cá tudo, Senhor Deputado. Tudo direitinho no anexo. É preciso é ler os anexos e fazer o trabalho de casa. Muito obrigada”.-----

----- **Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção:-----

----- “A forma como se está a equacionar a participação dos trabalhadores, remete-os pura e simplesmente não para serem administradores executivos, tal como com os mesmos direitos que os outros três têm mas para ser um mero órgão consultivo. Inclusivamente diárias que diz tão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

só respeito a gestão de recursos humanos. Parece-me que não é esse o espírito que deve presidir a uma empresa deste tipo. -----

-----Pelo entender daquilo que a Senhora Presidente leu, agora não tenho aqui o tal anexo três, porque fiz alguns sublinhados mas não os tenho presentes, o espírito que deveria presidir a uma empresa, enquanto inter-municipal, porque ela é de capital público cem por cento, são as Câmaras de Cascais e de Oeiras que estão a participar nessa empresa, deveriam rever, à semelhança do que se faz em termos de boas práticas, a participação dos trabalhadores, nomeadamente podem fazer vincular algumas orientações de gestão. Porquê retirar essa capacidade de gestão aos próprios trabalhadores, quando eles estão lá, implicitamente estão envolvidos nas actividades daquela empresa.”-----

-----**Sr. Pedro Sá (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Pedro Sá fez a seguinte intervenção: -----

-----“Apenas para lembrar que qualquer tipo de considerações que se façam sobre o papel dos trabalhadores na gestão da empresa LEMO, está prejudicado pelo imperativo legal que decorre do preceito exactamente como ele está nos estatutos do LEMO, pelo que qualquer outra consideração é apenas da “iura condendo” e não tem qualquer tipo de relevância prática.” -----

5.2.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em exercício pôs à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com vinte sete votos a favor, sendo dezanove do PSD (Elísio Gouveia, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Maria Conceição Capinha, António Joaquim Moreira, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Maria Madalena Castro, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Soares, José Duarte Meira e Jorge Valle de Oliveira Batista), sete do PS (Luís Pereira de Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos

Reis Marques e João Carlos Macedo Viegas) e um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda), cinco abstenções sendo quatro da CDU (José Tavares da Cruz) e uma do BE (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO N.º 40/2003** -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 1473/03 – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA LEMO – LABORATÓRIO DE ENSAIOS DE MATERIAIS DE OEIRAS, E.I.M.-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil quatrocentos e setenta e três barra zero três, a que se refere a deliberação número nove da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e nove do mês findo e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista e um do Centro Democrático Social/Partido Popular e cinco abstenções sendo quatro da Coligação Democrática Unitária e uma do Bloco de Esquerda, aprovar as alterações introduzidas nos Estatutos da LEMO – Laboratório de Ensaios de Materiais de Oeiras, E.I.M., nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.)-----

5.2.1.1. Sr. Joaquim Cotas – Declaração de Voto -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “A CDU absteve-se na votação porque, de facto, os trabalhadores não vão participar na gestão da empresa, o que vão fazer é um controle de gestão, é diferente. Daí a nossa abstenção nesta votação.”-----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Não houve intervenção do público. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

7. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO-----

----- Por decisão unânime da Mesa e de acordo com os Líderes Parlamentares, a Senhora Presidente, em Exercício, marcou a próxima reunião para o dia dois de Dezembro, no mesmo local e à mesma hora. -----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----- A Senhora Presidente em Exercício deu por encerrada a reunião às vinte e duas horas, à qual estiveram presentes quarenta e um Membros desta Assembleia Municipal, (Elísio Olavo Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Maria da Conceição de Matos Capinha, António Joaquim Moreira, José Carlos Correia Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José António Vilhena Milhano, Luís Manuel Marques Mendes, Elisabete de Oliveira, Luiz Cardoso de Menezes, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António José Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena da Silva Castro, Levy Nunes Gomes, Maria Alexandra da Silva Fraga, Ângela Brito Leite, Eduarda Matos Godinho, Armando Agria Cardoso Soares, José Duarte Meira, Jorge Valle de Oliveira Batista, Luís Miguel Pereira de Sousa, Vidal Diogo Fernandes Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Sofia Monteiro da Silva, João Carlos Macedo Viegas, José António Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Ermelinda da Conceição, Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda e Carlos Fernando de Sousa Gaivoto, conforme listas anexas. ---- -----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa.-----

----- (Acta assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Luís Manuel Marques Mendes, pela Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro e pela

Segunda Secretária, Dr.^a Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga.) -----